

Diálogos entre a Casa e a Mulher

Tipologias habitacionais lisboetas nos anos 1950 e 1960
Reflexões com perspetiva de género
(Versão final após defesa)

Gisela Alves Magalhães

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura
(2º ciclo de estudos ou mestrado integrado)

Orientadora: Prof.^a Doutora Patrícia Santos Pedrosa

Janeiro de 2024

Declaração de Integridade

Eu, Gisela Alves Magalhães, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição 40251 de/o Mestrado Integrado em Arquitetura da Faculdade da Beira Interior, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o Código de Integridades da Universidade da Beira Interior.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referência de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 25/ 01 / 2024



(assinatura conforme Cartão de Cidadão ou preferencialmente
assinatura digital no documento original se naquele mesmo formato)

Para a minha família.

Agradecimentos

Agradeço à Professora Patrícia Pedrosa, por nunca ter largado a minha mão, desde o primeiro ano da faculdade. Confesso que a Professora é um exemplo, faz-me não ter medo de me expressar e de lutar por aquilo que acredito.

Deixo o meu profundo agradecimento à professora por ser incansável, por toda a partilha, por me acompanhar na luta, por me ensinar que uma mulher nunca está sozinha, que a arquitetura deve e tem de ser olhada com outros olhos.

À minha avó Helena e ao meu Avô Fernando por sempre terem acreditado em mim, aos meus Pais por me apoiarem em todas as minhas decisões e à minha Família por todo o apoio incondicional.

Aos meus amigos e amigas que me encorajaram.

Ao Henrique, pelo companheirismo, compreensão, apoio incondicional e por acreditares e lutares também pelos mesmos princípios que eu.

Obrigada.

Resumo

A casa em que todos nós vivemos, espaço tão comum, tão normal, traduz uma forma de organização da sociedade hierarquizada e desigual que assenta em determinados estereótipos, principalmente os que se referem à esfera da família. A presente dissertação é realizada com o objetivo de olhar criticamente para essa noção apresentada, de estudar as condicionantes do modo de projetar das habitações e explorar as relações espaciais entre os vários compartimentos, sendo o género o principal agente questionador desse desenho e tendo sempre como base uma perspetiva feminista. Deste modo, procurando dar respostas às questões que surgiram no início desta jornada. A narrativa desta dissertação parte primeiramente numa investigação que tenta perceber o estado sociopolítico que o Portugal atravessava e como as mulheres eram tratadas na época. Em segundo lugar reflete sobre o estado da arquitetura e como a habitação é o elemento mais lesado, reconhecendo assim as falhas principais da habitação. Em terceiro, após toda a investigação, interpretação e compreensão são utilizados casos de estudo que se evidenciam por ter um papel importante para esta investigação. Para tal, estes casos caracterizam-se por tipologias habitacionais das épocas de 1950 e 1960 localizadas na cidade de Lisboa e, através destes, é feito o estudo e análise de modo a concluir os fatores e ideias que existem entre o género e o espaço, dissecando este universo que plasma a mulher como o ser mais fraco e que tem implícitas diversas desigualdades.

Palavras-chave:

Lisboa (Portugal); Anos 1950 e 1960; Vivências domésticas; Perspetivas de género; Habitação.

Abstract

The house we all live in, such a common and "normal" space, consequently translates a form of organization and formatting of a hierarchical and unequal society that is based on certain ideals. This dissertation is carried out with the purpose of looking critically at this presented notion, of studying the conditioning factors of the way housing is designed and exploring the spatial relations between the various compartments with gender being the main questioning agent of that design and always based on a feminist perspective. This way, I tried to answer the questions that arose at the beginning of this journey. The narrative of this dissertation starts with an investigation that tries to understand the socio-political state that Portugal was going through and how women were treated at the time. Secondly, it reflects on the state of architecture and how housing is the most damaged element, thus recognizing housing's main flaws. Thirdly, after all the research, interpretation and understanding, case studies are used which are highlighted as having an important role for this research. These cases are characterized by housing typologies from the 1950's and 1960's located in the city of Lisbon and, through them, the study and analysis is done in order to conclude the factors and ideas that exist between gender and space, dissecting this universe that shapes woman as the weakest being and has implicit several inequalities.

Keywords

Lisbon (Portugal); Years 1950 and 1960; Domestic experiences; Gender perspectives; Housing.

Índice

Agradecimentos	7
Resumo	8
Abstract	9
Introdução	13
1 Enquadramentos	17
1.1 Contextualização sociopolítico	19
1.2 Mulher e o seu papel	25
1.2.1 Maria de Lamas	31
1.2.2 Louise Bourgeois	39
2 Problemáticas da Habitação	45
2.1 Arquitetura no século XX	47
2.2 Habitação no Estado Novo	53
2.3 Lugar da mulher é na cozinha	59
2.4 Resquícios do passado	71
3 Casos de estudo	83
3.1 Levantamento referencial	84
3.2 Análise dos casos de estudo	92
3.2.1 Bloco das Águas Livres, 1953 a 1956	94
3.2.2 Bloco na Avenida Dos Estados Unidos da América, 1954 a 1956	108

3.2.3 Edifício na Rua de S. Bernardo, 1956 a 1959	118
3.2.4 Edifício na Rua Marcos Portugal, 1959	130
3.2.5 Edifício na Avenida Infante Santo, 1953 a 1962	142
3.2.6 Edifício Olivais Norte, 1959 a 1964	154
3.3 Tipologias do habitar	165
3.3.1 Cozinhas	170
4 Considerações finais	174
5 Anexos	186
5.1 Bloco na Avenida das Águas Livres	187
5.2 Bloco na Avenida Dos Estados Unidos da América (lado norte)	188
5.3 Edifício na Rua de São Bernardo	189
5.4 Edifício na Rua Marcos Portugal	190
5.5 Edifício na Avenida Infante Santo	191
5.6 Edifício dos Olivais Norte	191



Fig.1 | Mulheres e Cidade, colagem.
(Autora, 2023)

Introdução

A presente dissertação tem como objetivo investigar e questionar tipologias habitacionais, com casos de estudo construídos durante a década de 1950 e 1960 em Lisboa. Procura compreender de que forma estas tipologias plasmam a ideia de família, como refletem as desigualdades de género e classe. Também procura perceber como a existência ou não do quarto da criada altera as dinâmicas tipológicas.

Dessa forma ela procura responder às seguintes questões: Existência e permanência das duplas entradas, principal e de serviço? Como é feita a articulação entre a zona de serviço, a zona comum/social e a zona íntima (quartos e instalações sanitárias) da casa? Permanece e é relevante o quarto da criada/empregada? Outras irão seguramente surgir a partir do desenvolvimento do trabalho.

Metodologia

A presente dissertação tem um programa tripartido (Contexto, Identificação da problemática e os Casos de estudo), em que cada parte está dividida por capítulos e subcapítulos. Dessa forma a metodologia parte de:

1. Contexto: procurou-se saber qual o estado sociopolítico que Portugal atravessava entre 1950 e 1960. Portugal atravessava um período ditatorial, onde o governo era a soberania e austeridade. Governo este que cesurava tudo o que ia contra os seus ideais, principalmente os artistas, a imprensa e as mulheres que tentavam afirmar-se perante tais desigualdades. Complementando este primeiro capítulo com a realidade de como as mulheres eram tratadas na época, tendo o auxílio de uma escritora portuguesa, Maria de Lamas, e uma pintora e escultora internacional, Louise Bourgeois.

2. Identificação da problemática: é necessária uma confrontação com a arquitetura, concluindo-se que a uma das grandes fragilidades existentes na arquitetura é a habitação. A organização das tipologias habitacionais perpetuava um sistema de desigualdades, fazendo uma clara distinção de qual era o lugar a que a mulher pertencia. A partir do espaço doméstico e destas conclusões, encontrou-se os dois grandes focos que evidenciavam estas hierarquias e desigualdades.
3. Casos de estudo: arquiteta-se um quadro referencial de possíveis casos de estudo, 20 no total. Após uma investigação de cada um deles e pelos motivos apresentados no capítulo 3, escolheu-se apenas 6. Os casos de estudo escolhidos serão redesenhados, com a identificação das diversas zonas da casa (zonas comuns, circulação, serviços, zonas privadas).

Estado da Arte

O estudo deste tema é de maior relevância para a academia e para a prática da arquitetura, este o tema da habitação com perspetiva de género está ainda pouco desenvolvido em Portugal. Deste modo, é fundamental para a investigação perceber o que no passado causou desigualdades e mudar no futuro.

Neste sentido, a pesquisa sobre o tema da tipologia dos anos 1950 e 1960 em Portugal, foi relevante, sendo que houveram dissertações, livros, artigos que foram essenciais para o desenvolvimento da primeira parte da tese tais como: a dissertação de doutoramento da professora Patrícia Santos Pedrosa, *Habitar em Portugal nos anos 1960: Rutura e antecedentes - Um Caminho pelo interior do discurso*, de 2010, o livro Lda "Habitação cem anos de políticas públicas em Portugal: 1918-2018", de 2018. No entanto o cruzamento entre as tipologias de habitação, observadas com perspetiva de género são deficitárias em Portugal, mas internacionalmente existe relevância neste tema, como se pode ver através do livro *Modos de Morar nos Apartamentos Duplex* de Sabrina Costa.

Apenas encontrei uma dissertação no contexto português que estudasse as habitações com perspetivas de género, de nome *Entre a janela e o corpo – As relações de Género no limiar da Habitação* da autora Juliana Ferreira, de 2016. Existem alguns livros que abordam o tema de como as criadas eram escondidas e menosprezadas naquela época,

e como eram as tipologias das casas na época de 1960, destaco assim o livro *O tempo das criadas - A condição de servil em Portugal (1940-1970)*, da autoria de Inês Brasão, 2012. No âmbito internacional, existem algumas dissertações, teses e livros que relacionam as tipologias com questões de género. Numa matéria de proximidade, um dos exemplos é o livro *O Quatinho Invisível- Escavando a história da arquitetura paulista a contrapelo*, da arquiteta brasileira Edite Galote Carranza, de 2012.

Para o redesenho destes casos de estudo a revista *Arquitectura*, nº 67, a tese Do José Gonçalves *Edifícios Modernos de Habitação Colectiva 1948/61: Desenho e Standard na Arquitetura Portuguesa*, 2007 e a tese da Romana Silva *A Casa como Reflexo da Sociedade. Lisboa no Século XX*, de 2016, foram fundamentais como material base e referencial. Em suma, é feita uma análise comparativa dos casos de estudo, respondendo às questões lançadas. Para a identificação dos casos de estudo foram importantes a consulta de dissertações, teses, artigos, publicações que tivessem tipologias dos anos de 1950 e 1960 em Lisboa.

A Casa e a Mulher vem propor um olhar mais atento para arquitetura que foi e é praticada, onde existe um sistema de desigualdades evidente nas tipologias que perpetua desde sempre as diferenças entre os espaços das mulheres e os espaços dos homens. Numa possível resposta, esta dissertação tenta uma reflexão e um questionamento sobre o mundo que nos rodeia.

Por fim, o texto presente nesta dissertação segue as normas do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, à exceção das transcrições diretas que dizem respeito aos acordos dos autores originais. Todas as imagens expostas e desenhos técnicos sofreram alterações cromáticas para o tom azul comparativamente às originais.

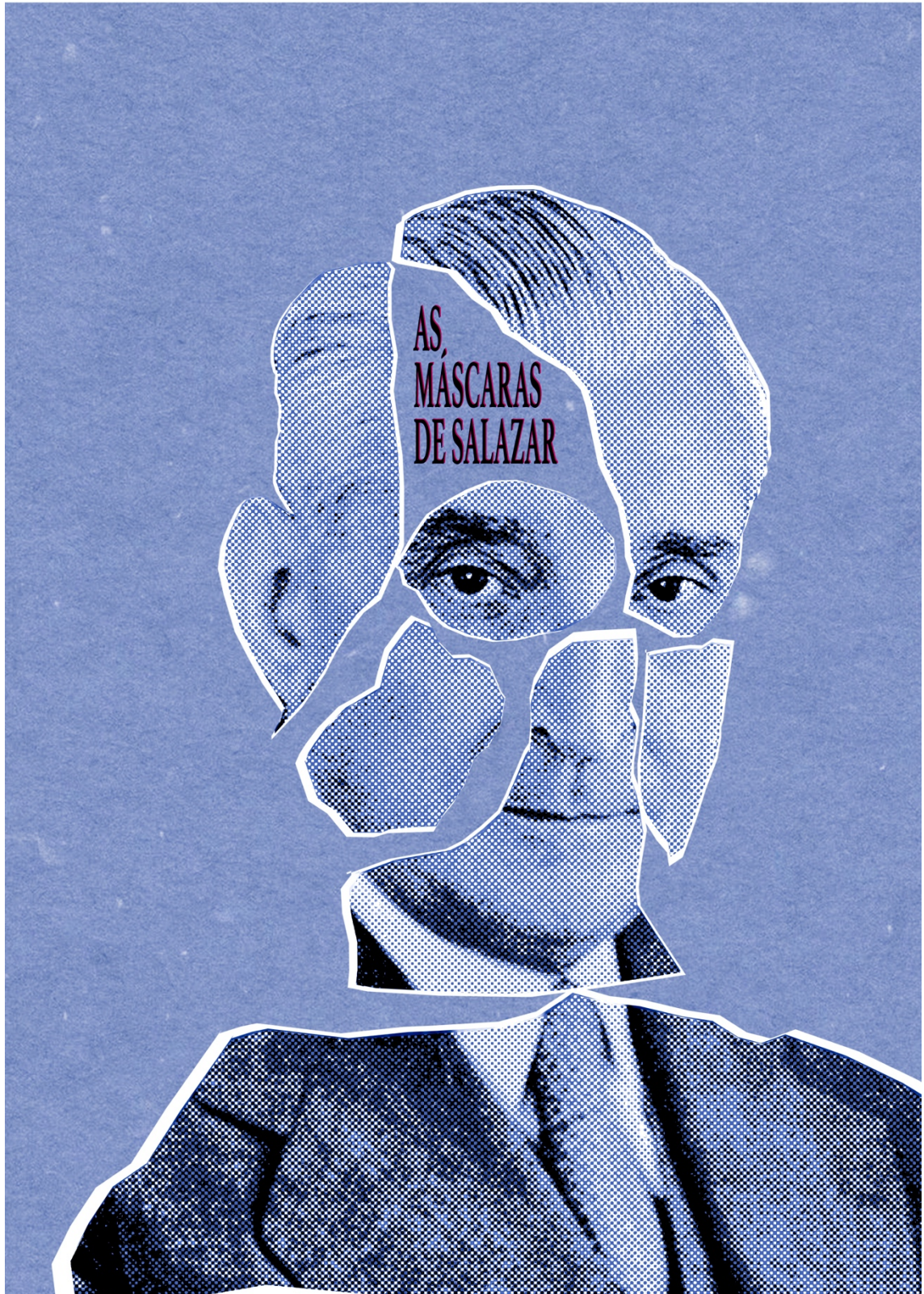


Fig.2 | As Máscaras de Salazar,
colagem. (Autora, 2023)

1 |
Enquadramentos

1.1 |

Contextualização sociopolítico

Numa análise histórica da arquitetura realizada durante o Estado Novo, sentiu-se a necessidade de fazer uma contextualização do enquadramento político e social. Sendo assim, será feita uma análise em paralelo dos dois para tornar a leitura mais clara, iniciando a tese com uma análise histórica, centrando-se nos acontecimentos políticos dessa época e refletindo sobre os efeitos que estes tiveram na arquitetura.

Inicia-se assim a compreensão do estado político, social e arquitetónico de Portugal no início do século XX. Em 1910, deu-se a queda da monarquia, provocando uma grande instabilidade interna no país, dada também ao facto do mesmo estar a participar na I Guerra Mundial. Portugal atravessava uma grave crise governamental, económica e social, mergulhando a população num descontentamento com o que vivia.

Dessa maneira, a 28 de Maio de 1926, chega ao fim a 1ª República através de um golpe militar, instituindo-se assim o regime de Ditadura Militar. Os primeiros anos da ditadura ficaram marcados novamente pela desordem política, em função disso, Salazar começa a aproximar-se mais do poder político, de modo que em 1928 no governo de Vicente Freitas, António de Oliveira Salazar é eleito ministro das Finanças. (Nuno Carvalho Marques dos Santos, 2021, p. 7)

“Toda a arte de Salazar no seu relativamente longo e sinuoso caminho conducente à tomada do Poder se pode resumir, já o sugerimos, nesta ideia central: a capacidade de numa situação de crise económica e financeira e de dispersão e hesitação das forças conservadoras saber liderar o processo de estabelecimento de um sistema de alianças entre elas, em torno de programa comum, e de definir e aplicar uma tática suscetível de as colocar e manter no controle do aparelho de Estado. O salazarismo surge, assim, como um compromisso entre diversas correntes políticas da direita e os vários sectores de interesse das “forças vivas”, a partir de uma base comum de rejeição do liberalismo herdado da I República e da apologia de um Estado político, económico e socialmente forte e interventor o único capaz de dar, na viragem dos anos 20 para os anos 30, uma resposta à crise que fosse consensual (...)” (Mattoso cit. por Nuno Carvalho Marques dos Santos, 2021, p. 7)

Em 1932, Salazar é convidado pelo General Óscar Carmona para governar o país, iniciando em 1933 a era salazarista. Salazar como governador tinha como objetivo criar uma ordem no Estado, fundamentando-se em quatro princípios, sendo eles o nacionalismo corporativo, intervencionismo económico-social, Estado forte e o imperialismo colonial. Assim, nasceu um novo modelo de sociedade, apoiando-se numa “moral nacionalista, corporativa e cristã, que haveria de presidir à política, às relações de trabalho, aos lazeres, à vida em família, à educação dos jovens ou à cultura em geral.” (Mattoso cit. por Nuno Carvalho Marques dos Santos, 2021, p. 8) Enquanto ministro das finanças Salazar impôs ao país algumas medidas, que ao serem levadas a cabo, reduziram a dívida pública num curto espaço de tempo.

Salazar veio dar uma nova ordem ao Estado e ao papel da sociedade civil no país. Defendia que os valores principais dos portugueses deveriam ser “Deus, Pátria e Família”, usando as crianças como alvo de imposição de tais valores.

Veja-se que enquanto governador do país, Salazar primeiramente constrói um Estado Novo homogéneo, até ao final da década de 1940. Esta década é caracterizada pelo facto de o nível económico estar controlado, uma vez que houve uma gestão dos gastos e da inflação. Consequentemente, aumentou os impostos, o que provocou um equilíbrio do orçamento e entrada de capital no Estado. Prontamente reduziu os salários dos funcionários públicos, diminuiu as despesas da educação e saúde, controlou o domínio da economia, para ter a certeza de que não havia investimentos externos. Fazendo face ao problema do desemprego, aumenta os números de obras públicas, a taxa de trabalhadores e, por conseguinte, melhora as condições de vida dos portugueses. Salazar fez com que o país se isolasse a nível político, o que provocou consequências no seu relacionamento com Espanha e EUA. Nesta época, Portugal possuía uma situação financeira estabilizada, devido a todas as medidas impostas, de forma que conseguisse resistir aos efeitos da Grande Depressão. (Mosca, 2007, p. 9)

No ano de 1945 surge o Plano do Fomento e a organização da indústria, privilegiando a dos petróleos, adubos e químicos, evidenciando a política de industrialização e a diminuição da agricultura e da ruralização do país. Em seguimento Portugal começa a ficar mais próximo da Europa e a não depender das colónias. (Mosca, 2007, p. 9)

No final dos anos 40, em 1948, depois da II Guerra, houve uma grande tensão e inflação devido ao crescimento das importações e redução das exportações. Não obstante ao que aconteceu no final da década de 40, nos anos 50 é ainda visível esta austeridade financeira, devido às políticas rígidas, como já referidas anteriormente, que dava prioridade às finanças e economia. Já na década de 1960 houve alterações a nível político e económico, sendo uma delas a introdução das reformas que provocou um crescimento do capitalismo e uma forte pressão para que Portugal se isolasse devido à intimidação internacional para se democratizar e deixar as colónias. Assim entre os anos 1950 e 1960 Portugal integrou-se em organizações internacionais, fortaleceu as suas novas alianças militares e políticas. A entrada de capitais externos em Portugal e o crescimento da indústria fizeram com que a economia crescesse. (Mosca, 2007, p. 12)



Fig. 3 | Cartaz de propaganda direcionada às mulheres.
(Gomes Valentim, 2013, p. 26)

1.2 | Mulher e o seu papel

Ao longo dos tempos e principalmente no Estado Novo, era reforçada a ideia que a mulher pertencia à casa, sendo o seu estado profissional quase nulo para a sociedade, colocando o homem na posição de quem governa a família. O regime salazarista teve um papel irrefutável na condição da mulher na sociedade, alimentando a imagem da mulher ideal como sendo “nação, educação, família, trabalho e Deus.” (Maria Tomás Afonso, 2012, p.8) A mulher ideal, como lhe chamavam, devia de ter direito a toda a educação, à sua escolha profissional, ao invés de ser obediente ao seu marido e honrar a pátria.

Naquela época o percurso desta mulher ideal devia passar por aprender todos os ensinamentos, ser uma boa dona de casa, ser uma boa esposa e mãe, fazendo-a afastar-se de si mesma e todos os seus sonhos. Se eventualmente ela se afastasse da sua vocação, era considerado pelo regime um desvio, sendo fortemente reprovada pela sociedade, Estado e igreja. (Maria Tomás Afonso, 2012, p.10) Dessa forma, o lar, ao invés de ser o porto seguro para as famílias, passa a albergar uma série de desigualdades e violências escondidas.

Em Portugal no Estado Novo (1933-1974) segundo António de Oliveira de Salazar, os ideais e princípios que são impostos à sociedade, arquitetavam-se na ideia de que a mulher ideal era aquela que era submissa ao homem e à sociedade, sendo o homem quem trabalha e toma as decisões de tudo que o rodeia.

“[...] a mulher casada, como o homem casado, é uma coluna da família, base indispensável de uma obra de reconstrução moral. Dentro do lar, a mulher não é escrava. Deve ser acarinhada, amada e respeitada, porque a sua função de mãe, de educadora dos filhos, não é inferior à do homem. Nos países ou nos lugares onde a mulher casada concorre com o trabalho do homem – nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios, nas profissões liberais – a instituição da família pela qual nos batemos como pedra fundamental de uma sociedade bem organizada ameaça ruína.... Deixemos, portanto, o homem a lutar com a vida no exterior, na rua... E a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa... Não sei, afinal qual dos dois terá o papel mais belo, mais alto e mais útil.”(Salazar cit. por Flunser Pimentel, 2001, p. 27)

Segundo a citação, da mesma forma que Salazar chefiava o país, as mulheres comandavam o lar, como seres pertencentes ao interior, ao privado, com uma aparente igualdade na diversidade das suas funções em relação ao homem. Salazar insinuava com os seus discursos e perpetuava no seu íntimo que a mulher era colocada de forma igualitária, valorizava o “belo” papel de mãe e de esposa, sendo que esta posição de hierarquias colocava a mulher numa posição de obediência.

Como um dos ideais, para António Oliveira de Salazar a família tinha o papel mais importante perante a sociedade, a sua proteção, encarregando-se o homem da sua chefia. (Gomes Valentim, 2013, p. 24) No entanto o Estado Novo é prova de que a casa é da exclusividade da mulher, visto não serem aceites nos trabalhos sem ser da esfera privada, para que não houvesse uma concorrência direta com os homens. Salazar glorificava a mulher como a dona de casa, tanto como era visado no material pedagógico como numa das cantigas mais célebres:

“Será que o lar trouxe, e hoje em dia traz, para as mulheres tantas alegrias, como frequentemente foi sugerido? Será que ela é a “rainha da casa” e o “lar o seu paraíso”? Considerado o que respetivamente homens e mulheres portugueses, fazem em casa, parece-me que, se a casa fosse um paraíso, sê-lo-ia mais para os homens. Como já foi afirmado “... Para a maioria dos homens, a casa é o palco de uma permanente guerra quotidiana com as tarefas domésticas.” (Vivente cit. por Johanna Christina Shouten, 2003, p. 25)

A mulher faz todas as tarefas da casa, como carregar lenha, cozinhar, cuidar dos filhos, lavar e passar roupas, ficando responsáveis pela aparência da sua casa, como o espaço era visto aos olhos dos outros. Aos poucos vai-se negando, anulando, pois em primeiro lugar vem a casa, os cuidados com a mesma, o marido, os filhos e só depois é que vem ela. Na maioria dos casos domésticos é negada a opinião da mulher, prevalecendo a do “varão da casa”, ou seja, o poder no espaço privado está sempre restrito à validação das condições do espaço público. Como diz um ditado popular português “Em casa manda ela, quem manda nela sou eu”.(Cutileiro cit. por Johanna Christina Shouten, 2003, p. 26)

Com isto surge a reflexão sobre um dos presentes que é oferecido à nascença das mulheres, como as casas de bonecas, para que elas desde pequenas se habituem a cuidar do lar levando-as a perceber que o lugar delas é no interior da casa. Para além desta manipulação das mulheres através da casa das bonecas, existiram também os manuais escolares, livros, programas televisivos, revistas que foram redirecionadas para a reeducação do papel das mulheres dentro de casa, chegando aos dias de hoje esta ideia que ainda é perpetuada nos mesmos meios. As mulheres são ensinadas que o seu futuro será servir o seu esposo, cuidar dos filhos e são as responsáveis pelo trabalho doméstico, o que dá aos homens um maior poder na sociedade, prestígio e respeito.

Após todas as reflexões sentiu-se a necessidade revisitar mulheres artistas e da cultura que se manifestassem nacionalmente e internacionalmente sobre estas desigualdades.



Fig. 4 | Ilustrações das Mulheres do Meu País de Marta Nunes. (Nunes, 2020)

1.2.1 |

Maria de Lamas

A condição da mulher portuguesa no Estado Novo prevalecia na ideia da maternidade e de dona de casa como já referido. Mas nos anos 1940 e 1950 começa a haver um questionamento da não emancipação da mesma, surgindo em 1948, o livro *As Mulheres do Meu País* escrito por umas das mulheres mais marcantes para a luta das mesmas em Portugal, Maria de Lamas (1893-1983). Ao percorrer as 532 páginas do livro, a autora sem medos descreve a realidade crua e nua das mulheres naquela época, dando uma visibilidade aos problemas femininos que o país atravessava.

A realidade feminina era cheia de injustiças, uma realidade que é consciente pelas mesmas e que nada conseguem fazer para a mudar, descrita ao longo de 10 tópicos. Maria não pretendia generalizar as mulheres, mas estudar pontos específicos das mesmas que necessitavam de visibilidade, sendo um deles direcionado às diferentes profissões que elas tinham, tais como “(...) a camponesa, a operária, a mulher da beira-mar, a mulher da beira-rio, empregadas e profissionais, (...) mulher do povo, a mulher doméstica, a intelectual e a artista.” (Gomes Valentim, 2013, p. 31)

O Estado Novo silenciava estas mulheres, tentando esconder esta desigualdade através do poder, ao glorificar o facto da mulher conseguir cuidar do lar, cuidar dos filhos e do marido. As mulheres não eram ligadas há política, o seu trabalho raramente era fora do lar, eram pouco instruídas e consideradas o ser sentimental e frágil. Salazar via que o facto de as mulheres trabalharem fora do lar, afastaria a família e o ser feminino deixaria de ser belo, desviando-se da função principal da época em ser dona do lar e mãe.



Fig. 5 | Cartaz de propaganda
direccionada às mulheres.
(Gomes Valentim, 2013, p. 26)

“Será que o Estado Novo tem medo da consciência esclarecida da mulher? (...) Será que a mulher preparada para colaborar eficazmente na vida pública da Nação ofende a moralidade do Estado Novo? (...) Queremos ser respeitadas e não consideradas escravas, ou simples objectos de luxo, o que também é uma forma, embora dourada de escravidão. Nós, mulheres democratas, queremos ser verdadeiramente a companheira do homem. Queremos tudo isso, mas sabemos pela mais dura experiência, que o Estado Novo não o permitirá.”(Lamas cit. por Andrade De Almeida, 2011, p. 7)

Em relação à negação do trabalho fora do lar das mulheres, a obra de Maria de Lamas, verifica que a mulher existia também fora da esfera do privado, nas atividades de pastelaria, tecelagem, comerciantes, agricultoras, pastoras, jornaleiras, mas também cargos com mais instrução, como médica, advogada, funcionária pública, entre outras. (fig.6) No entanto estas mulheres tinham sempre o cargo de mães, ou de esposas, ou de fadas do lar a despenhar depois dos seus trabalhos.



Fig 6 | As várias atividades das mulheres portuguesas.
(Fernanda dos Santos Saragiotto, 2020, p. 69, 71, 120, 121, 122)

A mulher operária é uma das profissões mais importantes, colocando-a ao nível do homem nestas áreas, como na construção civil e nas fábricas. As mulheres operárias que vivem nas cidades raramente têm uma casa própria, possuindo nalguns casos uma parte da casa ou apenas um quarto onde ficam todos os elementos da família. Esta mulher vive para a sua tarefa diária precária, dentro de quatro paredes, sendo que quando chega a casa toda a parte doméstica retira-lhe o seu merecido descanso. Todos estes aspetos levam a conflitos internos e externos, provocando um desequilíbrio familiar. Elas fecham-se à sua existência, sempre cansadas, pois a vida delas é de casa para a fábrica e da fábrica para casa. (Lamas, 2003, p. 362, 365, 366)

“É tão difícil. Tão desconfortável e exaustiva a vida familiar, cuja responsabilidade lhe pesa sobre os ombros como um fardo esmagador, que a operária, mesmo quando compreende que há na sua vida profissional problemas à fadiga que a leva ao desinteresse e à falta de confiança em si própria.” (Lamas, 2003, p. 366)

Apesar do que que acontece na sua vida privada a mulher começa a desenvolver outras características graças ao seu trabalho, um sentido de disciplina e responsabilidade. O facto de estarem grávidas, ou de terem de fazer as tarefas domésticas até tarde, ou todo o seu cargo de mãe, não as impedia de comparecer ao trabalho. Na época os patrões das indústrias preferiam trabalhadores mulheres pelo facto de conseguirem fazer o mesmo que os homens pagando-lhes menos.

Já a mulher doméstica, empregada, criada ou mulheres a dias eram as ocupações mais comuns no país, sendo a doméstica a verdadeira fada do lar e emprega, a descendência do que aprendeu em casa com a mãe. A mulher doméstica vive para o interior da casa, tendo uma vida precária, com poucos estudos de modo a dedicar-se muito cedo ao lar, dando pouca importância aos assuntos exteriores. Segundo Maria de Lamas, a mulher naquela época sentia uma “dependência que se infiltra até ao subconsciente da mulher deformam profundamente a sua mentalidade e inferiorizam-na sob muitos aspetos contribuindo muito para a sua infelicidade.” (Lamas cit. por Gomes Valentim, 2013, p. 32)

“A mulher doméstica. A grande sacrificada. Problemas de todas as mulheres. -A alimentação da família. -O heroísmo ignorado da maioria das donas de casa. -O casamento. -Saber ser mãe. -As mulheres que não casam. -Vidas sem horizonte e sonhos recalcados. -Felicidade aparente. -A importância do ambiente familiar na formação moral dos filhos. -A habitação: problema fundamental para a dignidade da família.” (Lamas cit. por Fernanda dos Santos Saragiotto, 2020, p. 118)

Observa-se que existe duas formas de viver para estas mulheres naquela época. A primeira é aceitação daquilo que têm e que por vezes se submetem a tudo, cumprindo sempre o seu dever como fada do lar, mas que acaba por se perder interiormente e intelectualmente, não sabendo qual é o mundo que a rodeia. Em contrapartida, existe uma mulher que não aceita a vida que lhe foi dada de doméstica, por ter sonhos e ambições, mas que não são alcançáveis nas condições em que está, acabando por se culpar pela vida triste que tem, o que acaba por fazer com que pare de lutar pelos seus próprios objetivos: “Que é feito dos sonhos da juventude: um amor apaixonado, uma casinha risonha, uma existência feliz?” (Lamas cit. por Gomes Valentim, 2013, p. 33)



Fig.7 | Women House, de Louise Bourgeois.
(Guggenheim Bilbao, sem data)

1.2.2|

Louise Bourgeois

Internacionalmente surgiram mulheres artistas que se foram manifestando com todas as desigualdades que as mulheres viviam na época. Somente 50 anos separam a atualidade desta realidade na qual a mulher foi criada numa tradição machista, em que o seu lugar era dentro de casa, dedicada às funções do cuidar, onde a cidade era o lugar proibido e apenas podia sair para cumprir os seus deveres de cuidadora.

Houve artistas internacionais que deram nome há mulher e ao que estava a acontecer pelo mundo, sendo uma delas Louise Bourgeois (1910-2010) que é associada na década de 1970 a uma arte feminista. Louise na década de 1945, começa a representar o corpo da mulher como uma inquietação da própria através do objeto casa, nascendo assim a sua obra *Femme-Maison* (Mulher-Casa). Nas suas pinturas Louise retrata corpos femininos divididos pela arquitetura das casas, onde a transformação desta arquitetura corporal evoca a mulher como um pertence da esfera doméstica, simbolizando o estado em que a mulher se encontrava, um estado de servidão do qual se quer libertar. Essa libertação na representação da pintura era feita através das aberturas que existiam nas casas.

Uma das pinturas mais marcantes é a figura 10 que se divide em três partes, sendo a parte superior representada por uma casa no lugar da cabeça, remetendo à domesticidade e criticando o facto de que a mulher naquela época não ter voz. Descendo a pintura observa-se que o contorno do corpo, e as tonalidades do quadro criam uma sensação de que a mulher se aproxima da arquitetura. Existe uma evidência também da parte genital feminina, para que não haja dúvidas de que era a mulher a sofrer tais desigualdades.

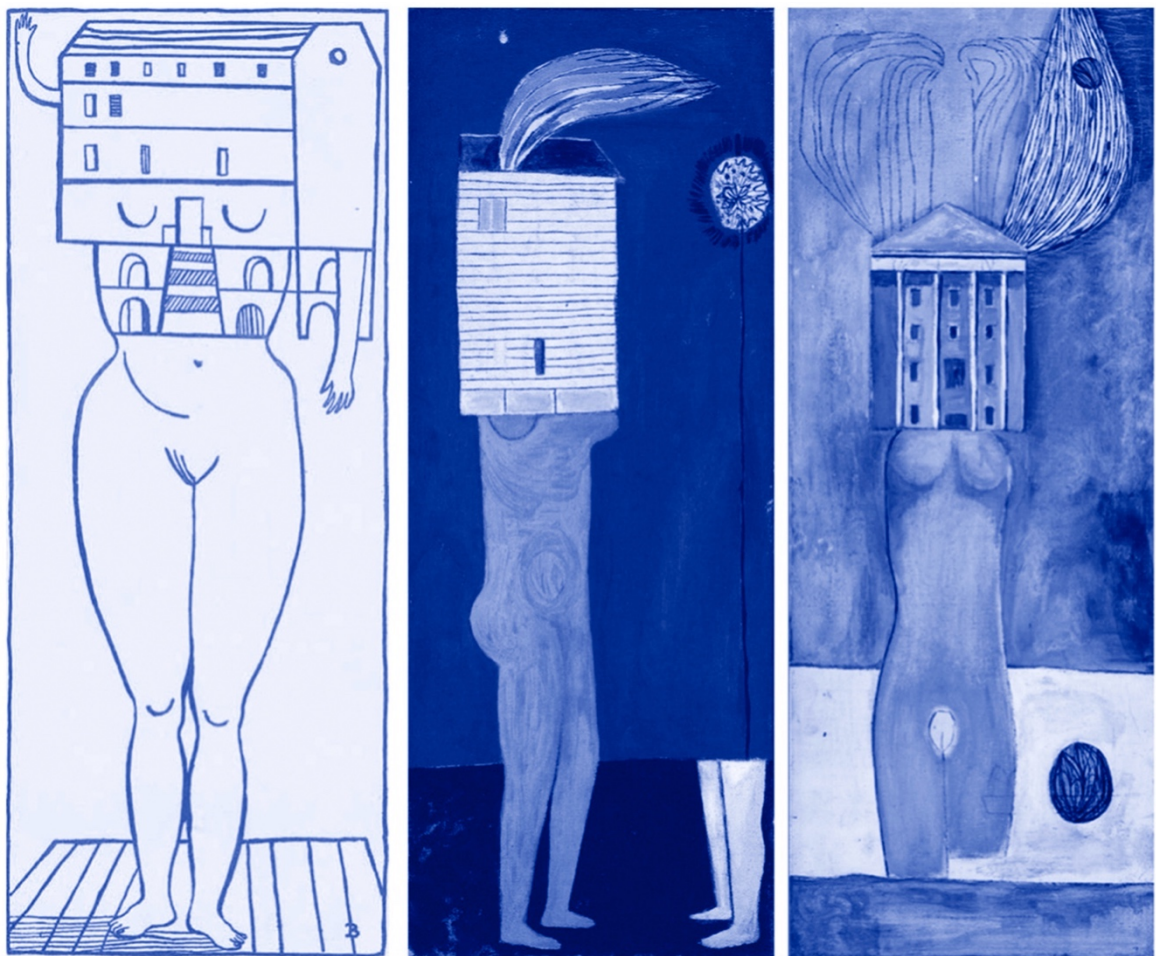


Fig. 8, 9, 10 | Femme-Maison, de Louise Bourgeois.
(Diane Sbardelotto, 2020)

Nas três primeiras pinturas que realizou entre 1945 e 1947, uma delas já descrita, Louise Bourgeois, representa os corpos femininos divididos e fragmentados, salientando a domesticidade e as desigualdades que as mesmas sofrem. Contudo é possível observar-se que os membros do corpo saem pelas aberturas da casa, alertando para o facto de a mulher tentar libertar-se do local doméstico, do local onde é anulada. Estas obras de Louise Bourgeois foram cruciais, para alertar a sociedade que na época parecia estar adormecida para este assunto.

Segundo algumas feministas da década de 1970, que olharam para a obra de forma crítica, afirmaram que a representação da mulher nos quadros aparecia como um ser rejeitado, esquecido, fechado dentro da própria casa, apenas com habilidades para as atividades domésticas e para a maternidade, tirando-lhes a oportunidade de terem uma profissão. Louise-Bourgeois, usou a ironia para criticar como a sociedade via a mulher como um ser aprisionado. (Machado, 2020)

Contudo ao longo do tempo a sociedade foi sofrendo alterações, assistindo a desigualdades evidentes entre o homem e a mulher dentro e fora do espaço doméstico, o homem é conhecido como o ser racional e a mulher o ser sentimental, entre o conquistador e dominante de cidade (homem) e o culto e ser doméstico (mulher), entre o ser ideal e líder (homem) o ser oprimido e não emancipado (mulher). (Catarina Teixeira Ferreira, 2016, p.25)

Depois da análise das pinturas de Louise Bourgeois, que usam o corpo feminino como esboço para retratar desigualdades, o homem era usado como uma afirmação de um modelo a seguir, o governador da casa, quem domina e tem poder sobre a família. “A casa é a entidade como um mecanismo de domesticação da mulher.” (Wigley cit. por Catarina Teixeira Ferreira, 2016, p. 61)

“[...] Se faço uma duas, três,
quatro estátuas numa
série é porque
preciso me repetir, para ter
certeza de que minha mensagem
chega até você, se você quiser
dez eu farei dez, cem
até o infinito. Não me cansarei
nunca, teremos um
amontoado de
estátuas como grãos
de areia na praia (...)”
(BOURGEOIS, L. 2011. p.15)

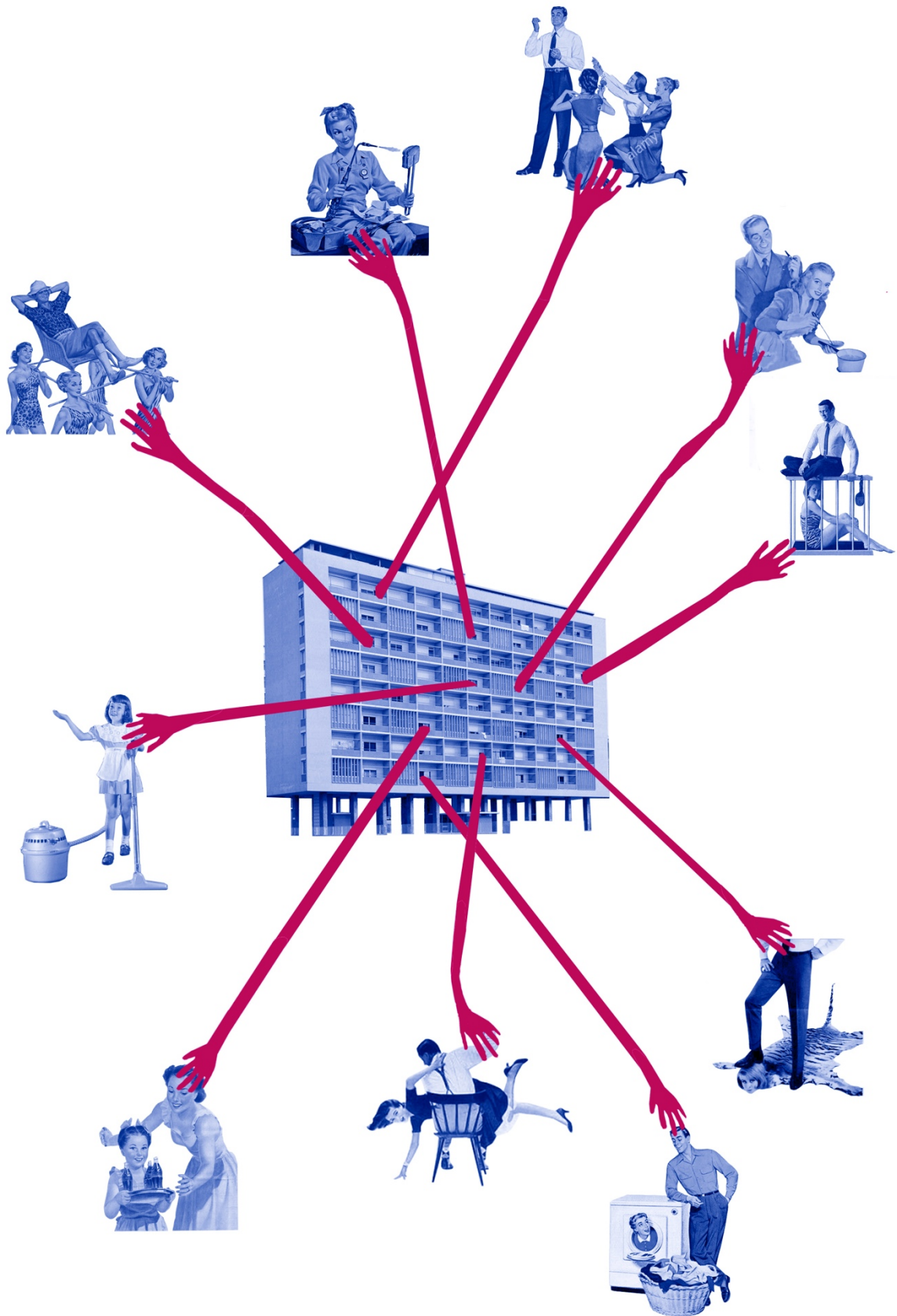


Fig. 11 | Mulher Casa,
colagem.
(Autora, 2023)

Problemáticas da Habitação

2.1 | Arquitetura no século XX

Numa segunda fase, torna-se essencial entender quais foram os momentos principais da arquitetura em Portugal durante os anos 1950 e 1960, de modo a perceber a sua influência na construção de programas habitacionais, contextualizando a nível arquitetónico e urbanístico vários casos de estudo que são analisados posteriormente.

Nesta época, a arquitetura que era praticada refletia os efeitos pós-guerra. Ficou conhecida como uma arquitetura do regime, caracterizada pela sua extrema influência do regime fascista, pelos seus ideais políticos e “apostada na busca de raízes pela via monumental ou regionalista: monumentalidade simbólica e desejada atemporal nos conjuntos urbanos de representação da “capital do Império””. (Ana Tostões por Teles, 2014, p. 17) Uma arquitetura manipulada que transmitia a mensagem de glorificação do governo, sendo caracterizada pelos seus traços bem definidos e se que distinguia de outras pela maneira como as fachadas eram tratadas e como interiormente os espaços eram organizados. A nível da habitação caracterizava-se por um tradicionalismo arcaizante, ou seja, realçava os valores nacionais, recorrendo por vezes a elementos da arquitetura regional. Dessa forma pode dizer-se que esta arquitetura é de um carácter totalitário, repressivo, nacionalista e, de certa maneira, obsoleto, tornando-a num objeto de manipulação do Estado perante a sociedade com várias fases cronológicas. (Teotónio Pereira & Manuel Fernandes, 1981, p. 38)

A primeira fase, entre 1926 e 1931, é descrita como uma arquitetura eclética e academizante, mas também uma corrente modernista que começou a surgir nas obras desta época. Na segunda fase, entre 1932 e 1937, foi visível a intervenção do Estado na arquitetura, recorrendo a arquitetos que representavam unicamente a linguagem que o Estado queria. É nesta época que surge o ministério das obras públicas, sendo governado por Duarte Pacheco. A terceira fase, entre 1938 e 1943, é caracterizada pelo aperfeiçoamento dos modelos arquitetónicos do Estado Novo. A quarta fase, entre 1944 e 1948, é descrita como uma fase em que não houve evolução, mas sim uma conclusão das obras iniciadas nos anos anteriores. Por último, a quinta fase, depois dos anos 50, foi a representação dos novos modelos arquitetónicos com linguagem autoritária e monumental. (Teotónio Pereira & Manuel Fernandes, 1981)

No entanto, na década de 1940 os arquitetos tomaram consciência de como a situação da arquitetura se encontrava e sentiam que era urgente não só exprimirem as suas opiniões sobre tudo que estava a acontecer com a mesma em Portugal, mas também salientar os novos pressupostos modernos causados por todos os valores nacionalistas. Dessa forma abre portas para uma mudança, uma maior consciência do que se estava a passar e nasce uma nova geração de arquitetos. Surgem então dois grupos: o ICAT (Iniciativas Culturais Arte e Técnica), em 1946 em Lisboa, e mais tarde, em 1947, o ODAM (Organização dos Arquitetos Modernos) no Porto. Estes dois grupos tiveram um papel importante para a mudança da arquitetura e libertação da expressão dos arquitetos, pelo que, em 1948, dá-se o primeiro Congresso Nacional De Arquitetura. (Teles, 2014, p.18)

Esperava-se deste congresso um enaltecimento e monumentalização da arquitetura nacional, contudo o congresso levou outro rumo com um objetivo principal de “uma imagem de unidade sobre dois pontos importantes: a rejeição do «português suave» (...) e a chamada da atenção para o «gravíssimo problema da habitação» e o papel da arquitectura e urbanismo modernos na sua «solução».” (Portas cit. por Teles, 2014, p. 19)



Fig. 12 | Primeiro Congresso Nacional da Arquitetura.
(Teles, 2014, p. 18)

A habitação era uma das grandes problemáticas em Portugal, assunto que também foi discutido no Congresso. O caos em que este problema se encontrava era agravado pela não existência de espaço físico para ser construída. Um ano antes do Congresso, Fernando Távora analisa esta problemática da habitação e, quando é confrontado, reforça que “em Portugal, hoje, não se faz Arquitectura e, pior ainda, entre nós não pretende sequer fazer-se Arquitectura” (Távora cit. por Teles, 2014, p. 19), ou seja, devia de existir um junção da construção popular e a modernidade.

Portanto é no Congresso que esta nova geração de arquitetos decide dar uma solução para esta problemática, pois enalteciam os processos industriais, mas causavam uma perda dos pressupostos folclóricos, ou seja, uma arquitetura que correspondia às necessidades que existiam na época. Desta maneira, esta nova geração era responsável por projetar habitações para o maior número de pessoas, tendo em conta os dogmas urbanísticos e arquitetónicos internacionais visados pelos CIAM e apresentados na Carta de Atenas. (Teles, 2014, p. 19)

Segundo o que foi discutido no primeiro Congresso da Arquitectura, as habitações deviam seguir como modelo base a Unidade Habitacional, de maneira que os blocos construídos dessem alojamento ao maior número de famílias, reforçando a construção de blocos verticais. Estes deviam ter à priori lugares de descanso, recreio, equipamento de serviço e elementos de acessibilidade. Assim, surge uma adesão por parte dos arquitetos que leva, no início das décadas de 50 e 60, a uma construção em massa de habitação, transformando assim a cidade de Lisboa numa grande capital.

2.2 | Habitação no Estado Novo

Neste questionamento sobre a arquitetura do Estado Novo aprofunda-se agora o tema da arquitetura habitacional, nos anos 1950 e 1960. A arquitetura habitacional tem como função possibilitar o bem-estar para aqueles que dela vão usufruir, constituindo-se no lugar primordial, o abrigo do ser humano, mas também numa das maiores preocupações de todos os tempos.

A habitação em Portugal apresentava uma herança do passado com uma carência de preocupações para com a qualidade de vida de quem a vai habitar. Há um mote habitacional inaceitável em Portugal pelo facto de especialmente as habitações terem uma dimensão inadequada. (Lopes Porto et al., 1973, p. 68)

A casa é um precursor onde ocorre a maior narrativa da vida dos seus habitantes, sendo o casulo do ser humano, onde existe a metamorfose das pessoas e do lar, tornando-se no espelho da alma. É neste espaço que se desenvolvem as primeiras diferenças entre géneros, a afirmação mais expressiva e íntima de uma caracterização da sociedade e da cultura cheia de opressões. A habitação não é um espaço neutro, como é ensinado na academia, pelo que deveria existir uma consciencialização para quem a está a construir, desde as funções que nela vão ser desempenhadas, à hierarquia de espaços e de funções que ditam todas as diferenças que existem entre os géneros. Na maior parte dos casos, os espaços habitacionais gerados devem ser questionados se são dignos de serem habitados.

A arquitetura habitacional em Portugal sofre uma mudança devido há construção em altura para que todos os edifícios pudessem corresponder às necessidades que a época enunciava. Nos terrenos eram construídos edifícios em grande escala e isolados, sendo que os vazios na parte exterior serviam para vias de acessos ou para zonas verdes. (Urzal Magalhães, 2017, p. 21, 22)

Na década de 1950 dá-se afirmação do movimento moderno em Portugal, graças ao primeiro Congresso Nacional da Arquitetura, visando assim que “a arquitectura portuguesa parece dividir-se entre os mentores do regime e o desejo de um funcionalismo de carácter internacional” (Ana Tostões cit. por Teles, 2014, p.22). Nesta mesma década existiram alguns questionamentos também na forma como se fazia cidade e habitação devido à ideologia da separação entre a habitação, o trabalho e o isolamento dos edifícios habitacionais. Segundo Nuno Portas, o que originou este conflito foi o facto de haver uma “separação artificial de funções e atividade”, “nas dificuldades de relação social no espaço condicionado dos blocos” e “na perda do sentido de orientação e de identificação de espaços”. (Nuno Portas cit. por Urzal Magalhães, 2017, p. 22)

Na época os espaços habitacionais ficaram mais racionais, como resultado de uma organização espacial, surgindo espaços diurnos e noturnos, o que originou uma valorização da organização tripartida, que consiste na divisão dos espaços em três funções: “cozinhar/ comer”, “trabalhar/repousar” e “dormir/ lavar-se”. Desta reflexão tripartida dos espaços surgem a separação da habitação por zonas de serviços, íntima e social. (Urzal Magalhães, 2017, p. 25) “A justificação de uma zona noturna reside, precisamente, em que este reivindica a liberdade de se isolar da vida comum da família (primeiro aspeto), e o direito a caracterizar um espaço seu (segundo aspeto), marcado pelo gosto ou pela formação de imagens mentais.” (Portas cit. por Urzal Magalhães, 2017, p. 25)

Na década de 1960 existiram várias mudanças não só no âmbito da arquitetura, mas também nos serviços e atividades do país. Verifica-se que houve um aumento do sector terciário e secundário, que por consequência motivou a população a movimentar-se para o espaço urbano, deixando assim o campo, o que se deve a um grande desenvolvimento industrial da época. As cidades onde foram visíveis estas grandes mudanças foram Lisboa e Porto. O facto destas famílias mudarem-se para as estas grandes cidades desencadeou um aumento na construção de habitações, acentuando assim a crise que já estava instalada e provocando uma carência enorme de habitação na época de 1960 e 1970.

A cidade de Lisboa nesta época é um dos casos que mais revela esta crise habitacional, pois nas suas periferias foram-se construindo barracos clandestinos, sendo que as condições de alojamento e de habitação nesta cidade desencadeavam uma exclusão das pessoas. (Vilaça, 2001, p. 84) Nesta época foram construídos cerca de 200 000 fogos nesta cidade, maioritariamente habitação unifamiliar. Em 1960, houve um crescimento urbano descontrolado, o que leva a uma procura de habitação ainda maior e, por conseguinte, a uma construção em altura mais acentuada, resultando assim numa maior racionalização das habitações. (Vilaça, 2001, p. 84)

O movimento moderno tinha como princípio na construção de habitação social o construir o máximo ao menor preço e num curto prazo de tempo. Dessa forma aumentou a construção de prédios de rendimento, mas também de casas económicas, levando a cidade de Lisboa a graves problemas, sendo um deles a expansão dos limites da cidade de Lisboa com a construção de novos bairros. No entanto, dentro da cidade a construção em massa começa a demonstrar-se no final da década de 1950 e inícios de 1960. Por causa das “Caixas de Previdência”, Nuno Teotónio Pereira fomenta concursos de habitação social, que incluirá alguns dos arquitetos dos casos de estudo, como Celestino Castro, Pedro Cid, Esteves, Palma, Távora, entre outros. (Gonçalves, 2007, p. 93) Todas estas premissas referidas na construção da habitação e o facto de ser uma construção rápida, leva talvez a uma não perceção por parte dos arquitetos de como os espaços vão ser organizados, que vivências iam existir.

Conclui-se que a habitação é a fabricação da domesticidade e da plasmação do ideal de família (homem, mulher e filhos). (Pedrosa, 2009, p.69) A habitação na época de 1960 é o reflexo de espaço dividido, centrado no homem. Na casa, a presença feminina, num corpo de dona de casa e de mãe, é algo que se pronuncia em cada divisão da mesma. Neste seguimento, entende-se que há um sistema de desigualdades entranhado em cada espaço, que coloca o homem sempre numa posição superior há mulher. A habitação é uma tipologia altamente negligenciada, não sendo construída especialmente para obedecer às necessidades que uma mulher doméstica terá. Para estas, este espaço nunca será uma escolha, pois é um lugar onde elas se anulam para a existência do poder do homem, fazendo-as pensar que é naquele lugar fechado e obscuro a que pertencem. Desta forma a arquitetura habitacional devia de dar resposta à exclusão da mulher e não plasmar o termo ideal de família, pois deve ser o meio de proteção destes temas. Assim, é da maior importância perceber este tipo de arquitetura, pois a espacialidade habitacional deveria de ter como fundamento as premissas referidas acima.

Fig. 13, 14, 15 | Catherine Beecher, Christine
Frederick e Margarete Shütte-Lihotsky.
(Gomes Valentim, 2013)



2.3 |

Lugar da mulher é na cozinha

Acerca dos temas que foram desenvolvidos anteriormente, reflete-se sobre o valor que a mulher tem no domínio doméstico, neste subcapítulo. Dessa forma sentiu-se a necessidade de desenvolver de forma mais aprofundada o tema do espaço da habitação e das desigualdades onde estas seriam mais evidentes, concluindo-se logo à partida que estas ocorreriam na cozinha e, mais tarde, no quarto da empregada, segundo o estudo realizado no capítulo referente aos casos de estudo. Resulta assim uma reflexão de como a cozinha se foi desenvolvendo para travar tais desigualdades intrínsecas no desenho deste espaço.

Historicamente e culturalmente a mulher sempre foi vista como o ser pertencente à cozinha, devido ao facto de o ser feminino estar relacionado ao domínio das tarefas domésticas. A cozinha ao longo dos tempos foi sofrendo alterações a nível da sua espacialidade por causa dos inúmeros problemas que as mulheres encontravam durante o seu trabalho. Consequentemente, as novas propostas visam o melhoramento da vivência doméstica do espaço e da eficiência da mesma. Existiram três mulheres que foram muito importantes para o desenvolvimento do espaço da cozinha: Catherine Beecher, Christine Frederick e Margarete Shütte-Lihotsky. (Fig. 13, 14, 15)

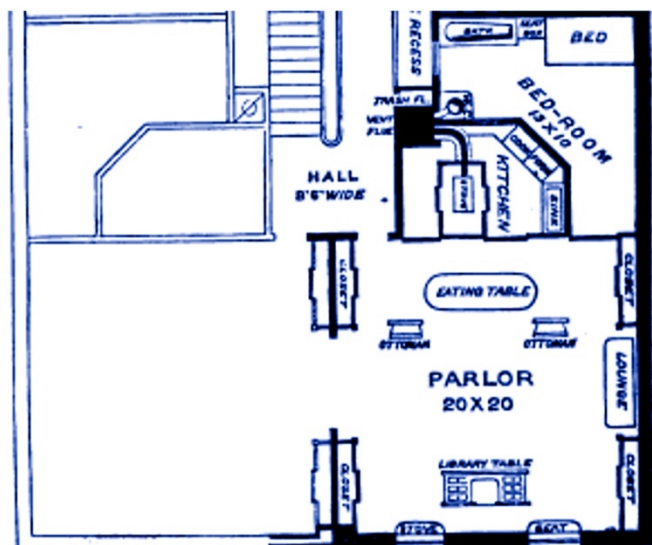
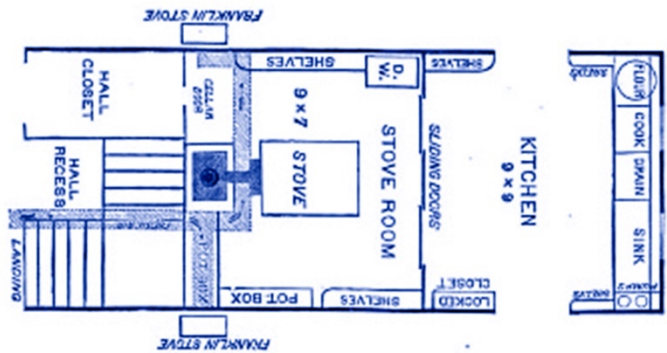


Fig. 16, 17, 18 | Planta da cozinha e a superfície de trabalho da casa subordinada; Planta do apartamento da cidade.
 (Gomes Valentim, 2013, p. 48, 49)

Catherine Beecher foi uma defensora dos direitos das mulheres, valorizava o ser feminino e queria facilitar o trabalho destas no espaço doméstico, principalmente na cozinha. Em 1860, surge o livro *The American Women's Home*, com a participação da irmã Harriet Beecher Stowe, no qual as duas autoras desenvolvem e melhoram as vivências domésticas, com a consciência da espacialidade numa casa suburbana e num apartamento na cidade. (Gomes Valentim, 2013, p. 47)

A casa suburbana desenvolve-se em 3 pisos, sendo que a cozinha é um dos espaços de maior relevância na sua organização. A cozinha é organizada através das tarefas que nela são realizadas, estando a mesa central representada agora por uma superfície de trabalho que contém gavetas e tampos que se estendem e fazem uma grande bancada de trabalho e especialmente destinado para a preparação e lavagem dos alimentos, como é possível observar na figura 16. A ventilação e iluminação é feita através das duas janelas por cima da grande bancada de trabalho. (Gomes Valentim, 2013, p. 49)

Conclui-se que a cozinha permanece uma, mas tenta ser os dois espaços juntos, um para o armazenamento e conservação dos alimentos e outro para a preparação dos mesmos. Este tipo de espaço tem como nome “cozinha contínua”, tendo como objetivo a junção da arquitetura com o mobiliário, da união harmónica de tudo o que lá existe. Esta continuidade tem como papel uniformizar e facilitar todas as tarefas que acontecem na cozinha e que são realizadas por mulheres. Em contrapartida no apartamento da cidade (figura 17) a cozinha tem comunicação direta com a sala através de dois pórticos que se abrem, prevendo assim a “kitchenette” que só apareceu em Portugal a partir dos anos 50/60. (Gomes Valentim, 2013, p. 50) Neste caso a localização da mesa de refeição permanece junto à cozinha e do lavatório para que o percurso fosse menor. As portas de correr proporcionavam momentos privados em família, mas também aproximava a mulher da mesma enquanto esta estava na cozinha. (Gomes Valentim, 2013, p. 51) Catherine Beecher cria uma forma de habitar com a organização espacial da habitação principalmente com a organização da cozinha e do mobiliário da mesma.

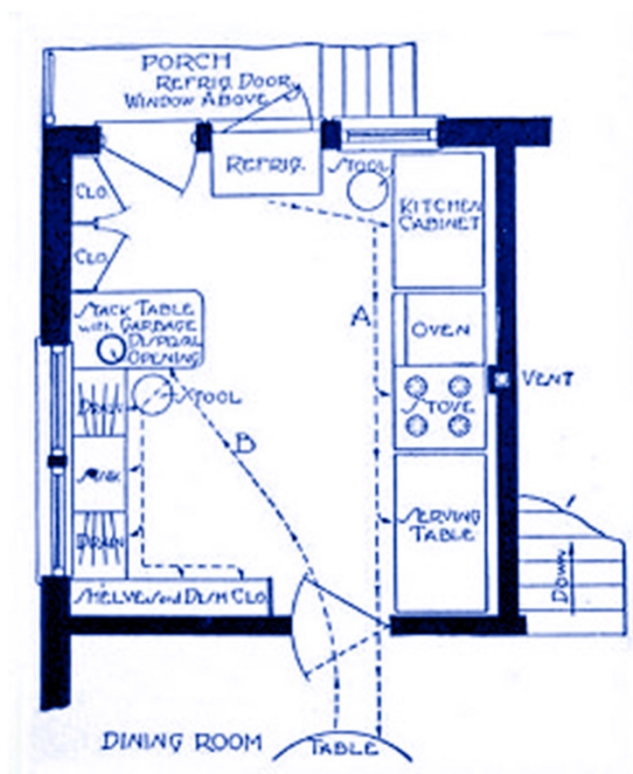
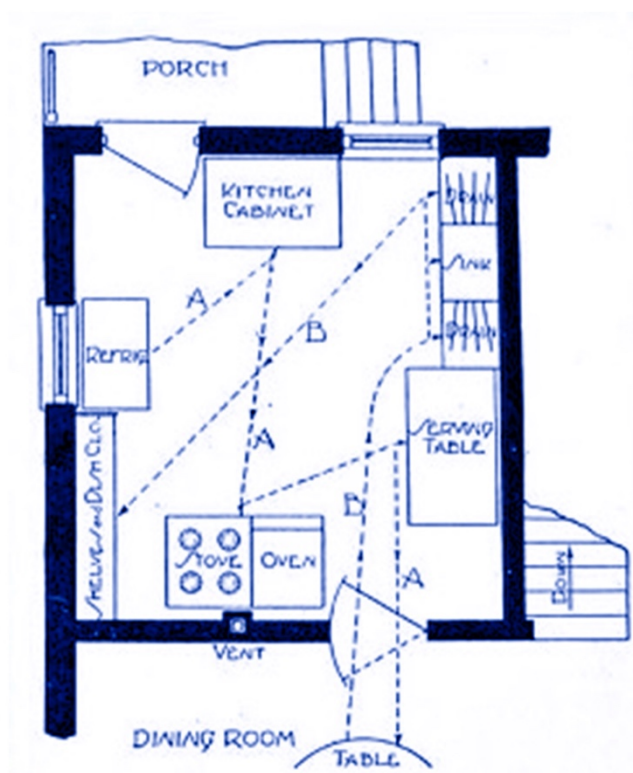


Fig. 19 e 20 | Planta da cozinha não eficiente e da cozinha eficiente, realizada por Christine Frederick. (Gomes Valentim, 2013, p.54)

A domesticidade e a espacialidade da cozinha foram questionadas ao longo dos tempos, na segunda metade do séc. XX. Christine Frederick (1883-1979) deu continuidade ao estudo sobre a cozinha iniciado por Catherine Beecher. Deste modo, Frederick realiza uma série de estudos sobre a domesticidade, nomeadamente como podia através do espaço ou através do mobiliário rentabilizar o tempo da mulher. Através desses estudos Christine chega à conclusão que se mudasse a medida e disposição do mobiliário, facilitaria as tarefas domésticas que a mulher tinha de realizar.

No seu segundo livro *Household Engineering Scientific Management in the Home*, expõe duas cozinhas, uma não eficiente e outra eficiente. Como se observa na figura 19, a autora teve de fazer um espaço em que a circulação fosse simples e menor, retirando tudo o que era desnecessário e ocupasse tempo. (Gomes Valentim, 2013, p. 54) É possível observar na figura 18, que na cozinha ineficiente os percursos são maiores, existe uma constante repetição e a organização do mobiliário e utensílios está mais distante e separada.

Por outro lado, na cozinha eficiente as distâncias percorridas são menores, porque todos os utensílios estão juntos e organizados, fazendo com que as tarefas sejam mais rápidas e lineares. Esta cozinha é organizada em dois compartimentos de trabalho em forma de L, o que ajudava a mulher a movimentar-se menos: o primeiro compartimento correspondia ao local de preparação dos alimentos e o outro ao local da limpeza. (Gomes Valentim, 2013, p. 55) Conclui-se então que a forma como a cozinha eficiente está organizada corresponde à ordem de trabalhos para o bom funcionamento do espaço e dar descanso à mulher.

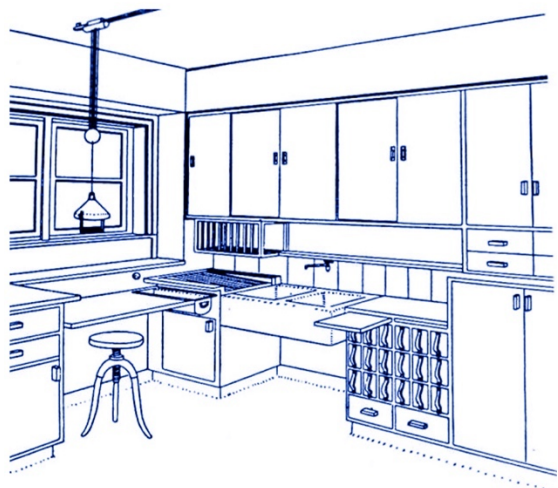


Fig. 21 e 22 | Cozinha de Frankfurt de Margarete
Shütte-Lihotsky.
(Gomes Valentim, 2013, p. 48, 65, 66)

Uma das grandes referências femininas na arquitetura e que teve um papel fundamental, é Margareth Schütte-Lihotky (1897- 2000). Margareth Schütte-Lihotky projetou a cozinha de Frankfurt (1925, que foi instalada nas habitações de Ernst May) e que consistia em responder às novas exigências da arquitetura doméstica. Tinha como objetivo acabar com o trabalho monótono e foi um espaço projetado e pensado na forma como a mulher o ia habitar, sendo eficiente, organizado, prático e otimizado.

A Frankfurt Kitchen, veio iniciar uma nova conquista, não só no mundo das mulheres na arquitetura, mas também da emancipação da mulher na cozinha. (Catarina Teixeira Ferreira, 2016, p.19) A cozinha de Frankfurt era de pequenas dimensões, inclui um banco giratório, armários de arrumações, gavetas organizadoras de alimentos em alumínio (continham o tamanho de uma porção), um fogão a gás, uma tábua de engomar e uma gaveta do lixo que se movia. (Gomes Valentim, 2013, p. 66) A iluminação era artificial, através de um candeeiro de teto que se movia ao longo de um varão longitudinal. (Gomes Valentim, 2013, p. 67) É equipada com tudo o que é necessário, organizada ao pormenor. Em 1928, o Departamento de arquitetura fez um filme que comparava uma cozinha dita normal com a cozinha de Frankfurt. É visível que esta última é a mais eficiente e facilitadora para o trabalho da mulher, pois consegue chegar a todos os utensílios e fazer todas as tarefas de forma eficiente e rápida, sentada no banco giratório, como é observável na figura 21 (Gomes Valentim, 2013, p. 67)



Fig. 23 | Fotogramas do filme publicitário feito pelo Departamento de Arquitetura.
 (Wolf, 2019)

A performance da mulher no filme tem uma forte crítica, não só à questão de como a cozinha estava mal-organizada, mas também uma forte crítica ao sistema ditatorial. A semiótica da cozinha faz referência às questões do uso excessivo do ambiente doméstico, da clausura, a fim de criticar a ditadura e o que a sociedade impunha à mulher. O espaço performativo é a cozinha, como é possível observar nos primeiros fotogramas, onde surge a mulher a cortar lenha e que de seguida vai buscar papel para ajudar a acender o fogão a carvão. Desloca-se ao armário para procurar temperos que não estão organizados, coloca a panela a cozer dentro de uma caixa de cozedura de alimentos, que se localiza longe do fogão. Este sendo a carvão suja consideravelmente e demora mais na cozedura dos alimentos, fazendo a mulher ter mais trabalho de partir lenha para o manter aceso. Este protótipo de cozinha é reflexo da política, ou seja, a desorganização deste espaço leva a mulher a demorar mais tempo nas suas tarefas, cansando-a desnecessariamente.

Conclui-se que estas três mulheres, Catherine Beecher, Christine Frederick e Margarete Shütte-Lihotsky, e os três métodos de projetar uma cozinha foram eficientes e verdadeiramente impulsionadores para construir um mundo mais igualitário, melhorar assim o estilo de vida de uma dona de casa ou de uma criada. Sem elas talvez a cozinha que conhecemos hoje não seria tão evoluída. Ao longo dos tempos em Portugal, este espaço foi sujeito a várias alterações e a uma reorganização funcional. A cozinha portuguesa era considerada tradicionalista até à década de 30, pois evocava as cozinhas camponesas onde o forno era o elemento central e tudo se organizava à volta do fogo. Já na década de 40 pode-se observar que existiram as primeiras mudanças dentro deste espaço, com a construção do Bairro de Alvalade.

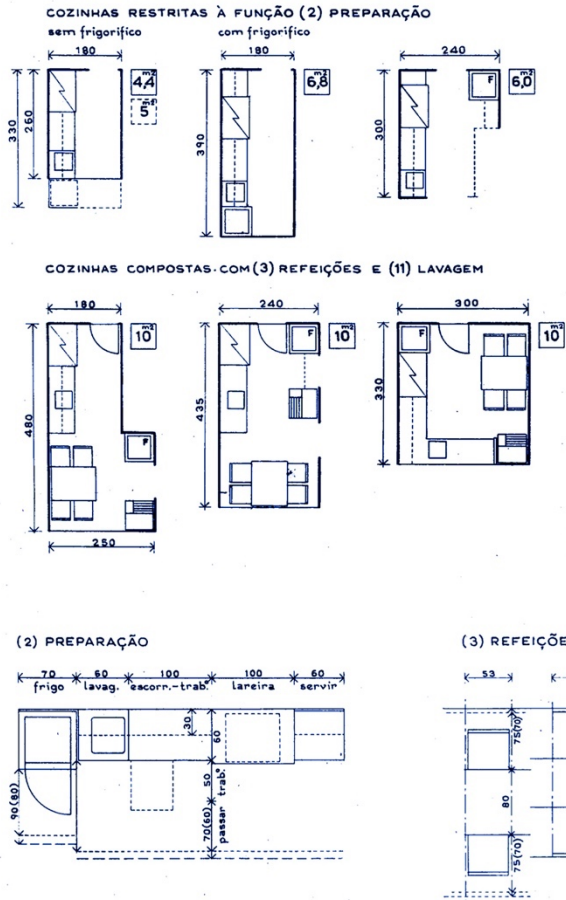


Fig. 24 | Plantas de cozinhas mínimas.
 Fig. 25 | Cozinha de Alvalade.
 Fig. 26 | Cozinha tradicional transmontana.
 (Benedito, 2022, p. 42)

“Esta (...) apresentava-se mais moderna e com áreas devidamente distinguíveis, com a presença da chaminé na área de confeção dos alimentos, onde se colocava o fogão, e a área dedicada aos têxteis, com a presença de um tanque de lavagem de roupa, sendo que, o restante perímetro da divisão era composto, quase na totalidade, por móveis inferiores e superiores, de arrumação e de bancada de trabalho. O espaço era devidamente iluminado e ventilado de forma natural por uma janela, que dava visibilidade para o quintal, existente em alguns edifícios do bairro.” (Joana Contente cit por. Benedito, 2022, p. 41)

Em 1951 é lançado em *Diário do Governo*, o atual *Diário da República*, um decreto de lei nº38:382, que determinava que a área mínima da cozinha seria de 6 m², com a exceção dos casos em que a habitação tinha menos de quatro compartimentos, nos quais a cozinha devia ter a área de 4 m².

Na década de 1960, promovia-se uma arquitetura moderna, mas conservadora, na qual a cozinha tradicional portuguesa era considerada o espaço central das criadas. A cozinha era idealizada numa planta retangular, organizada pela ordem de trabalho, sendo o lado maior para a preparação e confeção dos alimentos e do outro lado a recolha, lavagem e arrumação. Também existia uma zona para os taques de lavar a roupa. Com as dificuldades que o país atravessava era impossível colocar a cozinha portuguesa dentro dos moldes da cozinha americana, uma vez que possuía áreas muito mínimas. (Benedito, 2022, p. 43)

Começa a existir uma pequena consciência para o que era o trabalho doméstico. Dessa forma a cozinha passa a ser mais racional e funcional, aproximando-se da de Frankfurt, pela sua organização, mas também pelo facto de existir dois acessos distintos para este espaço: um feito pelo hall de entrada privado e o outro pelo aceso de serviço das criadas. Junto ao espaço da cozinha encontrava-se o quarto da criada. Este tema da organização da cozinha em Portugal na década de 1950 e 1960 será desenvolvido e analisado melhor no capítulo 3 dos casos de estudo.



Fig. 27 | Dona de casa, colagem.
(Autora, 2023)

2.4 | Resquícios do passado

Ainda sobre o desenvolvimento do tema espaço da habitação e as desigualdades que nele eram evidentes, sentiu-se a necessidade de aprofundar o tema da criada e o espaço da casa que lhe é destinado.

Neste sentido, a mulher criada surge como uma procura de compreensão do doméstico mais profundo em Portugal. A sua existência não foi esquecida e a herança da escravatura permanece ainda nos dias de hoje. A análise sobre estas mulheres e sobre o seu quartinho escondido onde viviam, revela-se de uma importância e pertinência imensa para a sociedade atual, para que a história e a vozes delas nunca sejam apagada.

As tarefas domésticas toda a vida foram feitas por mulheres, pois eram elas as consideradas donas do lar. Já nas casas burguesas houve uma tendência para a “contratação” de outras mulheres para esse mesmo cargo: desde criadas de lar, amas dos seus filhos, empregadas domésticas, mães dos filhos dos outros, amante, mulheres a dias.

“(…) E vem a história, a velha história de todas as criadas de servir, oprimidas, caluniadas e prostituídas pelos próprios patrões sem que a autoridade se preocupe com a imoralidade e até o crime tantas vezes encoberto sob a forma de infanticídio. Altas horas da noite a criadita ouve bater à porta do seu quarto e, assustada, sem forças para gritar, nota com espanto que a pretendem arrombar; ela, então, grita, há escândalo, vem a luz comparece a polícia. (...)” escrito por uma jornalista em Agosto de 1921, que esteve presente numa Assembleia Magma das Serviçais. (Paz, 1979, p. 37)

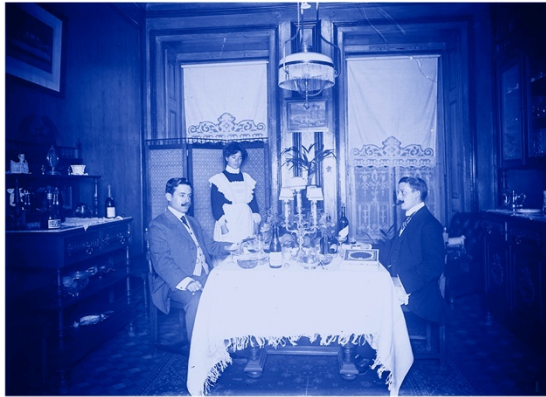


Fig. 28 | Empregada doméstica e vendedora ambulante em Lisboa.
(Benoliel, 1906)

Elas não eram consideradas pessoas livres, pois eram consideradas escravas para os seus senhores, transformadas pelos mesmos em objetos descartáveis. Eram marginalizadas e constituíam as maiores vítimas da nossa sociedade. Como é que em tempos tão cristãos como eram considerados na época, faziam lembrar a escravatura de uma herança passada.

Para além desta herança ocupavam um papel primordial nas mães solteiras, sendo que os filhos eram dos patrões, estas mulheres dedicavam-se ao ramo da prostituição. Segundo alguns dados, entre 1914 e 1921 foram encaminhadas 755 crianças para a Santa Casa da Misericórdia em Lisboa, com as empregadas domésticas a ocuparem o segundo lugar no maior número de crianças entregues perfazendo um total de 246 crianças, sendo a principal causa assinalada o abandono por parte do pai. No ramo da prostituição segundo os dados recolhidos entre 1925 e 1928 existiam 9974, das quais 3329 já tinham exercido a profissão de empregada doméstica. A prostituição surge como uma escapatória aos abusos e miséria vividos nesta profissão, como uma libertação de uma sociedade profundamente desigual. (Paz, 1979, pp. 38, 39) Como afirma Simone de Beauvoir, em 1970, no seu livro *Segundo sexo* “Ora, a mulher sempre foi, senão a escrava do homem ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo de iguais condições.” (De Beauvoir, 1970, p. 14)

A educação das mulheres, como já referido, reunia todas as condições para que fossem umas boas donas de casa, honrando a nação, mesmo que nunca chegassem a praticar estas tarefas, “contratando” criadas para o fazer e ensinando-lhes tudo o que tinham aprendido.



29



30



31



32



33



34

Fig. 29 | Criada a servir os senhores.
(Sala de refeições, sem data)

Fig. 30 | Criada à janela.
(Criadas à janela na Feitoria de Cascais, 1909)

Fig. 31 | Criadas em Lisboa.
(Guedes, sem data)

Fig. 32 | Família e criada em Lisboa.
(Família reunida à hora do chá, 1900)

Fig. 33 | Criada no mercado.
(Benoiel, 1912)

Fig. 34 | Criada em Cascais.
(Criada na Feitoria de Cascais, 1909)

As desigualdades nesta época explodem e as relações de domínio são assumidas. No Estado Novo existia uma grande procura por criadas, pois era sinónimo de riqueza, de influência e de poder, tendo quase todas as classes sociais empregadas domésticas, exceto as trabalhadoras. Ao longo dos tempos surgem histórias de criadas a serem retratadas o mais próximo possível na esfera cinematográfica, sendo vistas de uma maneira dócil e estereotipada, como uma marioneta a serem comandadas e invisíveis para a sociedade e para elas mesmas. São indispensáveis há vida dos lares, mas neste caso não passam de um mero elemento de decoração, como se fossem um móvel da casa que dedicam 100% da sua vida a servir aquela família.

As mulheres partiam das aldeias quando tinham entre 7 e 17 anos por uma questão de necessidade e de fuga, mas desta forma perdem as paisagens da sua infância e a sua inocência ao irem para um exílio do qual nunca regressavam. Maioritariamente eram pessoas analfabetas e sem conhecimento do mundo que as rodeia. Procuravam uma vida com condições melhores do que às que tinham na sua casa de família, sem ter consciência que viveram uma vida de escravatura e os patrões sugaram a sua identidade. No meio de tantas tarefas diárias que tinham de fazer, elas enfrentam-se a si mesmas, no meio de tanta opressão, solidão e desumanização. (Brasão, 2012, p. 11)

São as primeiras acordar e as últimas a deitar, trabalhando além das forças que tinham, mesmo exaustas. Passavam os dias delas entre a cozinha, que mais parecia uma cela, e o quarto, uma masmorra, e de lá não podiam sair, lavando, esfregando, encerando, e recomeçavam tudo de novo como uma ordem mecânica. Muitas das vezes achavam que toda esta infelicidade e escravatura que passavam, seria recompensada um dia que morressem ao irem para o paraíso. A humilhação e a punição que passavam legitimava o poder que os patrões tinham sobre elas, como o sofrimento de imensas privações, sendo uma delas a proibição comerem o que cozinhavam para os patrões, passando fome muitas das vezes.

O Estado não se queria meter na vida doméstica, afastando-as assim dos seus direitos, como por exemplo, o usufruto dos seus dias de descanso. Servir naquela época significava perder a sua identidade, alugar o seu corpo.

“(...) o problema da mulher, no meio disto tudo não é o de perder ou ganhar, é o da identidade. (...) mas que a mulher (e o homem) não tem consciência de como é manipulada e condicionada, ainda oferece menor dúvida. A repressão perfeita é a que não é sentida por quem a sofre, a que é assumida, ao longo duma sábia educação, por tal forma que os mecanismos da repressão passam a estar no próprio indivíduo, e que este retira dá as suas próprias satisfações.” (Barreno et al., 1998, p. 211)

O quartinho da empregada foi deixado como recordação pelos arquitetos, quando desenhavam habitações, sem nunca se esqueciam de colocar este compartimento. Estes quartos localizavam-se normalmente junto à cozinha, ou à lavandaria, e são conhecidos por espaços historicamente marginalizados. Têm uma dimensão mínima, sendo as suas condições mínimas também, normalmente continham uma cama de solteiro, uma estante ou um armário pequeno, sem ventilação, sem alguma janela, ou, se existisse, normalmente era para um dos cômodos junto da lavandaria, ou da cozinha. Um quarto que ficava nos fundos da casa, escondido, abandonado, de condições precárias, carregado de marcas do passado, onde se arrumava toda uma espécie de aspirador de poluição e de doenças.

A utilização do diminutivo na palavra quarto já por si indica o que transparece na realidade, um espaço pequeno, menosprezado, não só pela sua localização, mas também pela falta de conforto e privacidade. A partir da década de 50 e 60 a zona de serviço começa a ficar mais pequena devido ao aumento da zona social, o que provocava uma diminuição do tamanho destes quartos e das casas de banho, sendo que nalguns casos nem existiam ou, se existiam, eram sem zona de duche.

“Além de ser um perigo para a saúde é também uma ofensa moral. Darem-nos uma retrete por quarto, ou um quarto escuro sem moveis e nem uma gaveta para arrumar a nossa roupa. Isto quer dizer, bem claramente, que os nossos patrões não nos consideram pessoas. Acontece que em qualquer destas casas há mais quartos e há salas que só servem para luxo”. Testemunho de uma empregada doméstica recebida pelo Serviço Doméstico a 7 de Agosto de 1979. (Paz, 1979, p. 23)

Para concluir este capítulo deixo três testemunhos de três mulheres criadas do Livro *O Tempo Das Criadas. A condição de servil em Portugal (1940-1970)*, de Inês Brasão:

“CATARINA MIGUEL nasceu em 1943, em Miguel Choco, uma aldeia situada perto de Trancoso. O pai emigrou para o Brasil, deixando a mãe com três filhas pequenas. Não tornaram a vê-lo. A mãe ganhava o sustento da casa com trabalho à jorna. Catarina veio «o engano» para Lisboa, pela mão de uma tia. Prometeram-lhe a escola, mas foi colocada como criada de servir. A patroa, divorciada, vivia com dois filhos maiores de idade, já licenciados. Após tentativa de abuso sexual por parte de um deles, Catarina fugiu. Em seguida, foi admitida na Avenida 24 de Julho, como «dama de companhia» de uma viúva, proprietária de uma farmácia; aí trabalhou também uma cozinheira.

Catarina chorava continuamente, com saudades da mãe, até ao ponto de suscitar a compaixão da patroa. Não se habituou à vida num sexto andar e, na terceira tentativa de integração, arranjou trabalho como criada de modista, o que lhe permitia sair à rua com frequência. Quando regressou de férias à terra, na companhia dos patrões, tornou a fugir, com medo de regressar a Lisboa. Foi posta em casa de uma tia, como criada de servir, mas sofreu maus-tratos e pediu à mãe que a viesse buscar. Prestes a fazer 17 anos, regressou à capital, à Avenida da Liberdade, trabalhando como «criada de fora». Ganhava 50\$00 por mês. (...) (Agosto de 2008)” (Brasão, 2012, pp. 24, 25)

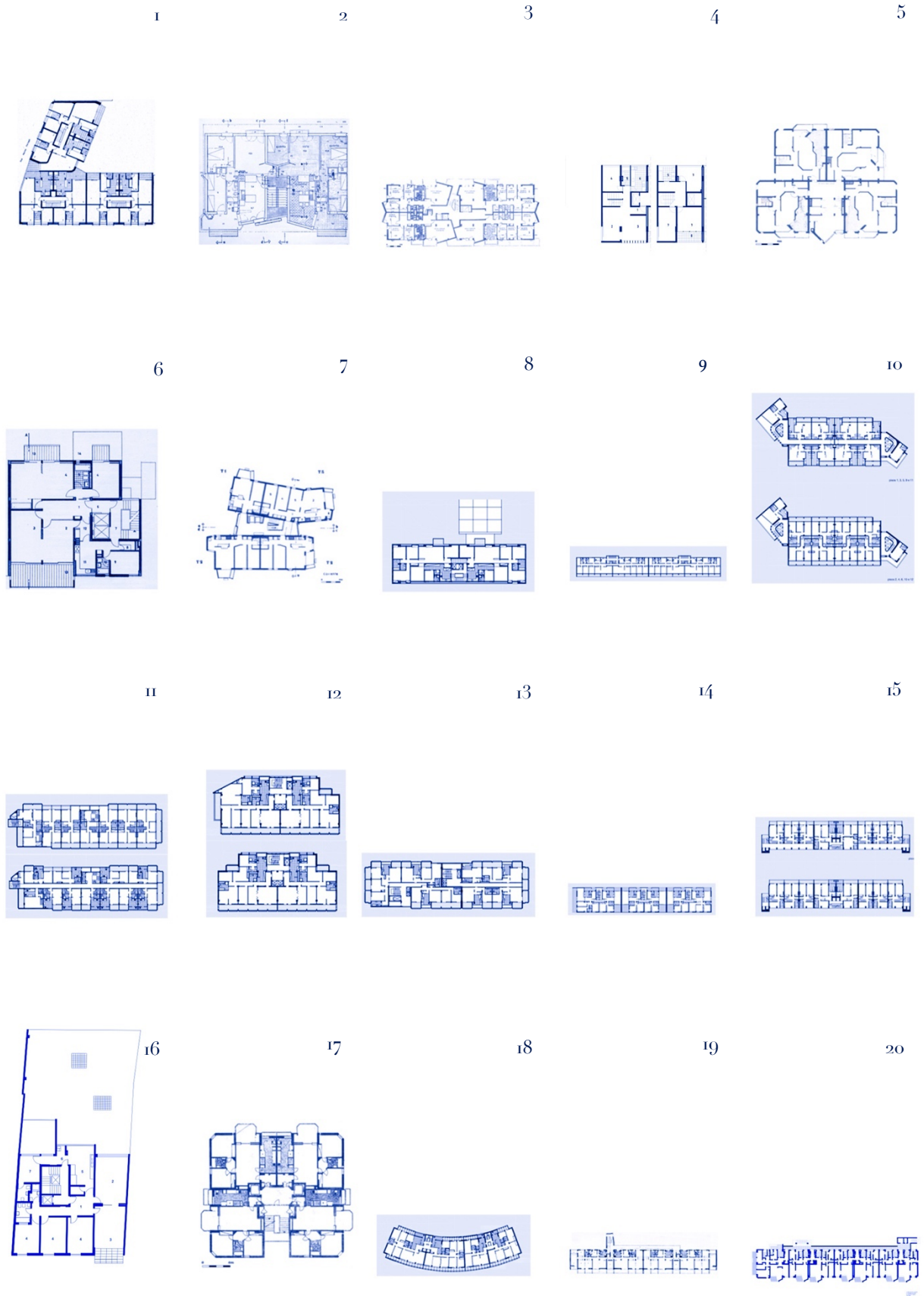
“MARTA MENDES nasceu em 1950. Os pais trabalhavam para um proprietário da terra e a mãe era a padeira do forno da aldeia. O sobrinho desse proprietário é, actualmente, patrão de Marta. Foi servir para Lisboa com 12 anos, sem ter tido oportunidade de terminar a 4ª classe, após súbito falecimento do pai. O intuito era cuidar de um recém-nascido: o patrão era tenente da armada, a patroa frequentava a Faculdade de Letras. A experiência foi vivida com enorme insatisfação e, num dos episódios em que se chega a registar um confronto físico, Marta fugiu. Viveu na rua durante sete meses, dormindo em vãos de escada. Aceitou trabalhar num café que, mais tarde, se apercebe servir de «fachada» para a prática da prostituição. Fugiu. Adoeceu. Voltou para a patroa inicial, e a relação de trabalho apaziguou-se. A mãe adoeceu e Marta regressou à terra para ir vê-la.

Não mais tornou a Lisboa. Foi recrutada pela família de proprietários a quem os pais já estavam ligados, para começar a servir em sua casa. A patroa, entretanto, faleceu. Engravidou e foi protegida pelo patrão do ambiente hostil da aldeia. A filha cresce naquela casa, ao mesmo tempo que Marta se torna uma cozinheira respeitada e prepara banquetes para ocasiões especiais, vendendo bolos e outras iguarias na vila e nas redondezas, para além de garantir todo o serviço doméstico. Deixou há cinco anos de ser interna e vive na sua própria casa, situada num terreno que lhe foi doado pelo patrão, entretanto já falecido, como reconhecimento pelos bons serviços prestados. [Outubro de 2009]” (Brasão, 2012, p. 27)

“LAURINDA REIS nasceu em 1958, na cidade de Viseu. O pai era varre. dor e a mãe, doméstica. A família, embora nunca tenha conhecido a fome, contava com o auxílio dos serviços de beneficência. Laurinda chegou a Lisboa com sete anos, a fim de trabalhar numa casa onde já servia a irmã mais velha, na zona do Campo Pequeno. Os patrões permitiram que concluísse o 4.º ano e frequentou a escola primária do bairro de São Miguel. Recorda com vivacidade dois momentos de ruptura vividos ao longo da infância e juventude: no primeiro, foi acusada de roubo pela patroa e humilhada publicamente no espaço da sala de aula, na presença dos colegas de escola. A segunda situação relaciona-se com uma fuga, depois de a patroa lhe ter proibido o namoro. Das duas vezes, as negociações entre pais e patrões levaram a que aqueles se decidissem pela permanência de Laurinda ao serviço dos segundos. Embora recorde situações de assédio por parte do padrinho, reconhece nesta figura alguém que a protegeu, tal como à sua filha. Os patrões foram seus padrinhos de casamento. Após o matrimónio, passou a trabalhar «a dias» na casa da mesma patroa e da filha desta. Quando a patroa morreu, a não concretização, em legado testamentário, de um conjunto de promessas de doações a Laurinda levou à deterioração das relações com a família e ao subsequente afastamento, sem retorno. Hoje, Laurinda é empregada «a dias» em duas casas. [Setembro de 2008 e Junho de 2009]” (Brasão, 2012, p. 28)

3 |
Casos de estudo

3.1 | Levantamento referencial



1- Prédio Rua Marcos Portugal, 1959, Conceição Silva.

(Conceição, 1967, p. 21)

2- Bloco Olivais Norte, Nuno Teotónio Pereira e António Silva; (Diana Gonzalez Gala, Aspetos da humanização e da re-humanização do habitar nos bairros de interesse social portugueses: um caso de referência- Olivais Norte, Ubi-Covilhã, 2015, p. 56)

3- Bloco Olivais sul, 1960 a 1961, Jorge Ribeiro Ferreira Chaves, Goulartt de Medeiros.

(Silva, 2016, p. 81)

4- Edifício na Avenida Infante Santo, 1953 a 1962, Alberto Pessoa, Hernâni Gandra e Abel Manta.

(Gonçalves, 2007)

5- Bloco Olivais Sul, 1960 a 1961, Rafael Botelho, Carlos Duarte, Mário Bruxelas, Celestino de Castro e António Pinto de Freitas.

(Silva, 2016, p. 74)

6- Edifício na Avenida Elias Garcia, Pires Martins.

(«Edifício na Avenida Elias Garcia», 1967, p. 43)

7- Bloco Olivais Norte, 1955 a 1958, Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e António Pinto Freitas.

(Silva, 2016, p. 71)

8- Edifício Avenida Brasil, 1956 a 1963, Jorge Segurado.

(Gonçalves, 2007, p. 161)

9- Edifício olivais norte, 1960 a 1964, João Abel Manta.

(Gonçalves, 2007, p. 235)

10, 11, 12, 13- Edifício no cruzamento da Avenida EUA com a Avenida de Roma-1952 a 1957-

Filipe Figueiredo, José Segurado.

(Gonçalves, 2007, p. 257, 261, 265, 269)

14- Edifícios na avenida EUA (lado norte), 1955 a 1956, Manuel Laginha, Pedro Cid, Vasconcelos Esteves.

(Gonçalves, 2007, p. 211)

15- Edifícios na avenida EUA (lado sul), 1956 a 1959, Croft de Moura, Henrique Albino e Craveiro Lopes.

(Gonçalves, 2007, p. 223)

16-Edifício na Rua São Bernardo, 1956 a 1959, Vítor Palla e Bento Almeida.

(«Edifício na Rua São Bernardo», 1960, p. 33)

17- Bloco Olivais Sul, 1960 a 1961.

(Silva, 2016, p. 78)

18- Edifício da Mãe D'Água, 1960, Joaquim Ferreira e Faria da Costa.

(Gonçalves, 2007, p. 327)

19- Bloco Olivais Norte, 1959 a 1964, Artur Pires, Martins, Palma de Melo.

(Gonçalves, 2007, p. 317)

20- Edifício das Águas Livres, 1953 a 1956, Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral;

(Gonçalves, 2007, p. 391)

Numa primeira fase foi realizada uma pesquisa dos edifícios de habitação construídos entre 1950 e 1960. Esta pesquisa teve como base, entre outras, a revista *Arquitetura*, a tese de doutoramento *Habitar em Portugal nos anos 1960: ruptura e antecedentes. Um caminho pelo interior do discurso*, da professora Patrícia Santos Pedrosa, a dissertação de José Fernando Gonçalves, *Edifícios Modernos de Habitação Colectiva-1948/61: Desenho e Standard na Arquitetura Portuguesa*, a dissertação de Romana Margarida Veiga dos Reis Caldeira e Silva, *A Casa Como Reflexo Da Sociedade. Lisboa No Século XX*, entre outros.

Fez-se um quadro referencial, para a seleção dos 6 casos de estudo, que teve como princípio a sua localização na cidade de Lisboa, os acessos verticais, as duplas entradas, o quarto da criada e a forma como a zona de serviço, a zona social e a zona privada estavam organizadas na planta. Selecionou-se então 6 casos de estudo: o Bloco das Águas Livres, de 1956; o Edifício na Avenida dos Estados Unidos da América, de 1956; o Edifício na Rua São Bernardo, de 1959; o Edifício Marcos Portugal, de 1959; o Edifício na Avenida Infante Santo, de 1963; e, por último, o Edifício nos Olivais Norte, de 1964. É de sublinhar que o Edifício na Rua de São Bernardo e o Marcos de Portugal estão inseridos na cidade consolidada. Já o Bloco das Águas Livres, o Edifício na Avenida Infante Santo e o Edifício na Avenida dos Estados Unidos da América são os que fazem cidade, consolidam-na e encontram-se no centro da mesma. Por outro lado, os Edifícios dos Olivais Norte são os mais afastados do centro da cidade.

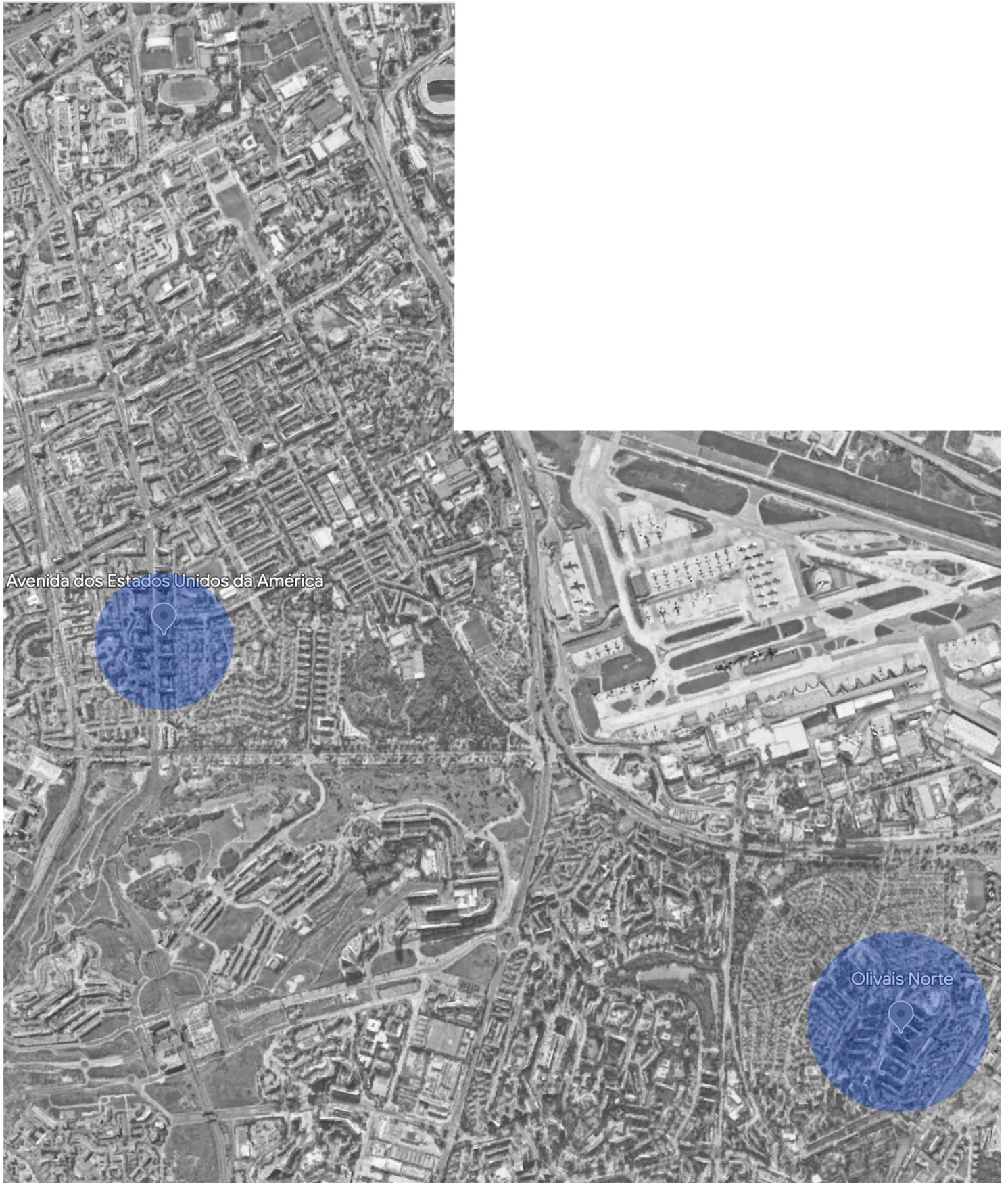
Após a seleção destes casos de estudo houve uma pesquisa sobre as plantas originais e as já refeitas, para assim realizar-se novas plantas para serem analisadas. Estas, as imagens dos casos de estudo e toda a investigação feita previamente foram os elementos-chave para a realização das contextualizações e das análises.

Desse modo apresenta-se primeiramente uma planta geral da localização dos casos de estudo na cidade e de seguida é feito o contexto seguido da análise da tipologia selecionada. Esta análise permite perceber a forma como a tipologia está organizada, como cada uma é feita de forma tripartida, ou seja, zona social, zona privada e zona de serviços. Nas plantas é evidente que as zonas social e privada se localizam na fachada principal, e os espaços domésticos localizam-se sempre na fachada das traseiras.

Como refere Pereira: “Percebe-se que, por um lado, o universo feminino se esgote em grande medida no espaço doméstico, e, por outro, que este último reproduza as condições espaciais correspondentes às linhas mestras da matriz normativa da família instituição, materializando a divisão sexual dos papéis conjugais e o pressuposto vertical da autoridade familiar.” (Pereira cit. por Silva, 2016, p. 28)



Fig. 35 | Planta área dos 6 casos de estudo.
(Lisboa- Google Maps, 2023)



3.2 |

Análise dos casos de estudo

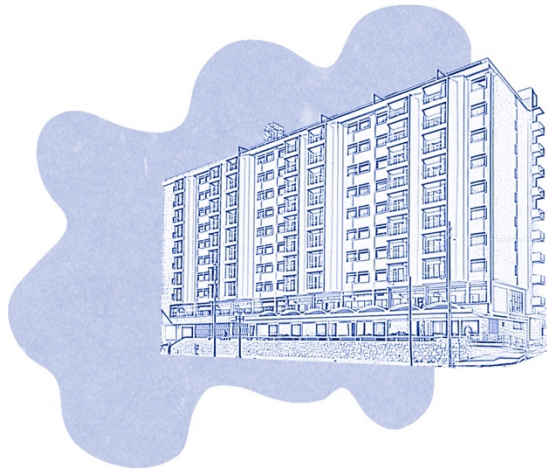


Fig.36 | Bloco das Águas Livres, colagem.
(Autora, 2023)

1º Caso de Estudo

3.2.1 | Bloco das Águas Livres, 1953 a 1956

Arquitetos: Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral

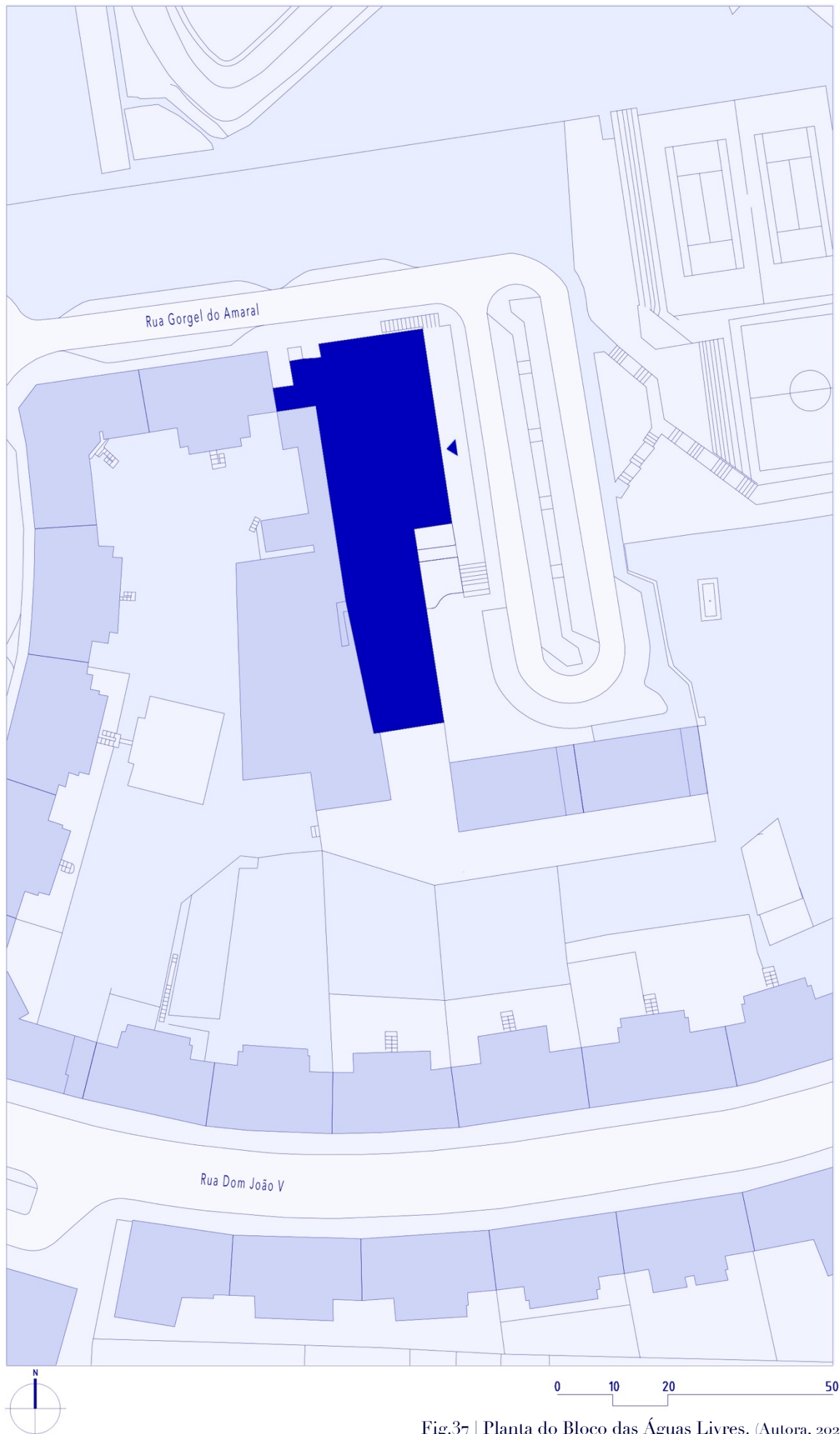


Fig.37 | Planta do Bloco das Águas Livres. (Autora, 2023)

Contexto

O Bloco das Águas Livres foi projetado com as premissas do movimento moderno, pelos arquitetos Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral, e localiza-se perto do Rato, do Campo de Ourique e das Amoreiras. Este edifício é representado como “um primeiro momento de maturação e sedimentação do método internacional”. (Ana Tostões cit. por Teles, 2014, p. 27)

Este projeto surge de uma oportunidade que a companhia de seguros Fidelidade, gerida pelo pai do arquiteto Nuno Teotónio Pereira, teve em investir algum dinheiro no projeto do Bloco das Águas Livres. Dessa forma a construção da habitação teve uma maior qualidade de construção e, conseqüentemente, passou a pertencer a uma classe social mais alta. (Teles, 2014, p. 27)

O edifício denuncia que os arquitetos tiveram uma visão global da sociedade, onde é visível que o habitar devia ser completado com a integração de outras dimensões, como comércio, espaços comuns e serviços coletivos. Este bloco é constituído por 12 pisos, sendo oito andares de habitação, uma cave à mesma cota que a praça exterior, onde é visível os estacionamento dos carros e os principais acessos para o edifício. No lado nascente da fachada são visíveis as zonas comerciais, assim como escritórios e lavandaria. Já o último piso é constituído por quatro ateliers, uma sala comum para os moradores conviverem e um terraço exterior com um miradouro sobre a cidade e o rio. (Teles, 2014, p. 29) A nível dos acessos verticais, existem duas entradas distintas, uma entrada principal para os habitantes do bloco e uma entrada secundária para os serviços.

Uma das entradas principais do edifício localiza-se na fachada nascente, na parte superior da Praça das Águas Livres, ao longo de um passadiço suspenso que permite a chegada ao átrio principal. Já a outra entrada principal do edifício localiza-se na fachada norte, diante da Rua Gorgel do Amaral. Estas duas entradas encontram-se num percurso que se estabelece até chegar ao 3º piso. Em contrapartida as entradas secundárias localizam-se próximas anteriormente referidas, ou seja, uma do lado norte e outra no lado nascente. No bloco existem cinco elevadores e um monta-cargas na sua totalidade. (Teles, 2014, p. 30)

Do lado norte, localizam-se as galerias de serviço, que têm um tratamento quase de um arruamento público, que lhes oferece esta inter-relação de interior e exterior e de vivência social e comunicação entre as várias habitações. “as galerias (...) eram rebaixadas em relação ao nível dos pisos das habitações permitindo aumentar o desafogo e o recato dos compartimentos adjacentes, sem lhes diminuir a visão e a iluminação natural”. (Ana Tostões cit. por Teles, 2014, p. 32) Adjacente às galerias também se localizam uma torre com acessos verticais, um ascensor de serviço e um monta-cargas. Já no lado sul é visível outra caixa de escadas paralelas às galerias de serviço. (Teles, 2014, p. 33) Para além de todo o sistema de circulação interior ter sido estudado, a circulação exterior tinha também uma grande importância devido à ausência de pavimento junto às lojas, que remete para os princípios da Carta de Atenas, ou seja, a criação de uma divisão e distinção entre as circulações.

Esta diferenciação é visível no percurso das pessoas, desde a praça das Águas Livres que as conduzem às escadas da plataforma exterior junto às lojas, e à entrada principal do edifício, mas também a uma rampa que acede à rua Gorgel do Amaral. (Teles, 2014, p. 33) Fig. 37

No piso um localizam-se os escritórios, sendo que o seu acesso a este piso é feito de duas formas diferentes: uma através do hall principal do prédio e a outra pelo topo do edifício, junto à rua. Nos pisos restantes situam-se os oito pisos de habitações, sendo que cada um deles se divide em sete fogos com diversas tipologias, pois era intencional ter a maior oferta possível para as famílias, devido à existência de uma grande preocupação em obedecer às necessidades sociais. Dessa forma existiram 4 tipologias por cada piso: um fogo de tipologia T1 com 95m² de área, três fogos T2 com 105m² de área cada um, dois fogos T3 com 125m² de área cada um e um fogo T4 com 185m² de área, sendo o T2 a tipologia escolhida para ser analisada. (Teles, 2014, p. 33)

A dinâmica da implantação do bloco das Águas Livres resulta de uma disposição de nascente-poente, fazendo com que os quartos e a sala usufruam de uma boa exposição solar e também a zona de serviços, devido à sua iluminação natural durante quase o dia todo.



38



39



40

Fig. 38| Bloco das Águas Livres em 1953.

Fig 39 e 40 | Acessos para a entrada principal do Bloco das Águas Livres em 1953.
(Hidden Architecture, 2016)



41



42



43

Fig. 41 | Entrada no Bloco das Águas Lises, em 1953.
Fig 42 | Galerias de serviço do Bloco das Águas Lises, em 1953.
Fig 43 | Corbertura do Bloco das Águas Lises, em 1953.
(Hidden Architecture, 2016)



44



45



46

Fig. 44, 45, 46 | Hall de entrada no Bloco das Águas Livres.
(Hidden Architecture, 2016)



- 1- acesso principal
- 2- entrada principal
- 3- sala de estar
- 4- quartos
- 5- cozinha
- 6- lavandaria
- 7- quarto da criada
- 8- instalação sanitária
- 9- instalação sanitária da criada
- 10- varanda

- - área de circulação
- - área social
- - área privada
- - área serviço



Fig. 47 | Plantas do piso-tipo. (Autora, 2023)

Análise

O caso da tipologia escolhida do Bloco das Águas Livres foi um T2, apesar de ter uma galeria de serviço e o acesso de ambas as classes é feito através de uma única entrada. O acesso dos serviços é realizado através de umas escadas que estão ligadas às galerias coletivas de serviço e que dão acesso ao fogo e ao elevador. Existe uma divisão notória de como os acessos são hierarquizados.

Na fachada poente nas traseiras do edifício das Águas Livres encontram-se as galerias de serviço que dão acesso há área de serviço das casas. Esta zona é constituída pela cozinha, a lavandaria, uma instalação sanitária coletiva, uma instalação sanitária para a empregada e um quarto para a mesma. A cozinha é concebida como uma espécie de laboratório com 6,42 m², sem uma zona de refeições e fica nas traseiras do edifício. Este espaço remete quase para a cozinha eficiente de Christine Frederick, pelo facto de todo o mobiliário e utensílios estarem juntos, o que fazia com que a mulher empregada conseguisse rentabilizar o próprio trabalho. Mesmo não sabendo ao certo a ordem dos trabalhos em que a cozinha está organizada nem como funciona, indica que está organizada na forma de U, tentado com que os movimentos sejam menores, existe com um local de preparação de alimentos e outro de limpeza. A casa de banho coletiva com 3,90 m² é generosa em relação há casa de banho da empregada que tem apenas 3 m², constituída por uma sanita, lavatório, banheira e uma zona de lavandaria com um tanque, onde a roupa dos senhores era tratada e estendida no limite das janelas junto à galeria exterior. Esta casa de banho tem dois acessos, um pelo quarto da empregada, que é feito através da porta de correr e que acede à lavandaria e à casa de banho, e outro acesso pelo corredor coletivo. A zona de estendal que se vê na lavandaria tem uma zona ventilada que é feita através de um *brise-soleil*, uma cortina de betão.

O quarto da empregada, em relação aos outros que foram analisados, é dos que tem maior área, com 8,95 m², mas em comparação aos quartos nobres da habitação tem pouca área. Este quarto mostra como não existia preocupação na projeção deste espaço e nas vivências que lá existiam, localizando-se no fundo do corredor, e está virado para as galerias coletivas de serviço, o que lhe retira toda a privacidade e diminui a iluminação e ventilação.

Os espaços nobres do Bloco das Águas Livres localizam-se na fachada nascente, como a sala de estar e os quartos, tendo uma vista sobre a cidade e o rio de Lisboa. A sala é bastante ampla ocupando 30 m², tem uma boa iluminação devido há varanda e conjuga duas funcionalidades: a de estar e a de comer, com uma zona reservada para as refeições. Através da sala também se acede a uma ampla varanda que tem uma vista sobre a cidade. Acede-se aos quartos através de uma antecâmara no corredor que lhe confere uma proteção da privacidade em relação, por exemplo, ao quarto da empregada.

Após a análise da distribuição das áreas do fogo verifica-se que a casa está dividida em dois eixos através do corredor, tendo a área de circulação cerca de 13,87 m². Na parte das traseiras onde as vistas são as piores e a luz não chega diretamente aos compartimentos devido às galerias de serviço fica a zona de serviço, com um total de área de 18,43 m². Já na fachada principal, a nascente, onde ficam localizadas as melhores vistas e com uma melhor iluminação, localiza-se a área social com 33,90 m² e a área privada com 27, 82 m². (Fig. 46) Dessa forma, é visível que as áreas nobres são as que ocupam maior percentagem e possuem um privilégio dentro da habitação, em relação às zonas de serviço e às áreas mínimas, refletindo-se na planta do edifício a hierarquização das classes através dos espaços.



Fig.48 | Bloco na Avenida Dos Estados Unidos da América (lado norte),
colagem.
(Autora, 2023)

2º Caso de estudo

3.2.2 | Bloco na Avenida Dos Estados Unidos da América (lado norte), 1954 a 1956

Arquitetos Manuel Laginha, Pedro Cid, João Esteves

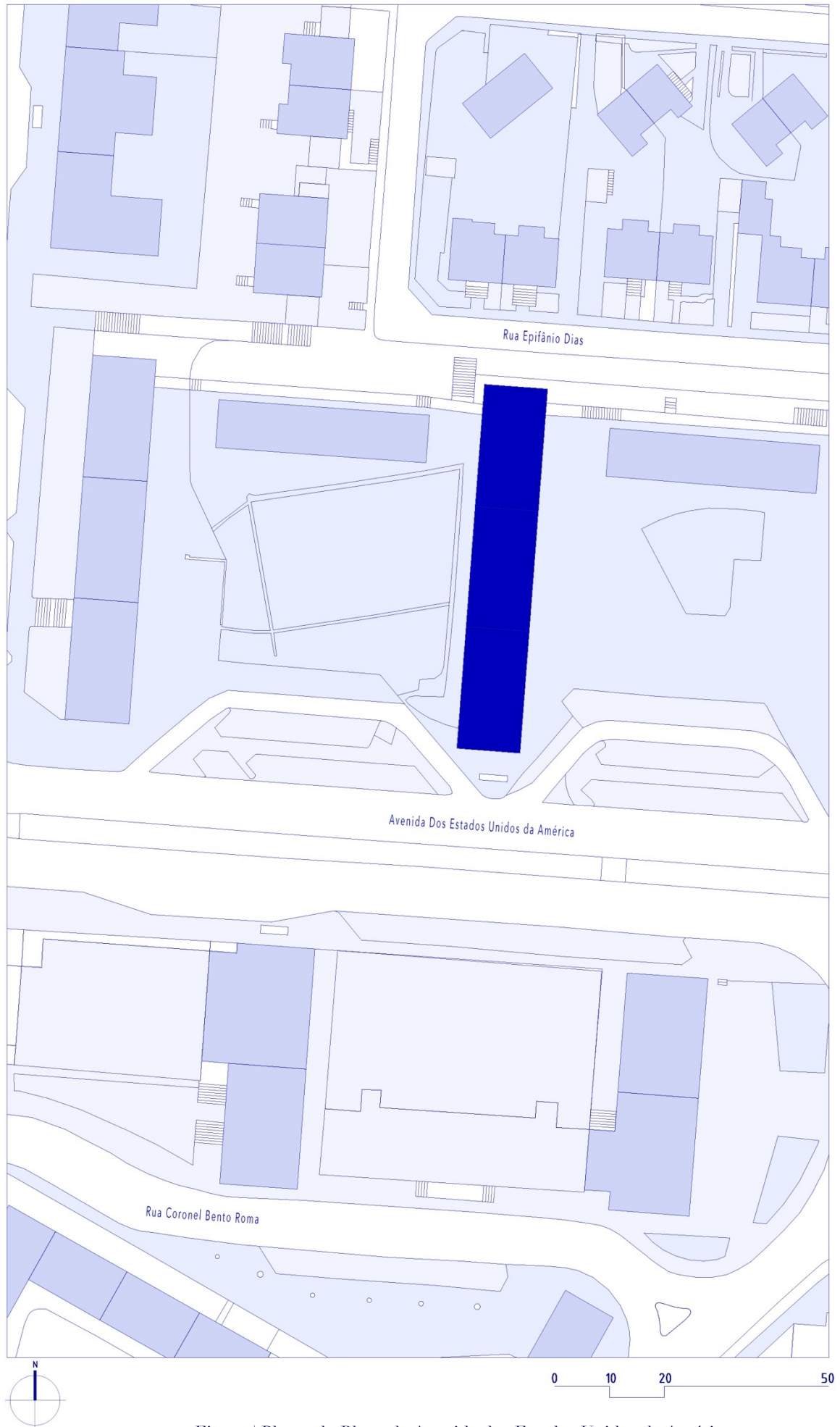


Fig. 49 | Planta do Bloco da Avenida dos Estados Unidos da América. (Autora, 2023)

Contexto

O edifício, localizado na zona norte da Avenida dos Estados Unidos da América, foi projetado pelos arquitetos Manuel Laginha, Pedro Cid e João Vasconcelos Esteves, tendo sido iniciada a sua obra em 1954 e terminada em 1956. O edifício situa-se na freguesia de Alvalade, fica circundado a oeste pela Avenida Rio Janeiro, a Norte pela Rua Epifânio Dias e a Este pela Rua Francisco Lourenço da Fonseca.

É caracterizado pelo seu traçado modernista de edifícios perpendiculares à avenida, intercalando-os com edifícios paralelos à rua e criando espaços públicos nos pátios formados pelos edifícios. Os cinco edifícios perpendiculares à avenida são constituídos por 10 pisos de habitação, suspensos em pilotis, sendo que o seu acesso é feito a partir da Avenida Estados Unidos da América. Já os quatro edifícios paralelos têm apenas 3 pisos habitação e estão pousados no chão, junto à Rua Epifânio Dias.

Estes destinavam-se a serem prédios de rendimento para cerca de 1300 pessoas. Os edifícios perpendiculares à rua são constituídos por dez pisos de habitação, sendo que cada piso é constituído por seis fogos com apenas duas tipologias, pois o pressuposto era arrendar a famílias. Dessa forma existem 2 tipologias, por cada piso: T2 com aproximadamente 117,00 m² e T3 que são localizam-se nas laterais dos edifícios, com 114,78 m² e 140,00 m² de área. O edifício escolhido para analisar foi o segundo edifício perpendicular à Avenida Estados Unidos da América e localiza-se à direita da Avenida Rio de Janeiro com a tipologia T3.

No rés do chão localizam-se os três núcleos de circulação vertical, cada um constituído por uma escadaria, no centro um elevador de serviço e um sistema de recolha do lixo e ao lado da distribuição de serviço localiza-se um corredor com um elevador para os habitantes. Os blocos de habitação da Avenida dos Estados Unidos da América estão assentes em pilotis que permitem a continuidade da visão pelas plataformas ajardinadas pelos percursos pedonais, pelas zonas de estacionamento e permitem localizar facilmente onde se encontra a zona de entrada dos blocos.

Denota-se uma influência direta das *unités d'habitation* de Le Corbusier, assumida pelos arquitetos do projeto, pelo facto dos edifícios estarem elevados em relação ao solo através de pilotis, os fogos serem de profundidade total este-oeste de forma que as varandas são embutidas. A nível da fachada existe uma regra e modulação da mesma e na cobertura tem um terraço comum. Nesta localizam-se três habitações de tipologia T2, sem quarto da empregada, a casa do porteiro com um quarto, uma cozinha e uma instalação sanitária. Nesse mesmo piso também estão os terraços coletivos do edifício, e que na época serviriam apenas para estendal, tendo cada habitação o seu. (Gonçalves, 2007, p. 212)

A dinâmica da implantação dos edifícios do lado norte da Avenida dos Estados Unidos da América resulta de uma exposição maior nas fachadas nascente e poente, fazendo com que os quartos principais e a sala, através da varanda, usufruam de uma boa exposição solar.



50



51

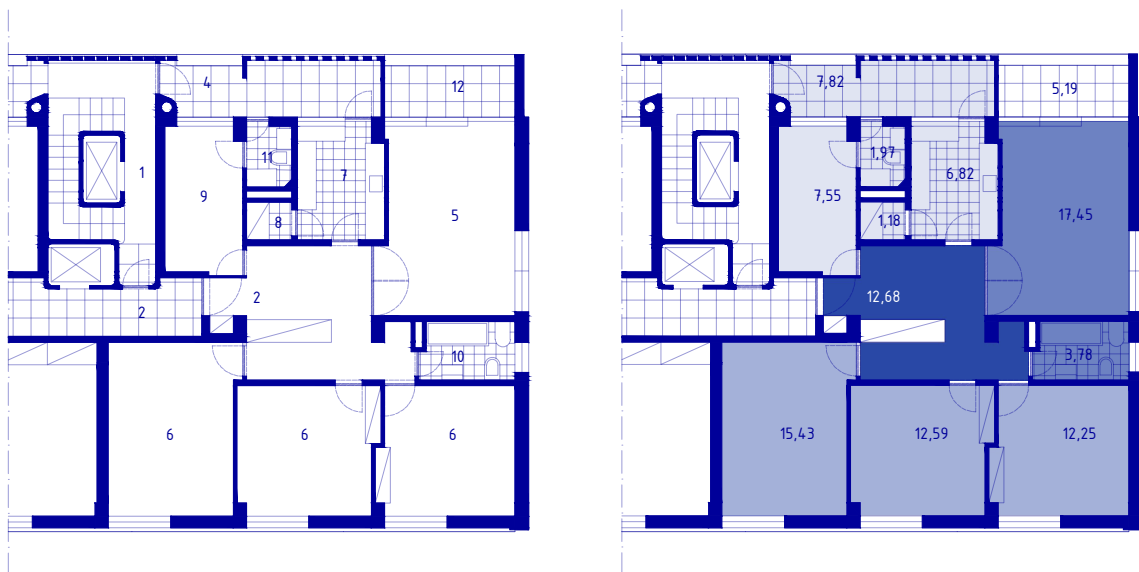


52

Fig. 50 | Edifícios da Avenida dos Estados Unidos da América.

Fig. 51 | Fachada do Edifício da Avenida dos Estados Unidos da América.
(Docomomo Ibérico, sem data)

Fig. 52 | Rés do chão do Edifício da Avenida dos Estados Unidos da América.
(Duarte, 1957, pp. 19, 21, 22)



- 1- acessos dos serviços
- 2- acesso principal
- 3- entrada principal
- 4- entrada de serviço
- 5- sala de estar e jantar
- 6- quartos
- 7- cozinha
- 8- lavandaria
- 9- quarto da criada
- 10- instalação sanitária
- 11- instalação sanitária da criada
- 12- varanda

- área de circulação
- área social
- área privada
- área serviço



Fig.53 | Plantas do piso-tipo. (Autora, 2023)

Análise

O caso de estudo escolhido do edifício da Avenida dos Estados Unidos da América foi segundo edifício a oeste da Avenida Rio de Janeiro de tipologia T3. O acesso ao edifício é feito por uma única entrada, tendo logo acesso a um espaço onde se encontra o elevador principal, sendo que à sua esquerda se localiza uma porta que dá acesso ao elevador e às escadas de serviço, fazendo uma divisão e uma hierarquização dos acessos. Neste edifício é notória esta desigualdade e separação da criada e das pessoas que nele habitam.

O acesso ao fogo pelos habitantes é feito pela entrada principal que nos reencaminha para um hall de entrada central que distribuiu os sectores domésticos, social e privado. Na fachada poente, nas traseiras do edifício, encontra-se uma porta secundária que dá acesso à zona de serviço do fogo, e através desse hall de entrada de serviço acede-se a uma zona de estendal que dá acesso direto à casa de banho da empregada e à cozinha. A casa de banho da empregada é claustrofóbica, uma das mais pequenas dos casos de estudo, com 1,97 m² de área, e é constituída por uma sanita, um lavatório e uma zona de banho, com acesso também ao quarto da empregada. Este tem dois acessos: um pelo corredor principal e outro pelo hall de serviço através da casa de banho. O quarto é constituído por uma janela voltada para o hall de serviço, o que não lhe confere uma boa insolação e o torna mais escuro, por outro lado retira-lhe a privacidade, como já é habitual. A cozinha continua a ser o espaço destinado às empregadas domésticas, um dos espaços com menor área e onde passam maior parte do seu tempo. Não tem acesso direto à zona de refeições, tendo de passar pelo corredor principal. Através da cozinha acedemos a uma pequena lavandaria e também a zona de estendal que fica no hall de serviço.

Normalmente os espaços nobres, como os quartos principais, a sala de jantar e estar, localizam-se sempre na fachada principal, estando a mesma virada a nascente, mas neste caso de estudo a sala de estar localiza-se a oeste, o que na tipologia T2 verifica-se que atravessa o fogo de oeste a este. Na tipologia T3, os arquitetos Manuel Laginha, Pedro Cid e João Vasconcelos Esteves, no lugar da varanda principal colocaram um quarto e a sala virou-se para oeste, conjugando as duas funcionalidades: a de estar e de jantar, possuindo $17,45 \text{ m}^2$ de área, com uma boa iluminação que é feita por uma janela a norte e uma continuidade exterior através de uma varanda com $5,19 \text{ m}^2$, a oeste.

Na zona nascente localiza-se a zona privada que ocupa $40,27 \text{ m}^2$ do fogo onde se localiza uma pequena antecâmara que dá uma certa privacidade a estes espaços nobres que se sucedem. O primeiro quarto tem de área cerca de $15,43 \text{ m}^2$ e os outros dois são mais pequenos com cerca de $12,00 \text{ m}^2$. São constituídos por uma grande janela que lhes presenteia com uma boa iluminação logo pela manhã, devido à sua localização. Esta mesma antecâmara também reencaminha os habitantes até à casa de banho social com cerca de $3,78 \text{ m}^2$ de área e é constituída por um lavatório, sanita e uma zona de duche.

Após uma análise de cada compartimento verifica-se que a habitação está dividida em dois grandes eixos: o dos serviços que ocupa a menor percentagem de área $17,52 \text{ m}^2$, e a parte nobre, ou seja, a área privada e social, que ocupam as maiores percentagens da área, com $21,53 \text{ m}^2$ e $20,38 \text{ m}^2$. Conclui-se assim que as zonas nobres têm maior privilégio do que as zonas de serviço, que deveriam ser maiores.



Fig. 54 | Edifício na Rua de São Bernardo,
colagem.
(Autora, 2023)

3º Caso de Estudo

3.2.3 | Edifício na Rua de S. Bernardo, Lisboa, 1956 a 1959

Arquitetos: Vítor Palla e Bento Almeida



Fig. 55 | Planta do Edifício na Rua de São Bernardo. (Autora, 2023)

Contexto

O edifício na rua de São Bernardo foi projetado pelos arquitetos Vítor Palla e Bento de Almeida, sendo que a obra se iniciou em 1956 e terminou em 1959. O edifício na Rua de São Bernardo situa-se a sudoeste da zona central de Lisboa e fica circundado pela Avenida Álvares Cabral e pela Rua Anastácio Rosa.

O terreno que ocupa este projeto é longitudinal e profundo. Na parte da frente, para a Rua de São Bernardo, localiza-se o edifício de habitação, ocupando cerca de metade do terreno, como se pode observar na planta geral (fig. 55), e as traseiras destinavam-se a uma zona de estacionamento.

O edifício na Rua de São Bernardo era considerado uma habitação de luxo e foi projetado para a classe alta. Este projeto tem um programa muito desenvolvido sendo constituído por sete andares dos quais 5 andares destinavam-se a habitação. Na fachada principal o rés do chão divide-se em três partes, sendo que no lado direito encontra-se uma zona comercial e do lado esquerdo um portão que ocupa quase metade da fachada e que reencaminha os carros para uma zona para estacionamento. No centro localiza-se a entrada principal que dá acesso ao hall de entrada, às escadas de serviço, ao elevador e ao acesso à zona onde o porteiro morava com um quarto, duas instalações sanitárias, um pequeno logradouro privativo e uma cozinha.

Os pisos acima abrigam um fogo de tipologia T3+1, sendo este +1 o quartinho da criada, com cerca de 124,75 m² de área. A nível de acessos verticais, estas tipologias estão organizadas em torno do núcleo central de serviços, com umas escadas e um elevador no centro que servia os funcionários, e em frente às portas principais localiza-se o elevador principal para os senhores.

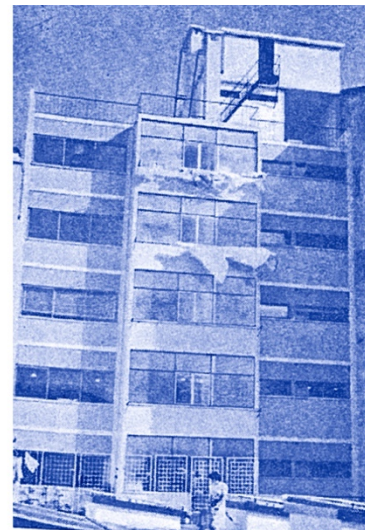
Observa-se, na maneira como os arquitetos projetaram a fachada principal, de forma cuidada e organizada, uma tentativa de integrar o edifício com a sua envolvente, afastando as varandas da fachada e deixando assim o conceito de a varanda ser contínua junto com as janelas. Desta forma os arquitetos separam o que são zonas de estar interiores e zonas de estar exteriores, quase como um prolongamento da mesma. O edifício resulta de uma boa exposição solar, fazendo com que o que está na fachada nascente tenha benefício dessa exposição.



56



57

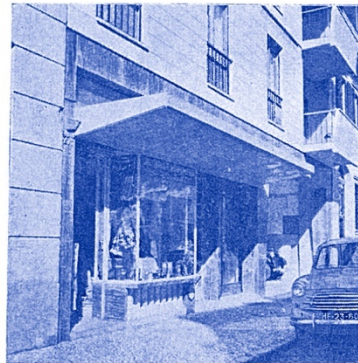


58

Fig. 56, 57 | Alçado Nascente do Edifício na rua São Bernardo, em 1961.
Fig 58 | Alçado Poente do Edifício na rua São Bernardo, em 1961.
(Almeida, 2019, p. 42, 43)



59



60

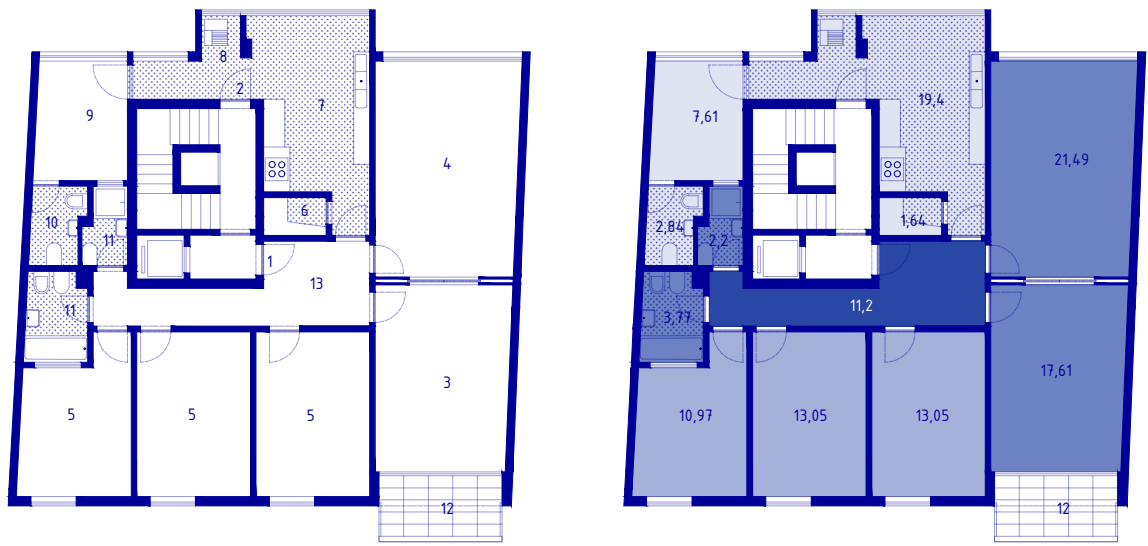


61

Fig. 59 | Alçado nascente do Edifício na rua São Bernardo, em 1961.

Fig. 60 | Entrada do Edifício na rua São Bernardo, em 1961.

Fig. 61 | Hall de entrada do Edifício na rua São Bernardo, em 2019.
(Almeida, 2019, p. 43)



- 1- entrada principal
- 2- entrada de serviço
- 3- sala de estar
- 4- sala de jantar
- 5- quartos
- 6- despensa
- 7- cozinha
- 8- lavandaria
- 9- quarto da criada
- 10- instalação sanitária da criada
- 11- instalação sanitária
- 12- varanda
- 13- hall

- área de circulação
- área social
- área privada
- área serviço



Fig. 62 | Plantas do piso-tipo. (Autora, 2023)

Análise

A tipologia escolhida do Prédio na Rua de São Bernardo foi um T3+1, sendo o mais um o quartinho da empregada.

Os acessos a este fogo são feitos através de duas entradas, uma divisão hierárquica entre os serviços e quem habita o fogo. Existe um acesso vertical (escadas e um elevador) que é utilizado apenas pelas empregadas domésticas que as levam até um hall onde se encontra uma porta de acesso ao fogo onde trabalham. Esta porta conduz-as até à lavandaria, por onde se acede depois a toda a zona da de serviços. O outro acesso ao fogo é feito através de um elevador, que reencaminha os habitantes para a porta principal e, por sua vez, para um corredor de distribuição dos espaços nobres da casa. Esta permanência da tradição conservadora e hierárquica de separação de ambas classes com um duplo acesso é ainda comum nos edifícios desta época.

Na fachada nascente, localiza-se a zona privada e a zona social. Esta é constituída pela sala de estar com 17,41 m² de área, com uma abertura direta para a sala de jantar, o que não é comum a junção destes dois cômodos. Esta sala de estar tem uma varanda para a rua principal que ilumina toda a sala. Na zona privada localizam-se os três quartos principais, sendo que dois deles têm cerca de com 13 m² e o outro tem 11 m² de área, sendo quase o dobro da área do quarto da empregada. Os quartos principais têm uma boa insolação devido ao seu posicionamento, mas também uma bela vista para a rua. No hall principal para além de terem acesso às zonas privadas, também têm acesso a duas instalações sanitárias sociais, uma com 3,78 m² de área, sendo constituída por um lavatório, bidé, sanita e zona de duche. A outra é mais pequena, com 2,20 m² de área e não tem o bidé.

Na fachada poente localiza-se a zona de serviços com $31,33 \text{ m}^2$ de área total e é constituída pela cozinha, despensa, lavandaria, quarto da empregada e casa de banho da mesma. Através da porta de serviço acede-se a estes cómodos, ou então pelo hall de entrada principal. A cozinha é o espaço com a maior área dos casos de estudo, tendo $15,31 \text{ m}^2$, tendo ao lado a despensa e a lavandaria que dá acesso direto ao quarto da empregada. Este é mantido invisível, pois para além do acesso ser feito pela lavandaria, ainda se localiza nos fundos da casa, com uma área de $7,62 \text{ m}^2$. Este quarto era a representação de uma casa para esta criada e tinha condições miseráveis. É através do quarto que se tem acesso a uma casa de banho para uso da empregada, mas esta não apresenta condições, pois não tem uma zona de duche. Este é um exemplo de como eram esquecidas e menosprezadas, mesmo na arquitetura. Na zona poente também se localiza a sala de jantar com $21,48 \text{ m}^2$ de área.

Após uma análise geral de cada compartimento, conclui-se que a zona privada e a zona social são as que novamente ocupam a maior percentagem de área com a percentagem de $37,03 \text{ m}^2$ e $44,87 \text{ m}^2$, em relação à zona de serviço que ocupa uma percentagem de $31,33 \text{ m}^2$. Esta casa representa bem a hierarquização da sociedade que, para além de ser uma casa burguesa, deixa claro os dois sectores, o doméstico e o nobre. A zona dos serviços é a zona mais desigual, mais precária e débil dos casos de estudo.



Fig.63 | Edifício na Rua Marcos Portugal,
colagem.
(Autora , 2023)

4º Caso de Estudo

3.2.4 | Edifício na Rua Marcos Portugal, Lisboa

Arquiteto Conceição Silva

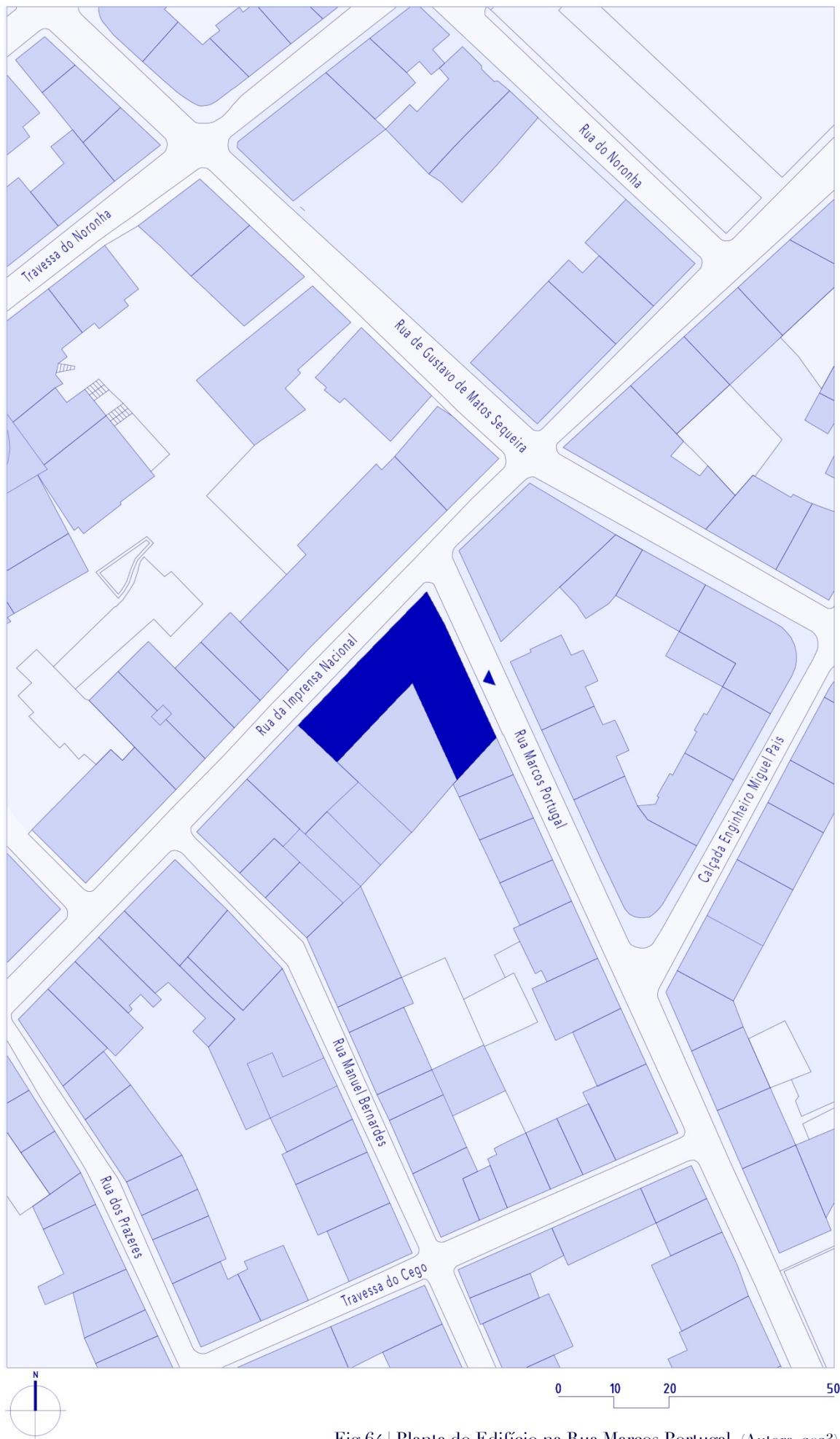


Fig.64 | Planta do Edifício na Rua Marcos Portugal. (Autora, 2023)

Contexto

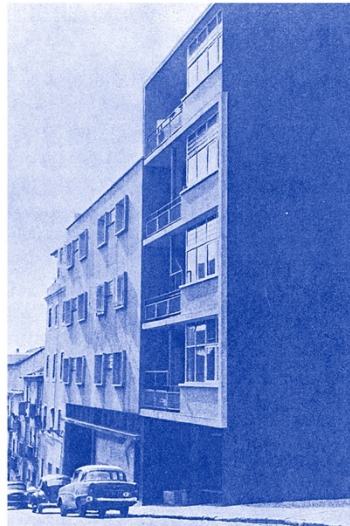
O edifício foi projetado por Francisco Conceição Silva em meados do ano 1959, localiza-se na zona do bairro do pombal, que é bastante coeso e com uma planta bem organizada. O bairro localiza-se no lado ocidental da colina de S. Roque, sendo limitado pela Rua da Escola Politécnica, a Rua da Imprensa Nacional, até à rua de S. Bento, subindo para a rua de Nova da Piedade, encontrando a Praça das Flores e terminando na rua do Monte Olivete. (Geraldès, 2018, p. 26)

A entrada do caso de estudo localiza-se na Rua Marcos de Portugal, é visível na fachada principal junto à rua onde se encontra também uma entrada para a garagem das habitações e uma entrada para o comércio. O edifício é constituído por quatro pisos, sendo o rés do chão destinado a comércio e os restantes a habitação. No entanto, verifica-se que na segunda tipologia o edifício ganha mais um piso atingindo assim os 5 pisos. Esta construção está dividida em três blocos, cada um deles com a sua tipologia específica e com os seus acessos verticais exclusivos, sendo estes constituídos apenas por uma escadaria com um lance por piso, não tendo elevador.

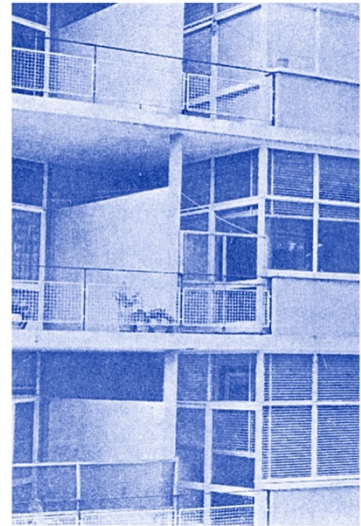
O edifício da Rua Marcos Portugal desenvolve-se em três habitações diferentes por piso, sendo elas todas T2: a primeira habitação é constituída por uma sala comum, uma cozinha, uma instalação sanitária e um quartinho da criada; a segunda difere da primeira uma vez que não existe quartinho da criada e acrescenta uma dispensa e uma lavandaria no interior da cozinha; a última é muito semelhante à primeira e difere apenas no acréscimo de uma lavandaria. As varandas que estão viradas para a rua Marcos de Portugal têm uma profundidade que lhes favorece na privacidade dos seus habitantes. Através da dinâmica da implantação do edifício da Rua Marcos de Portugal, as zonas privadas localizam-se na fachada principal e as zonas de serviço e social na fachada das traseiras.



65



66



67

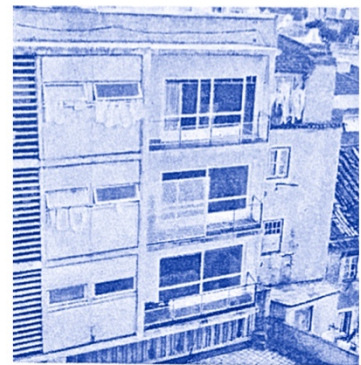
Fig. 65, 66 | Alçado principal do Edifício de Marcos de Portugal.
Fig. 67 | Alçado Sudeste do Edifício de Marcos de Portugal.
(Conceição, 1967, p. 18, 19, 22)



68

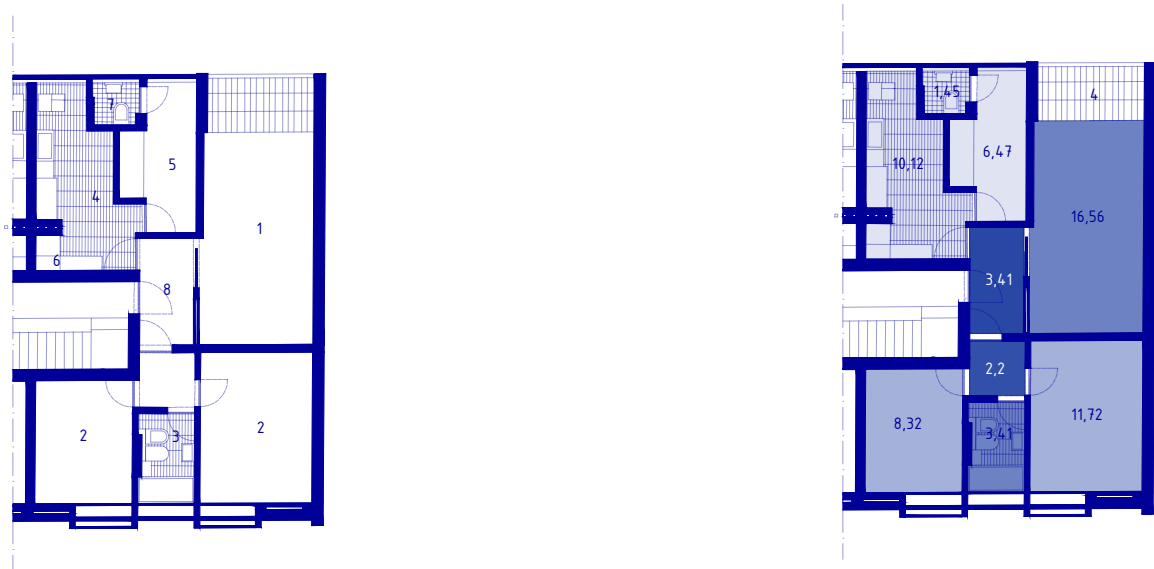


69



70

Fig. 68 | Interior da Sala de estar do Edifício de Marcos de Portugal.
Fig. 69, 70 | Alçado Sudeste do Edifício de Marcos de Portugal.
(Conceição, 1967, p. 18, 19, 22)



- 1- sala comum
- 2- quarto
- 3- instalação sanitária
- 4- cozinha
- 5- quarto da criada
- 6- despensa
- 7- instalação sanitária da criada
- 8- hall

- área de circulação
- área social
- área privada
- área serviço



Fig. 71 | Plantas do piso-tipo. (Autora, 2023)

Análise

O caso de estudo escolhido do edifício na rua Marcos de Portugal foi a tipologia T2, na extremidade do edifício. O acesso a este é feito por uma única entrada na fachada principal junto da garagem e o acesso vertical é feito pelas escadas, sendo que este edifício não tem elevador. Chegando ao hall de distribuição encontra-se logo a porta principal do fogo que reencaminha as pessoas para um hall muito pequeno em relação aos restantes casos de estudo, com apenas $3,94\text{m}^2$ de área. Este hall de entrada principal divide o que é social e serviços do que são zonas privadas.

Na fachada noroeste localiza-se a zona privada que para se aceder tem de se passar por uma antecâmara que separa o que é zona de serviço e social da zona privada. Esta antecâmara concede privacidade à zona privada, já que faz a distribuição para os quartos que têm de área $8,32\text{m}^2$ e $11,72\text{m}^2$. Neste mesmo compartimento localiza-se uma casa de banho social constituída com lavatório, sanita, bidé e zona de duche, tendo de área $3,41\text{m}^2$.

Na fachada sudeste localiza-se a zona social constituída por uma sala que tem de área $16,56\text{m}^2$, fazendo uma transição para o exterior através da varanda. Nesta mesma fachada encontra-se a zona de serviço, que é formada por uma cozinha, um quarto da criada e uma instalação sanitária para a mesma. A cozinha continua a ser o espaço destinado à criada, com $10,12\text{m}^2$ de área e é constituída com uma dispensa e uma lavandaria. É através da cozinha que se acede ao seu quarto, quase como uma metáfora de que a empregada pertence àquele sítio.

O quarto da empregada tem de área $6,47 \text{ m}^2$, não tem janela, iluminação natural, nem ventilação, vivendo em condições miseráveis. As empregadas domésticas são reféns da sua condição deplorável da época. No quarto da empregada tinha acesso ao que chamaram de instalação sanitária para a mesma, com $1,33 \text{ m}^2$ de área, sem zona de duche, com dimensões reduzidas e sem qualquer ventilação e iluminação natural. Não havia condições de trabalho para aquela empregada, mas mesmo assim tinha de se sujeitar às desigualdades e desrespeitos que sofria na casa.

Após a análise de todos os compartimentos dos casos de estudo verifica-se que as áreas são quase todas iguais, sendo a área da zona de serviço $18,04 \text{ m}^2$, a área da zona social $19,92 \text{ m}^2$ e a área da zona privada $20,04 \text{ m}^2$. Normalmente as áreas de serviço costumam ser as mais pequenas, mas neste caso de estudo todas elas têm uma proximidade.

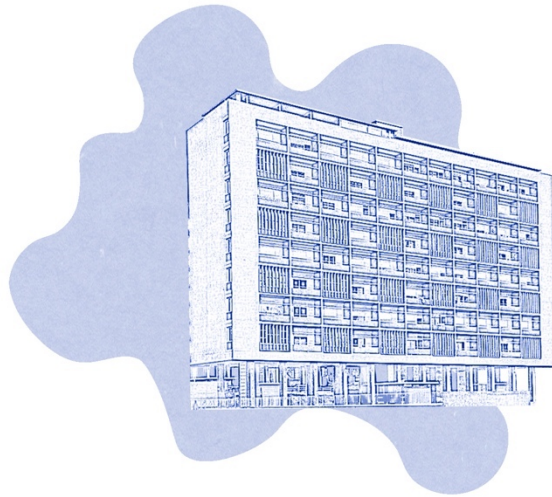


Fig. 72 | Edifício na Avenida Infante Santo. colagem.
(Autora, 2023)

5º Caso de Estudo

3.2.5 | Edifício na Avenida Infante Santo, 1953 a 1962

Arquitetos: Alberto Pessoa e Hernâni Abel Manta

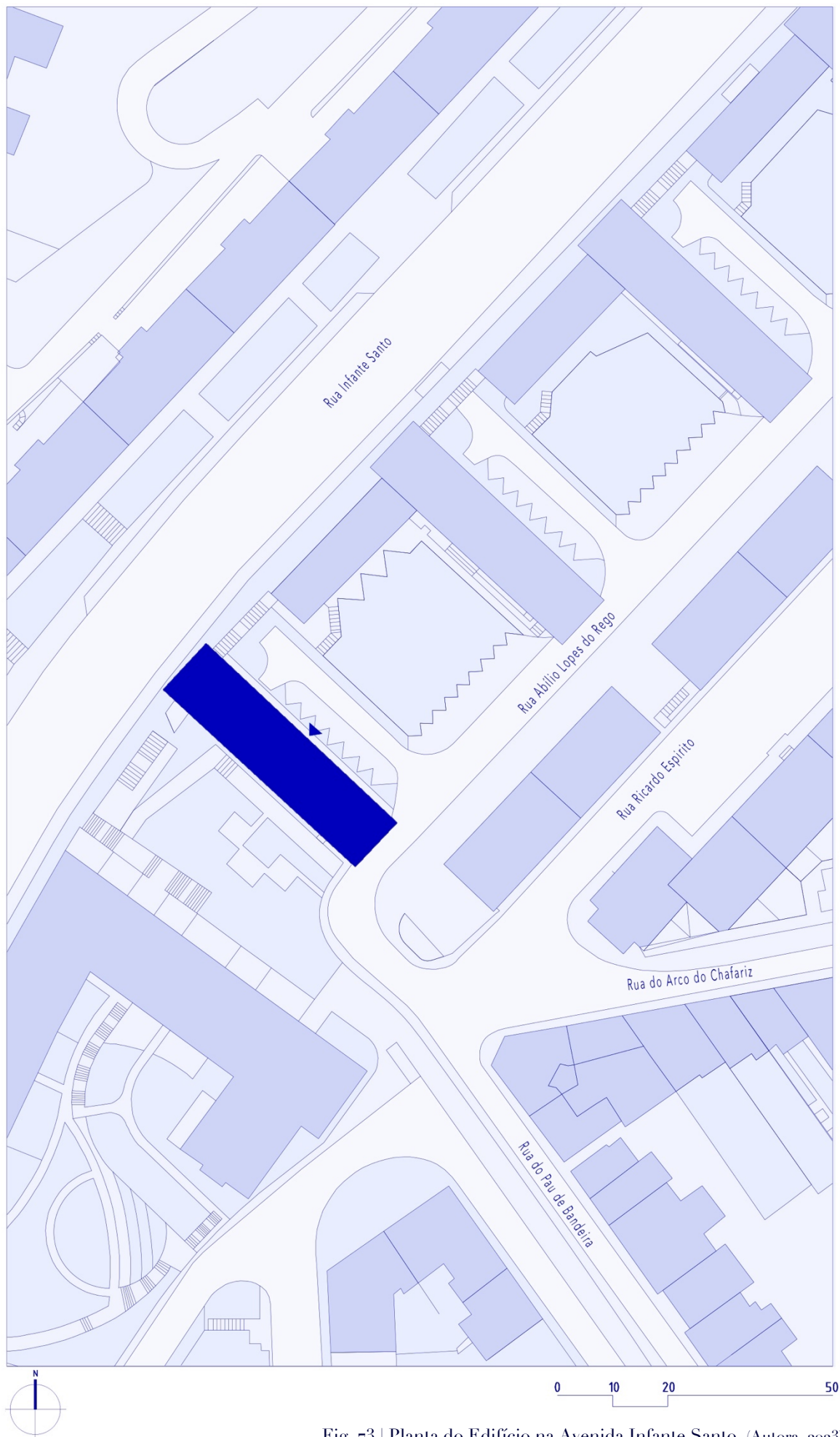


Fig. 73 | Planta do Edifício na Avenida Infante Santo. (Autora, 2023)

Contexto

O conjunto de edifícios na Avenida Infante Santo veio tentar resolver o seguimento urbano entre a rua de Santana à Lapa e o antigo aqueduto. O projeto foi realizado pelo grupo de arquitetos Abel Manta, Alberto Pessoa e Hernâni Gandra, uma das primeiras equipas a trabalhar a habitação naquela época. (Gonçalves, 2007, p. 145) A construção do projeto iniciou-se em 1953 e terminou em 1962, é constituído por 5 edifícios, sendo todos de habitação em duplex e de tipologia T3. Os 5 edifícios localizam-se na rua Infante Santo, mas a noroeste cruzam-se com a Rua Abílio Lopes do Rego.

O projeto pretendia dar solução aos dois lados da avenida pelo que foram feitos volumes que se adaptassem à morfologia do terreno. No lado sudeste da Avenida Infante Santo encontram-se cinco edifícios perpendiculares à avenida, sobre um muro de suporte, com plataformas que acedem a parte de entrada dos edifícios e estacionamento para acompanhar o declive da avenida. Estes edifícios organizam-se em forma de “pente”, recordando assim os edifícios “redent” de Le Corbusier ou edifício do Centro Cívico de St. António de Affonso Reidy. Eles demonstram uma consciência urbana e um cuidado com os três princípios do urbanismo da Carta de Atenas: “Sol, Verdura, Espaço”. (Gonçalves, 2007, p. 146)

O sol é representado na forma como os edifícios centrais se emanciparam da estrutura que a rua instituíra e se orientaram segundo a exposição solar, contudo as fachadas obedecem à implantação, ficando assim uma para nordeste e outra para sudoeste. (Gonçalves, 2007, p. 146)

A ventilação e o espaço verde são feitos através da suspensão dos edifícios por pilotis que permitem libertar o espaço. Isto faz com que seja possível ver a sua envolvente, mas conseqüentemente do lado sudeste existe um embasamento que retira essa visão, sendo esse espaço constituído também por quatro edifícios de menor altura que se alinham com a rua. A interrupção do espaço verde é feita pelos pilotis, mas também pelos desníveis das plataformas devido ao próprio desnível do terreno. Esta preocupação com o espaço resulta através dos terraços para que seja possível ter uma vista sobre o rio Tejo. (Gonçalves, 2007, p. 147)

O espaço é representado através de uma preocupação pelo exterior dos edifícios e pela premissa de querer respeitar a morfologia do terreno e os princípios da carta de Atenas, pelo facto de não querer asfixiar e encolher as ruas e saguões. O facto de os arquitetos terem tomado como opção colocar os edifícios sobre uma plataforma mais alta que a Avenida, faz com que os proteja de certa forma da cidade, mas também permite a criação de espaços verdes autónomos e materializam a ideia de *zoning* com as lojas que se viram para a Avenida Infante Santos. (Gonçalves, 2007, p. 147)

O rés do chão como já referido é aberto, o que garante uma continuidade e fluidez visual, e estão inseridos os quatro núcleos de circulação vertical. Nos quatro pisos acima do rés do chão localizam-se 6 pisos de habitação duplex, sendo que os quatro fogos do meio são constituídos por uma sala de estar e sala de jantar com varanda, três quartos, sendo que o quarto da criada se localiza no piso superior. Já os dois fogos das extremidades não têm galeria e são constituídos apenas por três quartos, sala de estar e sala de jantar sem varanda e um quarto da criada no piso inferior. Na cobertura existe um espaço de lazer comum, com o uma vista para todo o rio, mas também é constituída por uma zona de estendais coletivos a sudoeste.



74



75



76

Fig. 74, 75 | Edifícios da Avenida Infante Santo nos anos 1955.
Fig. 76 | Vista exterior do bloco A do Edifício na Avenida Infante Santo nos anos 1955.
(Docomomo Ibérico, sem data)



77



78



79

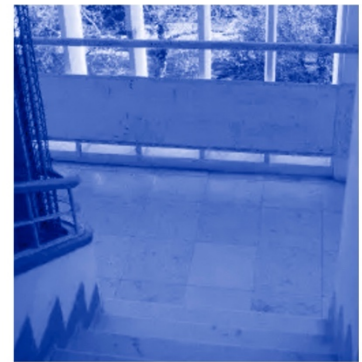
Fig. 77, 78 | Imagem do edifício da Avenida Infante Santo, atualmente.
Fig. 79 | Vista exterior lote 1.
(Docomomo Ibérico, sem data)



80



81



82



83



84



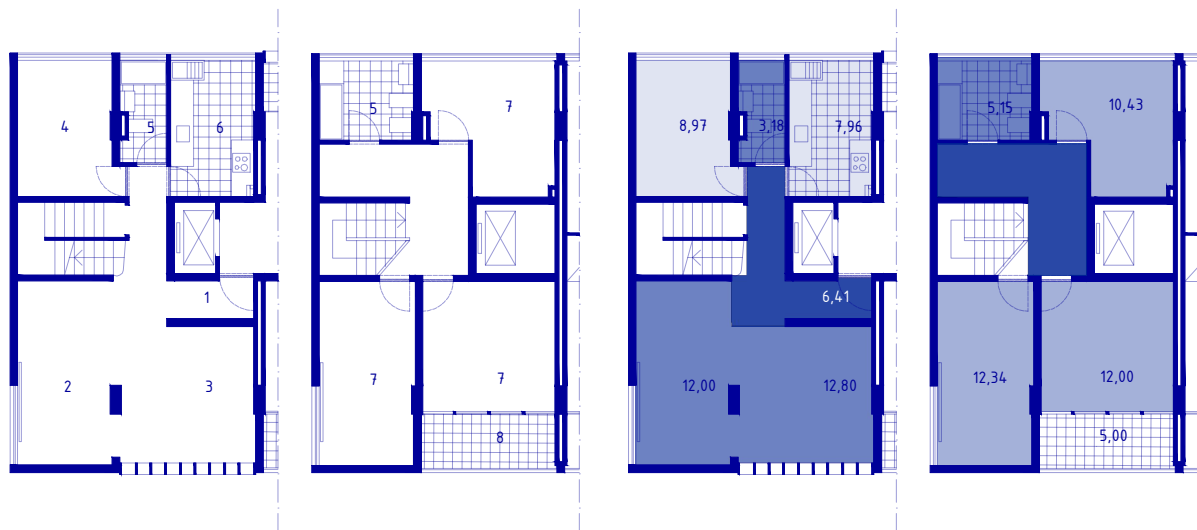
85

Fig. 80, 81 | Entrada do Edifício na Avenida Infante Santo, atualmente.

Fig. 82, 83 | Escadas e galeria de serviço.

Fig. 84, 85 | Piso de cobertura, arrumos e zona de estendal.

(Docomomo Ibérico, sem data)



- 1- hall de entrada
- 2- sala de estar
- 3- sala de jantar
- 4- quarto da criada
- 5- instalação sanitária
- 6- cozinha
- 7- quartos
- 8- varanda

- área de circulação
- área social
- área privada
- área serviço



Fig. 86 | Plantas de piso-tipo. (Autora, 2023)

Análise

O caso de estudo escolhido do edifício na Avenida Infante Santo foi a tipologia T3 duplex na extremidade sudeste. O acesso ao edifício é feito pelo rés-do-chão que se encontra sobrelevado por pilotis e só é visível os quatro núcleos verticais. Os serviços acedem ao edifício pelo núcleo vertical com escada e um elevador junto da fachada a sudoeste que dá acesso a uma galeria de serviço e que distribui as empregadas para a porta principal de cada fogo. Os habitantes usam um dos três elevadores centrais do edifício, que também os encaminha diretamente para a porta principal de cada fogo.

O fogo está dividido por dois pisos, sendo que no 1º piso se localiza a zona social e a de serviços e no 2º piso a zona privada. Junto à fachada sudoeste encontra-se no primeiro piso a zona social com uma sala de estar juntamente com sala de jantar com 12,00 m² e 12,80 m² de área, o que por um lado facilita o trabalho da empregada. No segundo piso da fachada sudoeste localiza-se dois quartos com 12,34 m² e 12,00 m² de área, sendo que a área exterior tem 5, m².

Na fachada nordeste, encontra-se a zona de serviço no primeiro piso e no segundo piso uma zona privada. Na zona dos serviços encontra-se uma pequena cozinha com 7,96 m² de área, uma casa de banho social que é também usada pela empregada, não tendo uma casa de banho própria como é habitual nos outros casos de estudo. Nesta zona também tem o quarto da mesma que tem acesso pelo corredor principal, com uma pequena janela virada para as traseiras do edifício, o que não deixa entrar muita luz. No segundo piso encontra-se um quarto e uma casa de banho social com 10,43 m² e 5,15 m² de área, sendo que é raro acontecer haver um quarto principal na fachada das traseiras.

Nas fachadas do edifício da Avenida Infante Santo é perceptível a distinção do que é serviços e do que são espaços nobres pelos seus tratamentos completamente distintos e hierárquicos. Na fachada nordeste é perceptível a localização da galeria de serviço devido ao seu ripado de betão sem qualquer tipo de proteção com vidro, ou seja, no inverno entra chuva e frio naquela zona, e também as janelas daquela zona correspondem a uma zona dos serviços pelo seu tratamento. Já na fachada sudoeste é visível um tratamento e cuidado muito mais nobre, tendo cuidado com a privacidade dos habitantes.

Em suma, verifica-se que a habitação na Avenida Infante Santo está dividida em dois pisos, localizando-se no primeiro piso a zona de serviços que tem uma área total de 16,93 m² e a zona social que tem uma área de 33,13 m². No segundo piso localiza-se a zona privada que tem de área 34,77 m². Esta tem quase o dobro da área da zona de serviço, caracterizando esta última numa zona insignificante, invisível.



Fig. 87 | Edifício Olivais Norte, colagem.
(Autora, 2023)

6º Caso de Estudo

3.2.6 | Edifício Olivais Norte, 1959 a 1964

Arquitetos: Artur Pires Martins e Cândido Palma de Melo

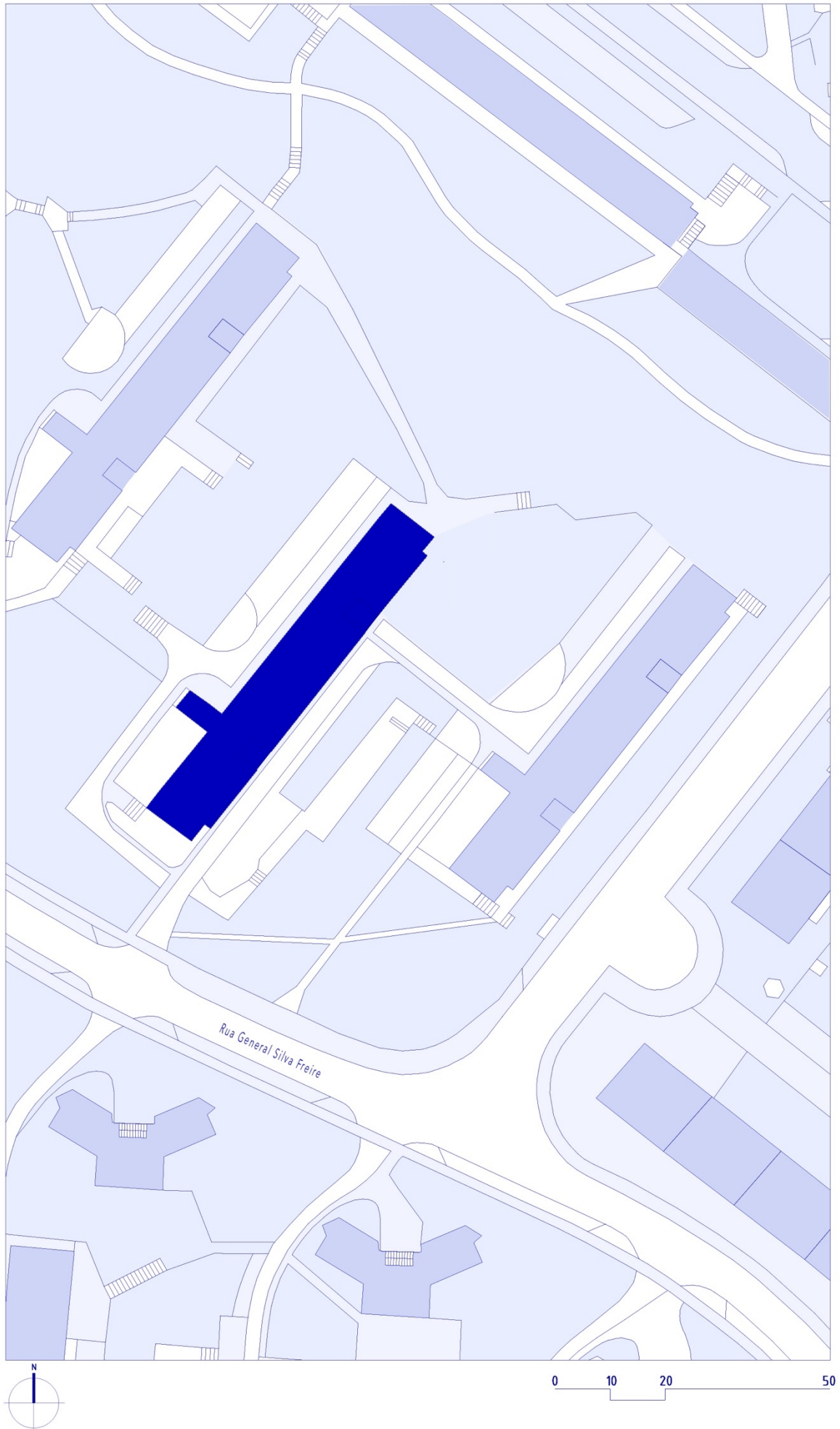


Fig. 88 | Planta do Edifício Olivais Norte. (Autora, 2023)

Contexto

Os quatro blocos dos Olivais Norte foram projetos dos arquitetos Artur Pires Martins e Palma e Melo, iniciando-se a obra em 1959 e ficando finalizada em 1964. Estes edifícios fazem parte de um período particularmente intenso na construção de habitações em Portugal. Os blocos de habitação dos Olivais Norte foram construídos primeiro que a construção do plano de urbanização dos Olivais.

Os edifícios dos Olivais Norte serviram como o primeiro laboratório experimental para a nova geração de arquitetos, que nasceram antes do primeiro Congresso Nacional da Arquitetura. Naquela época o governo apostou na construção de novos bairros, incorporando o conceito de “unidade de vizinhança”, cidade-parque, sendo que no plano desses bairros também inclui a inserção de vários grupos sociais. Os blocos de habitação dos Olivais Norte são exemplo dessa inserção, foram projetados para dois grupos sociais, existindo habitação social e habitação de rendimento para as pessoas mais favorecidas. As diferenças entre estes dois tipos de habitação são as áreas menores na habitação social e uma zona de serviços (quarto, instalação sanitária e cozinha) que se destinavam à criada na habitação de rendimento.

O projeto denuncia como a arquitetura moderna ficou evidente, ou seja, os arquitetos fizeram com que a rua tradicional desaparecesse e os espaços verdes tomassem prioridade, colocando assim os edifícios isolados de tudo. Palma e Melo e Artur Pires tiveram como base na construção deste edifício os princípios da Carta de Atenas e a arquitetura de Le Corbusier, o que os levou a garantir que os edifícios ficassem bem orientados e houvesse uma boa exposição solar. A planta teria de ser vazia e no que diz respeito ao piso térreo tinha de existir uma procura do pano verde, da leveza e da continuidade, como é visível nas plantas onde as premissas iniciais foram cumpridas. (Rainha, 2013, p. 173)

O plano dos Olivais Norte inicialmente antevia dois blocos com oito pisos com 8 fogos cada, que daria um total de 128 fogos. Após momentos de análise por parte dos arquitetos decidiram que seriam quatro blocos, contendo na mesma os oito pisos com quatro fogos por piso, o que daria um total 128 fogos. Os quatro edifícios localizam-se na parte mais alta da urbanização dos Olivais, encontrando-se devidamente afastados para que a luz solar seja garantida em todos os edifícios na fachada principal. O Bloco dos Olivais Norte é constituído por tipologias T3 e T4 com áreas entre o 168, 58m², 198 m², 224,60 m².

Foi importante para os arquitetos a forma como os edifícios se iam adaptar ao terreno, decidindo que esses estariam assentes em pilotis de suporte. O embasamento que é criado no rés do chão pelos pilotis procura o nivelamento com a rua principal, permitem uma libertação do piso de embasamento, dando-lhe uma visibilidade contínua de todo o espaço verde, sendo que são interrompidos por vezes pelos lugares de garagem e arrecadações, à semelhança do que acontece com o conjunto habitacional na Avenida Infante Santo.

Os blocos dos Olivais Norte testaram, de certa forma, as verticalidades do espaço urbano, fazendo com que o espaço verde ocupasse cerca de 62% da área construída, isolando assim os edifícios em altura. (Gonçalves, 2007, p. 314)

A nível de acessos verticais os blocos são constituídos por três entradas diferentes, sendo duas delas as entradas principais, contendo elevador e que lhes dá acesso ao corredor que encaminha os usuários para o fogo, E o outro acesso é destinado aos serviços, sendo feito através de escadas e de um elevador. Os vazamentos feitos pelos rasgos verticais são visíveis na fachada noroeste, e dão lugar à caixa de escada e ao elevador de serviço, que direcionam as criadas para as galerias exteriores que são os rasgos horizontais na mesma fachada e conduzem-nas até ao acesso do fogo que é feito pela cozinha. As galerias de serviço são semelhantes ao caso de estudo do Bloco das Água Livres. O piso da cobertura é ocupado pela habitação da portaria e estendais coletivos, como é habitual nas habitações desta época.



89



90



91

Fig. 89, 90, 91 | Vista da fachada Noroeste dos Olivais Norte.
(Gonçalves, 2007, p. 321)



92

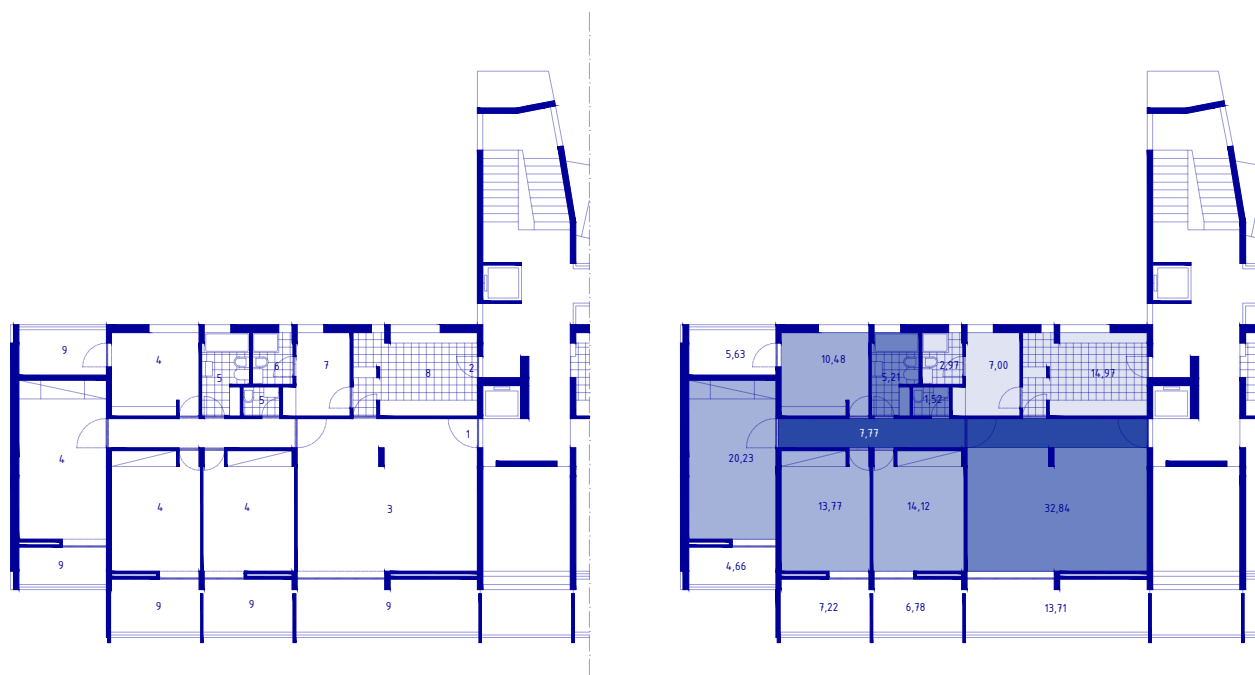


93



94

Fig. 92 | Acessos da galeria no rés do chão dos Olivais Norte.
Fig. 93, 94 | Vista galeria da fachada Noroeste dos Olivais Norte.
(Gonçalves, 2007, p. 322, 323)



- 1- acesso principal
- 2- acesso de serviço
- 3- sala de estar/jantar
- 4- quartos
- 5- instalação sanitária
- 6- instalação sanitária da criada
- 7- quarto da criada
- 8- cozinha
- 9- varanda

- área circulação
- área social
- área privada
- área serviço



Fig. 95 | Plantas de piso-tipo. (Autora, 2023)

Análise

O edifício escolhido do caso do estudo dos Olivais Norte localiza-se a poente da Rua General Silva Freire e a sul da Rua Alferes Barrilaro Ruas. A tipologia escolhida do caso de estudo foi um T4, que para o qual existem dois acessos: um principal para os habitantes, que dá acesso ao corredor principal, e um outro acesso de serviço diretamente para a cozinha.

No fogo dos Olivais Norte existe uma clara distinção do que é zona privada e social, do que é a zona de serviço, essa separação é feita por uma linha divisória central e longitudinal (corredor principal), que separa estas zonas. Na fachada sudeste encontra-se a zona social, que é constituída por uma sala de estar e uma sala de jantar, como de um *open space* se tratasse. Para quem entra no fogo consegue ver logo estas duas zonas sociais, com cerca de 32, 84 m² de área e a varanda. Nesta mesma fachada também se localiza a zona privada, que se acede na mesma por este longo corredor, mas que se encontrasse fechado para os usuários terem mais privacidade e distanciarem-se da zona de serviço. Na zona onde o corredor se encerra, localizam-se quatro quartos, sendo que um deles está na fachada poente. Todos os quartos acedem a uma varanda privada como prolongamento dos espaços interiores, estes quartos têm de área 14,12 m², 12,77 m², 20,23 m², 10,48 m², tendo todos iluminação e ventilação regular.

Na fachada noroeste localiza-se a zona de serviço como a cozinha, o quarto da criada e a instalação sanitária da mesma, e para o acesso à zona serviço tem de se entrar pela porta que existe, criando assim uma distinção clara e desigual do local onde a criada pertencia. A cozinha tem 14, 97 m² de área, sendo uma das maiores dos casos de estudo, o que tornava o trabalho da criada mais difícil e cansativo.

A cozinha continua a ser o local onde a mulher pertence, existe a permanência da tradição na zona de serviço, pois é através da cozinha que a criada acede ao seu quarto tornando-se invisível para todos os usuários do fogo. O quarto da criada tem 7 m² quase metade da área dos quartos principais, com uma pequena janela que pouco ilumina e ventila o quarto. Através deste existe acesso a uma casa de banho muito pequena com 2,97 m². Nesta mesma fachada localizam-se duas casas de banho sociais, uma com zona de duche e outra não, tendo de área 5,21 m² e 1.52 m², respetivamente.

No seguimento da análise das áreas do caso de estudo dos Olivais Norte verifica-se que a casa está dividida em duas partes, sendo que a área de circulação é de 7,77 m². Na parte das traseiras localiza-se a zona de serviço que tem as pior vista e iluminação, ocupa 24, 94 m² da área total do fogo e é a área mais pequena. A fachada social encontra as melhores vistas para a cidade mesmo que o centro dela seja diferente e ocupa de área 39, 57 m². A zona privada também se encontra nesta fachada e ocupa a maior área do fogo com cerca de 58,60 m².

Conclui-se que as percentagens de áreas maiores são as zonas nobres, existindo um cuidado não aplicado da mesma forma às zonas de serviço, evidenciando assim as desigualdades preexistentes no fogo.

3.3 | Tipologias do habitar



Bloco das Águas Livres



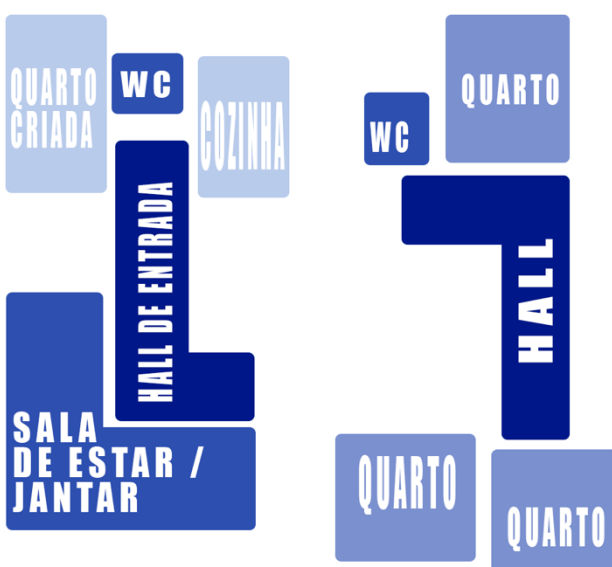
Edifício dos Estados Unidos da América



Edifício na Rua de São Bernardo



Edifício na Rua Macos Portugal



Edifício na avenida Infante Santo



Edifício nos Olivais Norte

Fig. 96 | Plantas esquemáticas dos casos de estudo. (Autora, 2023)

Existe uma relação entre os seis casos de estudo: todos eles evidenciam de uma forma ou de outra desigualdades. Era recorrente nestas tipologias a existência da separação das circulações, criando um duplo acesso, sendo um social e outro de serviço. Existe uma evidente distinção nos edifícios da Avenida dos Estados Unidos da América, do Edifício na Rua de São Bernardo e no Edifício dos Olivais Norte, entre o que é o acesso social e o acesso de serviço, revelando uma permanência de uma tradição de desigualdade entre classes.

Todos os edifícios dos casos de estudo fazem uma clara distinção do que são as zonas de serviço e do que são as zonas sociais. No entanto os edifícios onde essa distinção é mais evidente é o Bloco das Águas Livres e o edifício dos Olivais Norte, nos quais é criado um corredor central longitudinal que deixa claro o que é zona social, do que é zona privada e social, permanecendo na fachada principal, e o que é zona de serviço na fachada das traseiras. O edifício da Avenida dos Estados Unidos da América, o edifício da Rua Marcos Portugal e o edifício dos Olivais Norte criam uma antecâmara para fazer uma clara distinção que naquele local é a zona privada e distancia-se da zona de serviço, dando-lhe privacidade. O edifício Infante Santo coloca a zona privada do 2º andar sendo que no primeiro andar é constituído pela zona de serviço e pela zona social.

A permanência da tradição conservadora do bem morar também é visível no quarto da empregada, pelo facto de ser mantido invisível através de uma porta que se acede pela cozinha. A porta do quarto da empregada em alguns casos não abre para o corredor principal como no caso de estudo do edifício da Avenida Dos Estados Unidos da América, o Bloco das Águas Livres e o edifício Infante Santo, mas sim para a cozinha como no edifício São Bernardo, no edifício Marcos de Portugal e no edificio dos Olivais Norte. Os quartos das empregadas localizam-se sempre junto da zona de serviço, como a cozinha e a lavandaria, e estão orientados para as traseiras dos edifícios.

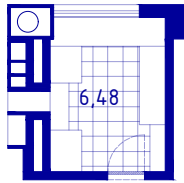
A iluminação é outro fator que influencia o bem-estar das empregadas. No caso de estudo do edifício Marcos de Portugal o quarto da empregada não tem janela, o que por consequência provoca uma má iluminação e má ventilação do espaço. Os que têm janela, como o edifício na Avenidas dos Estados Unidos da América e o Bloco das Águas Livres, têm pouca privacidade, pois localizam-se no hall de serviço e outro nas galerias de serviço, respetivamente.

O trabalho doméstico ao longo da história sempre foi visto como um trabalho desvalorizado e desigual. A empregada doméstica é tratada como inferior e desrespeitada não só pelos patrões, mas também pelos arquitetos, pelo não cuidado no desenho do seu quarto. Outra solução, igualmente recorrente, era a existência do quarto da empregada, como uma necessidade de afirmação de dinheiro por parte da sociedade

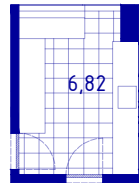
O quarto da criada, a cozinha e a sua instalação sanitária, são as zonas onde se notam as maiores desigualdades a nível de planta e como estão organizadas. A zona de serviço com maior área é a do edifício da Rua de São Bernardo com 31,33 m², talvez pelo facto de ser considerado um edifício luxuoso, sendo que o edifício com a área menor da zona de serviço é o Bloco na Avenida Infante Santo, com 16,93 m². Existe uma discrepância enorme entre as zonas de serviço e zonas sociais e privadas. A zona social com maior área é a do edifício na rua de São Bernardo com 44,87m² e a zona privada com maior área é a do edifício dos Olivais Norte com 58,6m².

3.3.1 | Cozinhas

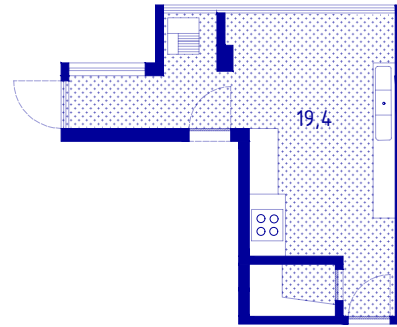
Bloco das Águas Livres



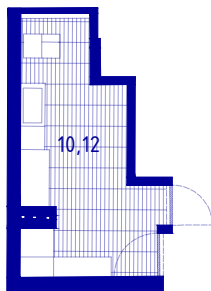
Avenida EUA



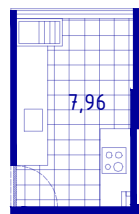
São Bernardo



Marcos Portugal



Avenida Infante Santo



Olivais Norte

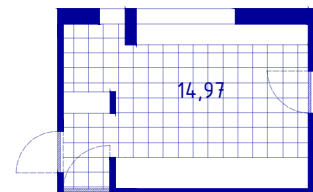


Fig. 97 | Plantas das cozinhas dos casos de estudo. (Autora, 2023)

As cozinhas dos casos de estudo demonstram que as mesmas são dos lugares onde existem mais desigualdades e menos preocupação no seu desenho. As tarefas das criadas dentro do espaço da cozinha eram muito repetitivas e quanto mais tinham de se deslocar para fazer algo, mais se tornava cansativo. Elas tinham de comprar os alimentos, guardá-los, prepará-los, cozinhá-los, servi-los na sala de jantar, recolher tudo da sala de jantar, limpá-la, lavar a loiça e guardá-la. A zona de preparação dos alimentos é feita numa linha perpendicular tendo uma zona de conservação (frigorífico), a de lavagem, o escorredor e a zona de trabalho, o forno e por último a zona onde se deixa tudo para servir. A iluminação e a ventilação são das partes mais importante desta zona, pois como é onde a criada passa maior parte do seu tempo, onde sem ventilação os cheiros permanecem e propagam-se pela casa.

As cozinhas dos casos de estudo são diferentes em termos de área, a forma como estão organizadas, e a sua ventilação e iluminação. A primeira tipologia a analisar é a cozinha do Bloco das Águas Livres, com uma forma em U, contendo uma bancada com o mesmo formato que liberta o centro da cozinha. É constituída por 6,42 m² de área, sendo esta a mais pequena dos casos de estudo. Em termos de iluminação e ventilação é feita através da galeria de serviço, o que lhe retira privacidade.

A segunda tipologia é a cozinha do edifício da Avenida dos Estados Unidos da América que se caracteriza pela sua forma de U, com uma bancada em forma de L e que é interrompida nas duas extremidades, sendo uma para se aceder ao corredor de serviço e outra para se aceder ao quarto da criada, com a outra forma da bancada em I. Esta cozinha tem de área 6,82 m² e para além da zona de preparação, confeção e lavagem, é constituída por uma zona de lavandaria. Por último a sua iluminação é quase nula, pois é feita pelo corredor de serviço.

A terceira é a cozinha do edifício de São Bernardo, caracteriza-se por duas bancadas paralelas, ambas encontram-se encostadas a um dos lados da parede, abrindo-se para o centro da cozinha, Estas são constituídas por uma zona de preparação e lavagem e a outra bancada é constituída por uma zona de confeção com forno. O armazenamento dos alimentos é feito num espaço fechado no interior da cozinha. Esta tem a maior área dos casos de estudo com 19,4 m² e deve-se ao facto de ser um edifício de luxo/burguês, tendo assim uma boa iluminação e ventilação.

A cozinha é constituída por uma zona de lavandaria, e pela qual a criada acede ao fogo, acedendo assim também ao seu quarto através da cozinha. A sua disposição interior não é favorável para a criada, pois devido à sua grande área tudo fica afastado e obriga-a a percorrer maiores distâncias, o que não lhe facilita o trabalho e a cansa.

Em quarto a tipologia da cozinha do edifício Marcos Portugal, define-se pela sua tipologia em L. A bancada encontra-se apenas num lado, abrindo-se para a entrada da cozinha. O edifício Marcos de Portugal é considerado uma habitação luxuosa e, dessa forma, a cozinha tem uma área maior que o habitual, sendo de 10,12 m², e é ainda constituída por uma zona lavandaria e dá acesso ao quarto da criada, não tendo ventilação nem iluminação.

Em quinto, a tipologia da cozinha do edifício Infante Santo, é uma tipologia constituída por duas bancadas em paralelo, localizam-se ambas nas duas extremidades abrindo-se para o centro da cozinha, e constituindo-se por uma zona de preparação e lavagem de um lado e do outro uma zona de confeção (forno). A cozinha tem 7,96 m² área, integrando assim uma zona de lavandaria, neste caso, a sua iluminação é boa.

Em sexto e por último, a tipologia da cozinha do edifício dos Olivais Norte define-se por duas bancadas em paralelo, semelhante ao caso de estudo anterior. É na cozinha que é feito o acesso de serviço às criadas, mas também o acesso ao seu quarto. Tem 14,00 m² de área e uma boa iluminação.

O problema das cozinhas está na sua organização, nos obstáculos que podem ter entre as suas transições, na repetição de tarefas, nas distâncias percorridas, da pouca iluminação, de áreas muito grandes para cozinhas, de pouca ou nula ventilação e de, em certos casos, nem ter iluminação. Havia uma necessidade de atender a todas as tarefas num espaço apenas, ou seja, a cozinha deixava de ser a zona de preparação dos alimentos e passava a ser também a zona onde se guardava os alimentos, onde existia também uma zona de lavar a roupa e passar a ferro e um prolongamento externo para se estender a mesma. Eram tudo funções muito demoradas e cansativas para um espaço só e para uma pessoa apenas.

4|

Considerações finais

Encerra-se um ciclo numa investigação entre os dois mundos pelo qual sou apaixonada, a Arquitetura e as mulheres. Nasci numa família de mulheres, que sempre estiverem e estão presentes na minha vida, que me inspiram a não parar de lutar pelo passado e presente delas. Vejo na minha Avó Helena uma força que me inspira todos os dias a não ficar indiferente a tudo o que se passou e se passa na História das mulheres. Esta investigação é sobre uma caminhada longa de aprendizagem, sobre partilha entre mulheres que lutam e não deixam cair em esquecimento o passado.

Esta dissertação iniciou-se pela busca e vontade de respostas às desigualdades face às habitações da época ditatorial que Portugal atravessava. Com o avançar da dissertação foi possível compreender que existe uma grande vulnerabilidade nas tipologias apresentadas, sendo elas uma pequena amostra na maneira como esta arquitetura evidenciava as diferenças entre géneros e classes. Veja-se que nos casos de estudo analisados, a presença dos duplos acessos é comum, sendo que os acessos de serviços são separados dos acessos de principais, criando uma clara distinção de género. A análise comparativa conclui que as zonas privadas e zonas sociais têm maiores áreas, melhor privacidade e localizam-se na fachada principal o que faz com que usufruam da melhor exposição solar. As zonas de serviço localizam-se na área que sobrou para as fazer, no fundo das casas, encontram-se na fachada das traseiras com pouca iluminação e sem privacidade, devido a darem acesso as galerias de serviço. As zonas da casa deviriam ser tratadas todas de forma igual, ou então existir um maior cuidado no desenho dos espaços de serviço, muitos deles flagram a falta de privacidade e falta de empatia por quem lá trabalha.

Um dos espaços da casa onde estas diferenças de géneros são visíveis é no quarto da empregada, sublinhado pelo facto de os anularem e invisibilizarem para os restantes utilizadores do fogo. As condições dos quartos das empregadas eram precárias, muitas vezes não tinham iluminação e ventilação dignas, sendo a área de circulação mínima. Tendo como desígnio uma permanência prolongada, ele ficava muito aquém das comodidades que eram esperadas na conceção deste quarto. O quarto da criada contradiz as premissas que a arquitetura deveria seguir, sendo elas o combate das desigualdades, o combate do ideal de família (o homem quem manda), deixar de ter os modelos tradicionalistas e machistas.

Nesse sentido a arquitetura do momento em estudo traduz e reproduz a maneira de como a sociedade olhava para a mulher, principalmente a mulher pobre e trabalhadora: com desprezo e colocada à margem. A casa, nos dias de hoje, para a mulher devia ser o seu local de descanso, mas muitas vezes é o seu segundo local de trabalho. Nesse sentido para combater algumas das desigualdades evidentes que foram visíveis nos casos de estudo e na possibilidade de haver um redesenho destas tipologias devia-se de ter em conta as algumas premissas. Sendo elas, os quartos deviam de ter todos as mesmas dimensões, as casas de banho devem ser comuns a todos. As cozinhas e lavandarias escuras, pequenas, isoladas dos restantes casos da casa devem passar a ser um espaço deve de ser *open space*, aberto para a zona de jantar e de estar, fazendo com que quem esteja nela consiga interagir com o resto da família e a restante família também possa participar nas tarefas domésticas. A intenção na cozinha passa por dignificar este espaço, ele deve ter janelas para que seja ventilado e a luz natural entre no espaço, por último deve ter uma boa capacidade de arrumação. A lavandaria deve ser um espaço separado da cozinha, onde tem uma zona para lavar a roupa, engomar, que pode ou não. estar ligado com um espaço exterior para secar a roupa.

Esta investigação vai além do que são os padrões da arquitetura, hierarquias, e pretende-se demonstrar que os arquitetos têm um trabalho importante na reeducação da sociedade, devem favorecer a mixofilia e não a mixofobia, como é vista nas tipologias dos casos de estudo. Os arquitetos dos edifícios citados, mesmo inconscientemente, com a sua prática profissional, favorecem uma permanência das desigualdades dentro das habitações, evidenciando as hierarquias dos géneros, o que contribui para a mixofobia.

A reflexão sobre o redesenho ou projetar habitações deve ser cuidado e responsável, perceber de que forma é que os espaços podem estar todos interligados entre si, para que não haja desigualdades. Principalmente no redesenho do quarto da criada, onde residem os velhos fantasmas de uma vida de sofrimento, devam ganhar uma nova oportunidade e dar lugar a um novo espaço.

Este ciclo que agora se dá como encerrado, com este trabalho, espera que a forma como se faz arquitetura e principalmente habitação possa ser vista, sentida, de uma forma diferente. Espera-se que nunca se esqueça o que as nossas antepassadas mulheres lutaram, para estramos onde estamos hoje e arregacemos as mangas para conseguirmos mais. A luta continuará enquanto a igualdade não for plena, enquanto ser mulher ainda nos dias de hoje é também uma condicionante na arquitetura. A existência da mulher é a existência de uma resistência na arquitetura.

Esta é uma luta pelo espaço que tem sido constantemente desenhado principalmente pelos homens. Uma luta pela arquitetura pensada para todas as pessoas, uma cidade pensada para todas as pessoas, uma casa pensada para todas as pessoas é urgente e o progresso faz-se lutando e discutindo sobre estes assuntos.

Bibliografia

- Agarez, R. C. (2018). *Habitação cem anos de políticas públicas em Portugal: 1918-2018*.
- Almeida, C. A. F. (sem data). *O castrejo sob domínio romano: Sua transformação*. Universidade de Santiago de Compostela, Estudos de cultura castrexa e de história antiga de Galicia.
- Almeida, P. D. P. B. de. (2019). *Victor Palla and Bento d'Almeida as a Theoretical Problem: "The Science of the Various Blisses of Language"* [Dissertação para grau de mestre em arquitetura]. Técnico Lisboa.
- Andrade De Almeida, L. (2011). *Feminismos, consciência de si e estratégias de resistência ao Estado Novo em Portugal: A viagem de Maria Lams ao encontro das trabalhadoras no livro «As Mulheres do meu País» (1948-1950)*.
- Arias, L. (sem data). *San Julián de los Prados*. Nobel S,A.
- Barreno, M. I., Horta, M. T., & Costa, M. V. da. (1998). *Novas Cartas Portuguesas* (7^o). 1998, Publicações Dom Quixote.
- Beauvoir, S. D. (1970). *O Segundo Sexo* (4^o, Vol. 1). Difusão Europeia do Livro.
- Benedito, J. (2022). *A Cozinha no Século XXI: Uma análise do projeto da cozinha na obra dos vencedores do prémio Pritzker*. ISCTE.
- Benoiel, J. (1906). *Criada de servir e vendedora ambulante de galinhas*.
<https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWeb/Result.aspx?id=205129&type=PCD>
- Benoiel, J. (1912). *Compra de peru no mercado*. Arquivo municipal de Lisboa.
<https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWeb/Result.aspx?id=235822&type=PCD>
- Brasão, I. (2012). *O Tempo das Criadas. A condição servil em Portugal (1940-1970)*. Tinta da China.
- Carranza, E. G. (2017). *O Quartinho Invisível. Escavando a história da arquitetura paulista a contrapelo*. G&C Architectônica.
- Castro Andrade, H. M. (2011). *Caracterização de edifícios antigos. Edifícios «Gaioleiros»*. Faculdade de Ciências e tecnologias-Universidade Nova de Lisboa- Departamento de Engenharia Civil.
- Catarina Teixeira Ferreira, J. (2016). *Entre a janela e o corpo—As relações de género no limiar da habitação*. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra Departamento de Arquitectura.
- Conceição, S. (1967, novembro). Prédio Rua Marcos Portugal. *Arquitectura*, 67.
- Costa, S. S. F. (2021). *Modos de Morar nos Apartamentos Duplex. Rastros Modernidade*. Ateliê Editorial.

- Criada na Feitoria de Cascais*. (1909). Arquivo municipal de Lisboa.
<https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWeb/Result.aspx?id=1016711&type=PCD>
- Criadas à janela na Feitoria de Cascais*. (1909). Arquivo municipal de Lisboa.
<https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWeb/Result.aspx?id=1016706&type=PCD>
- De Matos Pinto Bronze, S. M. (sem data). *Igreja de Santa Maria de Lebeña*.
Universidade de Coimbra Departamento de arquitetura.
- Diane Sbardelotto. (2020, maio). #FIQUE EM CASA : elas sempre estiveram lá. *V Arte rsa*. <https://www.ufrgs.br/artevera/fiqueemcasa-elas-sempre-estiveram-la/>
- Docomomo Ibérico. (sem data). *Conjunto de la avenida de los EE UU*
[<https://docomomoiberico.com/edificios/conjunto-de-la-avenida-de-los-ee-uu/>].
Docomomo Ibérico.
- Docomomo Ibérico, N. (2012). *Conjunto da Avenida Infante Santo*. Docomomo Ibérico.
<https://docomomoiberico.com/pt-pt/edificios/conjunto-da-avenida-infante-santo/>
- Duarte, C. (1957, dezembro). Bloco na Avenida dos Estados Unidos da América.
Arquitectura, 61. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/ExposicoesVirtuais/Alvalade/bairroConstrucao/Arquitectura_N61_Dezi957_p017-024.pdf
- Edifício na Rua São Bernardo. (1960). *Arquitectura*, 67.
- Edifício na Avenida Elias Garcia. (1967). *Arquitectura*, 67.
- Família reunida à hora do chá*. (1900, 1940). Arquivo municipal de Lisboa.
<https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWeb/Result.aspx?id=211301&type=PCD>
- Fávero, N. F. (2020). *A Condição das Mulheres no Espaço Público. Territórios de conforto e desconforto na urbanidade contemporânea*. FAUP.
- Fernanda dos Santos Saragiotto, M. (2020). *Maria Lamas e As Mulheres do Seu País. Construção de narrativas através de olhar de mulher, jornalista e intelectual*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Ferreira da Silva, A. C. (1983). *A cultura castreja no Noroeste de Portugal: Habitat e cronologias*.
- Flunser Pimentel, I. (2001). *História das Organizações Femininas do Estado Novo*. Temas e Debates- Atividades Editoriais.
- Gala, D. G. (2015). *Aspetos da humanização e da re-humanização do habitar nos bairros de interesse social portugueses: Um caso de referência- Olivais Norte*. Ubi.
- Geraldes, M. M. de O. (2018). *Habitação plurifamiliar corrente do Antigo Regime em Lisboa: O «Bairro do Pombal»* [Dissertação para grau de mestre em arquitetura].

Tecnico Lisboa.

Gomes Valentim, M. (2013). *Um olhar sobre a evolução do espaço da cozinha e o contributo da mulher*. Universidade de Lisboa.

Gonçalves, J. F. (2007). *Edifícios Modernos de Habitação colectiva- 1948/61. Desenho e standard na arquitetura portuguesa*. UPC- Department de projectos d'arquitectura.

Guedes, P. (sem data). *Populares junto dum fontenário*. Arquivo municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWeb/Result.aspx?id=216265&type=PCD>

Guggenheim Bilbao. (sem data). *Chambre des Merveilles 1943-2010. Guggenheim Bilbao*. <https://www.guggenheim-bilbao.eus/fr/exposition/camara-de-las-maravillas-1943-2010>

Hidden Architecture. (2016, julho). *Bloco das Águas Livres Housing*. Hidden Architecture. <http://hiddenarchitecture.net/bloco-das-aguas-livres-housing/>

Johanna Christina Shouten, M. (2003). *Géneros e Espaços: Um Percurso Antropológico*. Guarda: ADM Estrela. <http://hdl.handle.net/10400.6/4441>

Lamas, M. (2003). *As Mulheres do Meu País* (2º). Editorial Caminho.

Lemos, F. S. (2008). *A cultura Castreja no Minho. Espaço, Nuclear dos grandes povoado do Noroeste Peninsular*.

Lisboa- Google Maps. (2023). Google Maps. <https://www.google.com/maps/@38.7426473,-9.1812106,13z/data=!3m1!4b1!4m3!1m2!2sXfNQnqTbSH6EyJGD2HiLTQ!3e3?entry=ttu>

Lopes Porto, J., Távora, F., & Margarida dos Santos Coelho, M. (1973). *Família e Habitação*. Telos.

Machado, C. (2020, março). *A casa não é a casa: negatividade do feminino em Louise Bourgeois*. *Revista da graduação eba/ufri*.

Maria Tomás Afonso, A. (2012). *Trabalho Doméstico no Jornal «Voz das Criadas»*. Universidade de Aveiro Departamento de Línguas e Culturas.

Martinez, Z. M. (2018). *Mujeres, Casas y Ciudades. Mas allá del umbral*. (dpr-barcelona).

Monteiro, P. G. (2015). *O Género da Habitação. A diretriz de titulação feminina no marco do programa minha casa minha vida*. Universidade Federal do Rio de Janeiro-Instituto de pesquisa e planeamento urbano e regional.

Mosca, J. (2007). *Salazar e a Política Económica do Estado Novo*. *Revista Lusíada*, 2(4).

Nunes, M. (2020). *As Mulheres do Meu País*. <https://www.martanunes.work/work/as-mulheres-do-meu-pas>

Nuno Carvalho Marques dos Santos, P. (2021). *A implantação da imagem do Estado Novo através da arquitetura. A zona oriental do distrito do Porto*. Universidade Fernando Pessoa.

Paulo Avelãs Nunes, J. (2013, maio). *António de Oliveira: Um esboço de biografia política* (Oliveira do Hospital). 6(1), 7. <http://hdl.handle.net/10316/46436>

Paz, O. (1979). *Empregadas Domésticas Mulheres em Luta. Para a História Do Serviço Doméstico Em Portugal—Das Origens ao Fascismo* (Base).

Pedrosa, P. S. (2009). *Potugal, anos 1960. A procura do «Habitat realista para a família em Devir»*. 12.

Pedrosa, P. S. (2010). *Habitar em Portugal nos Anos 1960: Ruptura e Antecedentes. Um caminho pelo interior do discurso*. Departamento de Projetes Arquitectónicos; Escola Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona; Universitat Politècnica de Catalunya.

Pereira, S. M. (2016). *Casa e Mudança Social. Uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa*. Caleidoscópio.

Portas, N. (2013). *Habitação para o maior número Portugal- os anos 1950-1980* (1.ª ed.). Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbano.

Rainha, N. (2013). *Planeamento urbano e a habitação colectiva em Olivais Norte 1955-1964: A implementação do modelo urbanístico da Carta de Atenas*. Lusíada.

Roberts, M. (1991). *Living in a Man- Made World. Gender assumptions in modern housing design*. Routledge.

Rosa, I. S. F. (2018). *A Mulher e a Cidade. Ensaios sobre igualdade*. [Universidade Mackenzie]. <https://issuu.com/rosaisabella/docs/amulhereacidade>

Sala de refeições. (sem data). Arquivo municipal de Lisboa.
<https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWeb/Result.aspx?id=211345&type=PCD>

Segalen, M. (1996). *Sociologia da Família*. Terramar.

Silva, R. M. V. dos R. C. e. (2016). *A Casa Como Reflexo da Sociedade. Lisboa no Século XX*. FA-ULisboa.

Souza, J., & Cristina Mendes, M. (sem data). *A Série Femme Maison de Louise Bourgeois: Possíveis diálogos entre Artes Visuais e Psicanálise*.

Teles, C. P. (2014). *Arquitetura e Reabilitação do Património do Movimento Moderno. O caso do Bloco das Águas Livres* [Dissertação para Grau de Mestre em Arquitetura]. Técnico Lisboa.

Teotónio Pereira, N., & Manuel Fernandes, J. (1981, julho). *A Arquitetura em Portugal*. *Arquitetura*, 142, 38-49.

Urzal Magalhães, J. (2017). *Modelos de habitação na década de 1960. Dois Edifícios de habitação plurifamiliar da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. FAUP.

Vieira, M. C. B. (2018). *História das tipologias arquitetónicas de edifícios correntes de habitação, construídos na cidade de Lisboa desde o início do século XVIII até à década de 1930*. iscte iul- Departamento de História Moderna e Contemporânea.

Vilaça, E. (2001). *O «estado da habitação»: Medidas sem política num país adiado*. Universidade de Lisboa.

Wolf, P. (Diretor). (2019). *Die Frankfurter Küche*. DFF – Deutsches Filminstitut & Filmmuseum. https://www.europeana.eu/de/item/o86o4/dif_die_frankfurter_kueche

5 |

Anexos

5.1 | Bloco na Avenida das Águas Livres

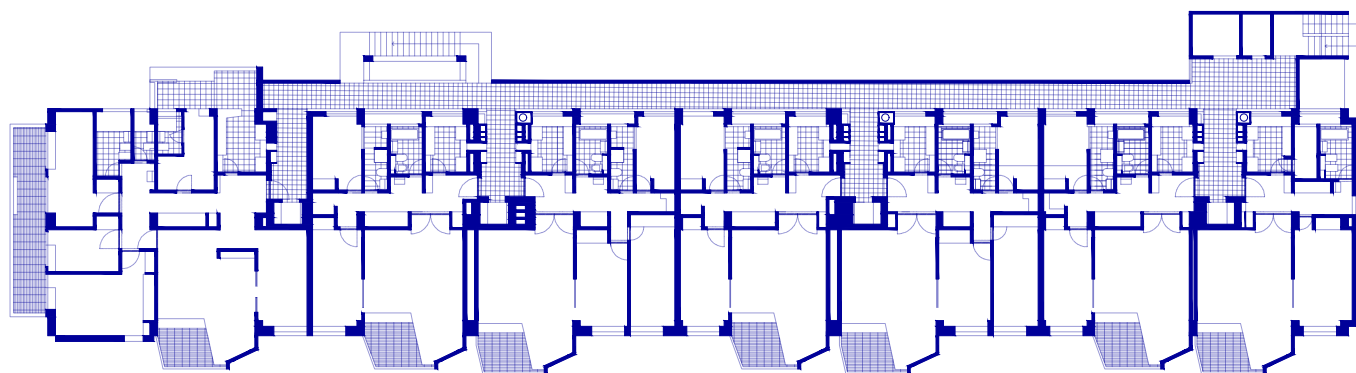


Fig. 98 | Planta de piso do Bloco na Avenida das Águas Livres. (Autora, 2023)

5.2 | Bloco na Avenida Dos Estados Unidos da América (lado norte)

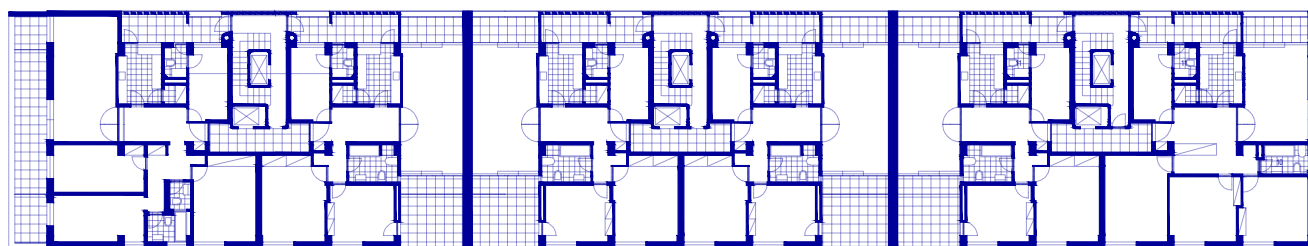


Fig. 99 | Planta de piso do Bloco na Avenida Dos Estados Unidos da América (lado norte). (Autora, 2023)

5.3 | Edifício na Rua de São Bernardo

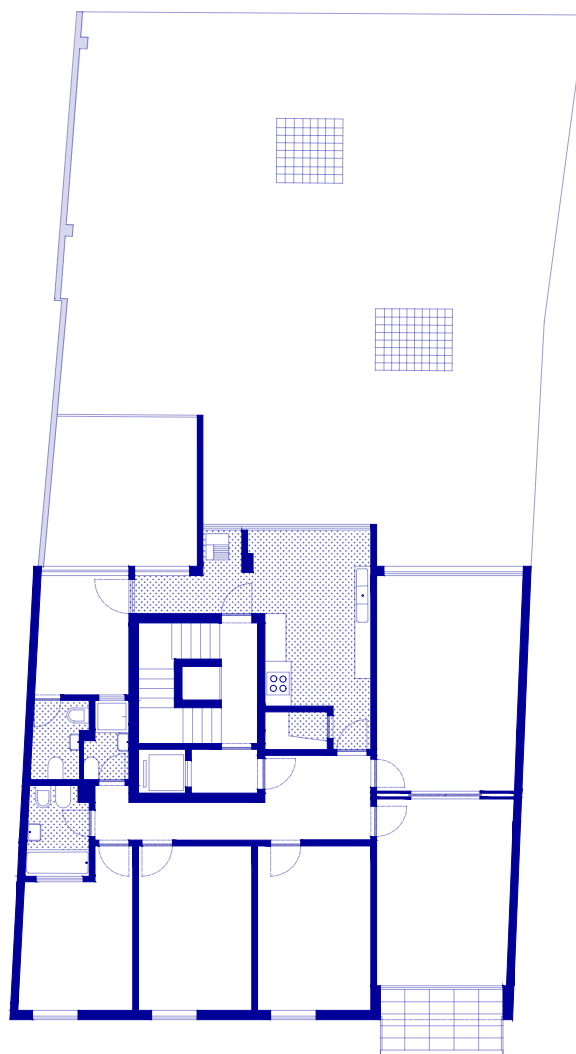


Fig. 100 | Planta de piso do Edifício na Rua de São Bernardo. (Autora, 2023)

5.4 | Edifício na Rua Marcos Portugal

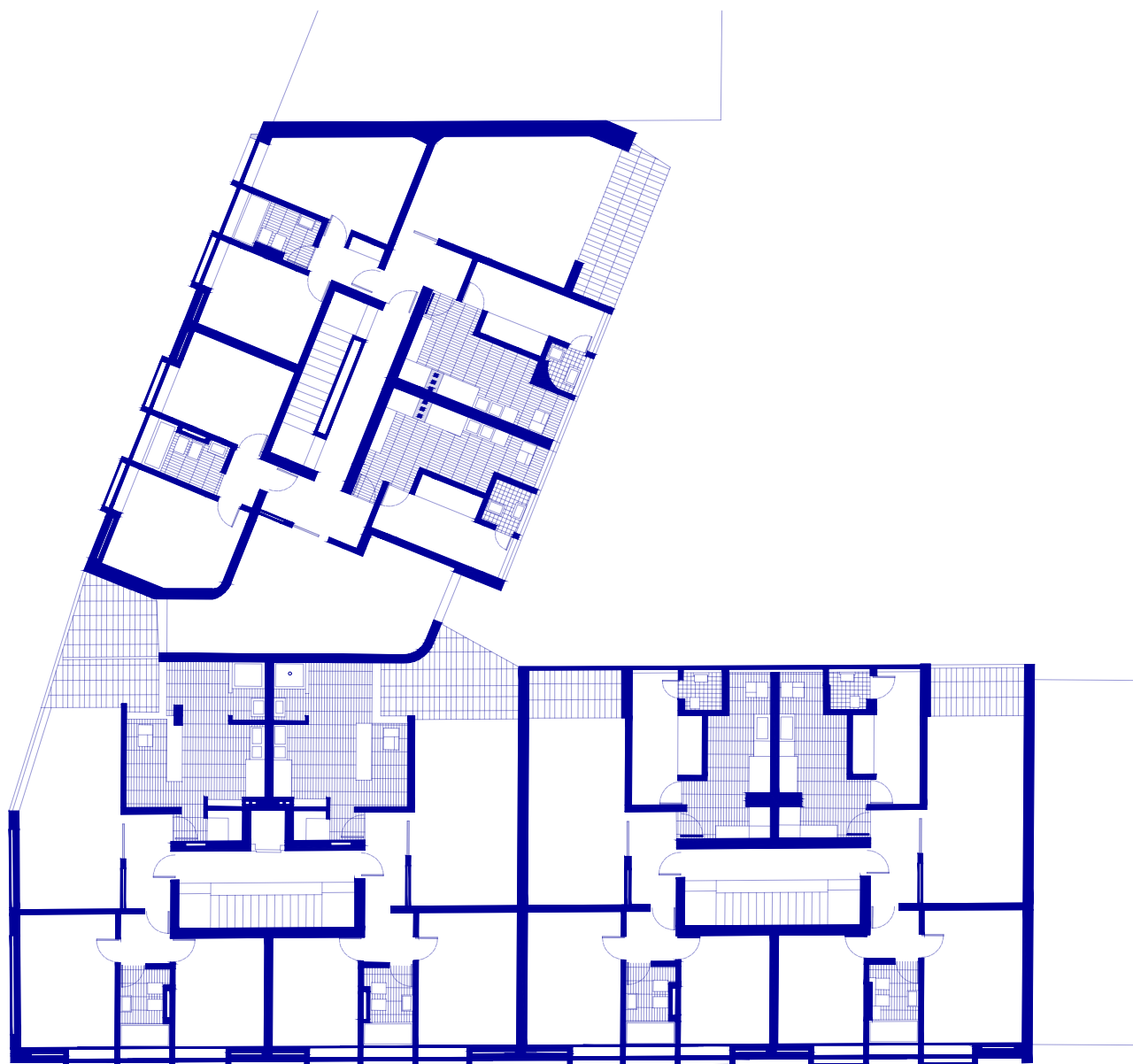
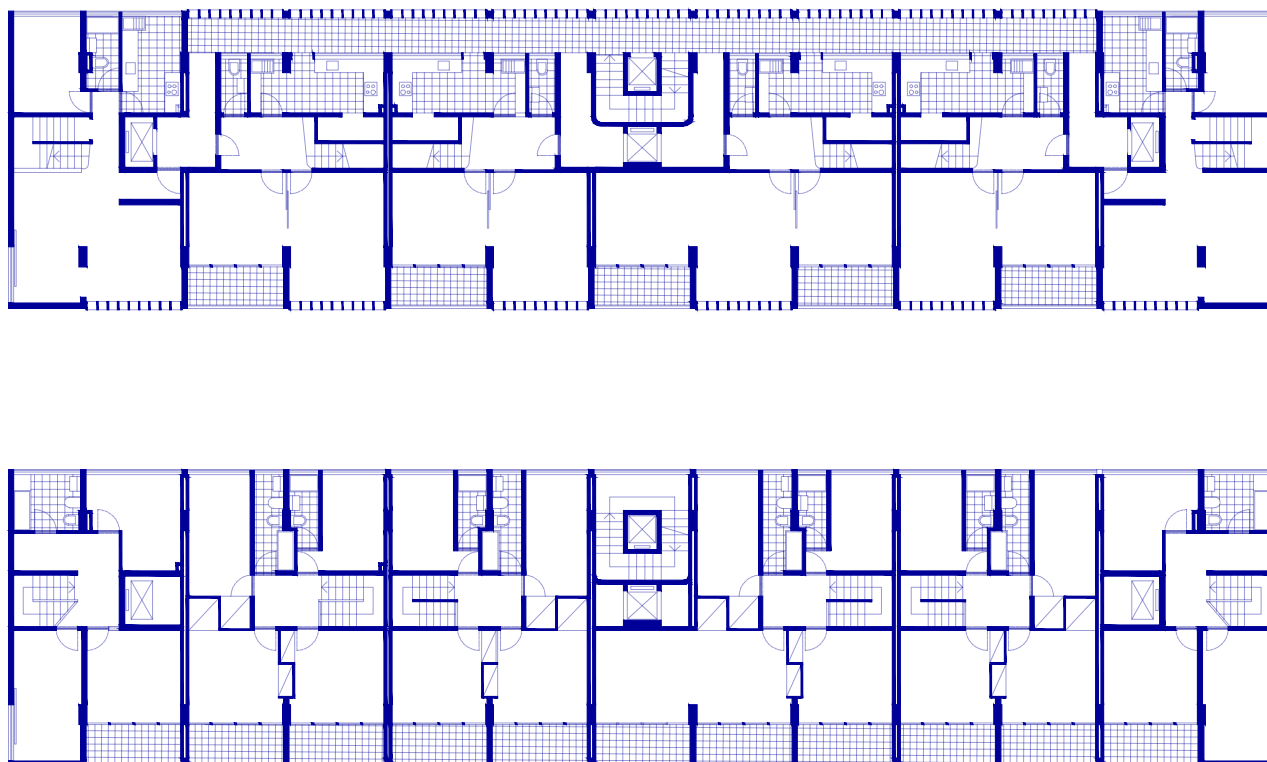


Fig. 101 | Planta de piso do Edifício na Rua Marcos Portugal. (Autora, 2023)

5.5 | Edifício na Avenida Infante Santo



0 1 2 5

Fig. 102 | Planta de piso do Edifício na Avenida Infante Santo. (Autora, 2023)

5.6 | Edifício dos Olivais Norte

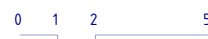
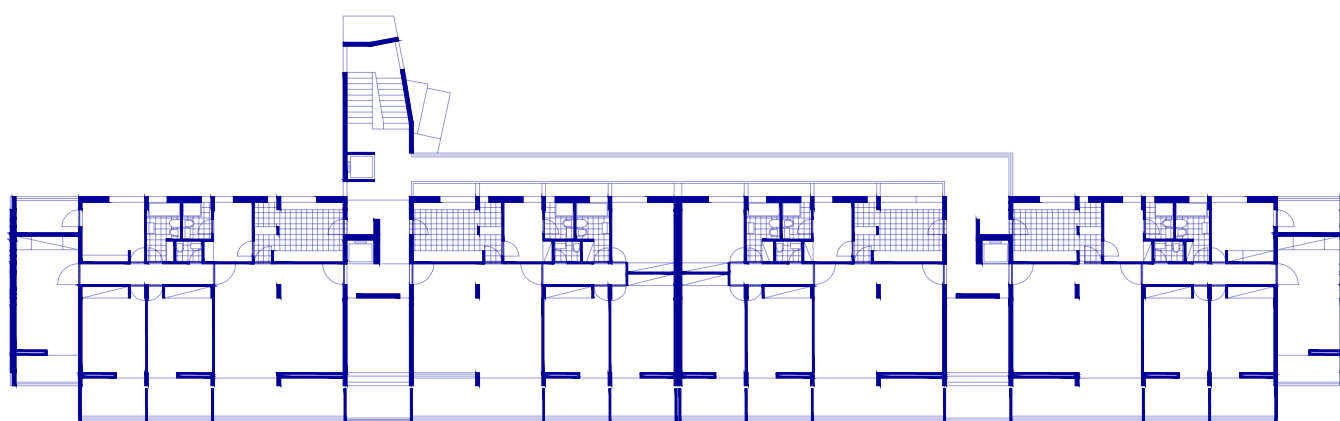


Fig. 103 | Planta de piso do Edifício dos Olivais Norte. (Autora, 2023)



Entre a Casa e a Mulher
Tipologias lisboetas em 1950 e 1960
Reflexões com perspetiva de género

Entre a Casa e a Mulher
Tipologias lisboetas em 1950 e 1960
Reflexões com perspetiva de género

Gisela Alves Magalhães

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura

Gisela Alves Magalhães

janeiro 2024